

Sexta-feira, 29 de Abril de 1977



# DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

## SESSÃO DE 28 DE ABRIL

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMARIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos, dando a seguir conhecimento de uma comunicação do Sr. Primeiro-Ministro sobre a sua viagem oficial a Estrasburgo, a convite do Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

A sessão foi inteiramente dedicada, a requerimento do PSD, a assuntos de interesse local, regional ou sectorial.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Marques Mendes (PSD), Gomes Fernandes (PS), Silva Mendes (CDS), António Pedrosa (PCP), Amantino de Lemos (PSD), Manuel Proença (PS), Alexandre Reigoto (CDS), Alda Nogueira (PCP), Vilhena de Carvalho (PSD), António Portugal (PS), Rui Marrana (CDS), Manuel Franco (PCP), Fernando Pinto (PSD), Rui Valadares (PS), Azevedo e Vasconcelos (CDS), Manuel Moita (PCP), Chaves Medeiros (PS), Henrique de Moraes (CDS) e Hermenegilda Pereira (PCP).

Em pedidos de esclarecimento, protestos ou explicações intervieram os Srs. Deputados Nandim de Carvalho (PSD), Fernando Pinto (PSD), Alda Nogueira (PCP), Carlos Roaldo (CDS), Barbosa de Melo (PSD), Rúben Raoso (PSD), Cabral Fernandes (CDS), Fernandes Loja (PSD), Vila Lobos Menezes (PSD), Cal Brandão (PS), Álvaro Montreiro (PS), Manuel Dias (PS), Martelo de Oliveira (PSD) e Sousa Marques (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Agostinho Martins do Vale.  
 Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.  
 Alcides Strecht Monteiro.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 Álvaro Monteiro.  
 Amadeu da Silva Cruz.  
 António Alberto Monteiro de Aguiar.  
 António Barros dos Santos.  
 António Cândido Miranda Macedo.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António Jorge Moreira Portugal.  
 António José Pinheiro Silva.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 António Riço Calado.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Beatriz Almeida Cal Brandão.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Alberto Andrade Neves.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
 Dieter Dellinger.  
 Etelvina Lopes de Almeida.  
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.  
 Fernando Abel Simões.  
 Fernando Reis Luís.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Florêncio Joaquim Quintas Matias.  
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.  
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.  
 Francisco do Patrocínio Martins.

Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 Herlander dos Santos Estrela  
 Jerónimo Silva Pereira.  
 João da Silva.  
 Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 José Ferreira Dionísio.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Maximiniano de Albuquerque de Almeida Leitão.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 Ludovina das Dores Rosado.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito.  
 Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.  
 Manuel Augusto de Jesus Lima.  
 Manuel Barroso Proença.  
 Manuel do Carmo Mendes.  
 Manuel João Cristino.  
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
 Manuel Lencastre Meneses de Sousa Figueiredo.  
 Maria Margarida Ramos de Carvalho.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.  
 Rui Paulo do Vale Valadares.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

#### Partido Social-Democrata (PSD-PPD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amantino Marques Pereira de Lemos.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.  
 Antídio das Neves Costa.  
 António Augusto Lacerda de Queiroz.  
 António Coutinho Monteiro de Freitas.  
 António Egídio Fernandes Loja.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António José dos Santos Moreira da Silva.  
 António Moreira Barbosa de Melo.  
 Armando António Correia.  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando Adriano Pinto.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Francisco Braga Barroso.  
 Gabriel Ribeiro da Frada.  
 João Afonso Gonçalves.  
 João António Martelo de Oliveira.  
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
 João Manuel Ferreira.  
 João Manuel Medeiros Mateus.  
 Jorge Ferreira de Castro.  
 José Alberto Ribeiro.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.  
 José Júlio Carvalho Ribeiro.  
 José Manuel Ribeiro Sérvelo Correia.  
 Júlio Maria Alves da Silva.  
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Manuel Cunha Rodrigues.

Manuel Henrique Pires Fontoura.  
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.  
 Manuel Valentim Pereira Vilar.  
 Maria Élia Brito Câmara.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 Emílio Leitão Paulo.  
 Francisco Manuel Farromba Vilela.  
 Henrique José Cardoso Meneses Pereira de Moraes.  
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.  
 João da Silva Mendes.  
 José Cunha Simões.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 Luis Esteves Ramires.  
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Vitor Afonso Pinto da Cruz.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 António Luís Mendonça de Freitas Monteiro.  
 António Marques Matos Zuzarte.  
 António Marques Pedrosa.  
 Cândido Matos Gago.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel Paiva Jara.  
 José Pedro Correia Soares.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Gonçalves.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Manuel Pereira Franco.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascenção Madeira Dias Ferreira.  
 Raul Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Victor Henrique Louro e Sá.

#### União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

#### Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.  
 Carlos Galvão de Melo.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 153 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Comunicação sobre a partida do Sr. Primeiro-Ministro em viagem oficial a Estrasburgo, no dia 27, a convite do Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, e regresso na quinta-feira, dia 29:

Sr. Presidente da Assembleia da República:

Amanhã, dia 27, parto em viagem oficial a Estrasburgo, a convite do Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, regressando quinta-feira, dia 29.

Para os efeitos convenientes, levo ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, nos termos do n.º 1 do artigo 188.º da Constituição, que, com o consenso do Conselho de Ministros, serei substituído durante a minha ausência do território nacional pelo Sr. Ministro de Estado, Prof. Henrique de Barros.

Apresento a V. Ex.<sup>a</sup> os mais respeitosos cumprimentos.

Lisboa, 26 de Abril de 1977. — O Primeiro-Ministro, Mário Soares.

A sessão de hoje é inteiramente dedicada, a requerimento do PSD, a assuntos de interesse local, regional ou sectorial.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD ao usar do direito regimental de provocar a realização de uma sessão plenária destinada exclusivamente a assuntos regionais e locais não o fez pelo mero prazer de exercitar um direito, mas fê-lo essencialmente com o intuito de por esta forma cumprir também um dos seus deveres.

Representantes que somos do povo português, assumimos perante ele o compromisso de sermos os fiéis intérpretes nesta Assembleia da sua vontade e do seu sentir, temos, por isso, de a cada momento, e através dos vários meios de que para tal dispomos, sabermos ser dignos do mandato que nos foi conferido, respondendo com realismo e com fidelidade à confiança que esperançosamente nos foi dada.

Nós, sociais-democratas, não nos pouparemos a sacrifícios para levar a bom termo as imensas tarefas que sobre esta Assembleia pesam, já que da sua realização em muito depende a concretização das legítimas expectativas do povo português. E dai que entendemos que a realização desta sessão, dedicada a problemas regionais e locais, será um válido contributo nesse sentido, e nesse contexto e nessa perspectiva a provocamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os problemas das inúmeras comunidades locais deste país poderão, por vezes, parecer pouco significativos aos olhos de quem se senta nas cadeiras do Poder e olha o País apenas através dos papéis que chegam ao Terreiro do Paço;

todavia, tais problemas são, quantas vezes, alguns dos grandes problemas que torturam essas comunidades, e de cuja solução, eficaz e urgente, em muito depende o progresso e o bem-estar das respectivas populações.

É por isso que nós, sociais-democratas, continuamos a entender que a correcta e adequada resolução dos problemas e interesses locais, bem como a fixação das prioridades na sua resolução, têm de caber aos órgãos que essas populações democraticamente elegeram; e, desse modo, entendemos igualmente que a construção da democracia, política, económica e social, e a sua definitiva consolidação dependem fundamentalmente da concretização do poder local, tal como a Constituição o consagrou.

É precisamente no poder local que assenta o nosso sistema democrático, de que aquele é suporte fundamental. Sendo o poder local o meio de permitir que as populações, através das respectivas autarquias, participe efectiva e decisivamente na resolução dos seus problemas e na satisfação dos seus interesses, como populações integradas numa mesma comunidade, é indiscutível que os problemas locais, que concreta e especificamente a elas respeitam, têm de ser pensados, equacionados e decididos pelos seus órgãos representativos.

Há, por isso, que atentar que os órgãos autárquicos são, e têm de ser cada vez mais, verdadeiros órgãos de poder, e não meros agentes da Administração Pública ou do Poder Central.

Para se avançar firme e decisivamente no caminho da consolidação das instituições democráticas, e na construção de barreiras a quaisquer tentações totalitárias, tenham elas a cor que tiverem, é urgente que, como o salientou aqui há dias o presidente do meu grupo parlamentar, Barbosa de Melo, se actue no sentido de repartir e contrabalançar o Poder entre os órgãos centrais e os órgãos regionais e locais, pois que isso é o que mais «convém à liberdade».

Só quando tal suceder os Portugueses serão verdadeiramente os senhores dos seus próprios destinos, como cidadãos livres, participantes e responsáveis.

Entendemos que é chegada a hora de nos lançarmos decisiva e responsável na construção da sociedade nova que queremos, e que necessitamos, pelo que não podemos perder mais tempo a continuar, seja qual for o pretexto, a ser um país adiado.

Que a sessão conjunta aqui realizada no passado dia 25 entre os dois Órgãos de Soberania democraticamente eleitos por sufrágio directo e universal do povo português, e o que nela foi afirmado, tenha sido o momento da reflexão necessária, de modo que os responsáveis deste país, ao serviço do povo real que somos, se lancem na obra urgente de reconstruir Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nas horas difíceis da sua longa história sempre os Portugueses acabaram por saber vencer as dificuldades e até a sua própria descrença. Pois também nós continuamos a acreditar na capacidade e no querer do povo português, que, reclamando e exigindo, como é seu direito, é também ele próprio capaz de ultrapassar barreiras, vencer desânimos e dar provas de sacrifício e de coragem; o que é preciso é que ele sinta que com isso está a participar realmente na construção de um futuro diferente, onde virá a encontrar bem-estar e justiça.

Há, por isso, que não menosprezar o seu anseio e natural desejo de em liberdade ser ele próprio a resolver os problemas que nas suas comunidades o afigem quotidianamente e de cuja resolução em muito depende esse bem-estar futuro.

Daí que não aceitemos que se vão esvaziando as atribuições das autarquias e as competências dos seus órgãos, e bem pelo contrário, entendamos que, gradual e progressivamente, se lhes deve ir devolvendo a resolução de problemas que estão ainda e apenas na dependência do Poder Central.

Eis, assim, porque discordamos de certas medidas e decisões, umas já tomadas, outras preconizadas apenas, visando retirar às autarquias a manutenção de certos serviços e de certas atribuições, passando-as quer para organismos estatais, quer para empresas públicas. A falta de capacidade técnica e financeira normalmente invocada para tal não colhe, pois a solução das carências existentes nesses domínios e as referidas incapacidades, quando e onde, porventura, existam, não se resolvem eficazmente por essa via; o que se impõe nesses casos é antes encontrar formas de suprir essas carências e essas faltas, dotando as autarquias de indispensáveis meios financeiros e técnicos, que com elas poderão responder de pronto às necessidades imediatas das populações.

E tendo em devida conta essas respostas e os exemplos que nos chegam de situações resultantes, por exemplo, da transferência dos matadouros para um organismo estatal, lança-nos muitas dúvidas quanto ao que sucederá com as empresas públicas de electricidade e de saneamento básico, quando e se vierem estes serviços a ser retirados à administração e controlo das câmaras.

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Cremos bem que uma tal política de esvaziamento de conteúdo das atribuições das autarquias não contribuirá para a resolução dos problemas concretos das populações e não facilitará a prossecução dos seus interesses específicos.

Será por um processo de esvaziamento de atribuições das autarquias e das competências dos seus órgãos que melhor se servirão as respectivas populações?

Será desse modo que se corporizará o «princípio da descentralização administrativa» e se permitirá que as autarquias visem «a prossecução de interesses próprios e específicos das populações repectivas», tal como refere a Constituição nos seus artigos 239.<sup>º</sup> e 237.<sup>º</sup>, respectivamente? Não olvidamos que há que pôr cobro, e o mais rapidamente possível, às assimetrias existentes, e tantas e tão variadas são, mas para tal não é aquele o melhor caminho; este deverá ser fruto da participação efectiva das comunidades locais, na planificação necessária, de modo que os problemas regionais e locais dimanados daquelas assimetrias sejam solucionados no âmbito do interesse e do crescimento harmónico do todo nacional.

É na óptica descentralizadora que nós sempre abordamos, e hoje aqui o faremos claramente, os problemas regionais e locais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao abrir esta primeira sessão sobre problemas regionais e locais, quis o Grupo Parlamentar do PSD deixar frisado que o

tratamento dos mesmos tem de inserir-se no enquadramento correcto do poder local e tal como a Constituição o concebeu e consagrou.

Já por ocasião do debate aqui travado aquando da ratificação dos Decretos-Lei n.º 701-A/76 e 701-B/76 foi bem evidente o empenhamento dos sociais-democratas na adequada definição das competências dos órgãos das autarquias.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não somos ouvidos então e essa grave omissão só tem servido para dificultar a missão de tais órgãos e para se manter um centralismo de todo indesejável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E porque é urgente preencher essa grave lacuna é que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou na passada semana um projecto de lei sobre as autarquias locais e seus órgãos, o qual, embora possa conter imperfeições a corrigir, é elaborado na óptica descentralizadora, essencial a um verdadeiro poder local.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nesse projecto de lei continuamos a defender a eficácia e operacionalidade dos órgãos executivos, não podendo deixar de salientar que estes escassos meses de funcionamento de tais órgãos nos vem dar razão à posição que sempre defendemos nesse domínio, visando a coesão da equipa executiva, já que dela depende tal eficácia e operacionalidade.

Mas também continuamos a defender o papel fundamental que no âmbito do poder local cabe às assembleias municipais e de freguesia, as quais, como órgãos pluralistas, terão de ser efectiva e permanentemente a voz das populações que representam.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A este propósito convirá recordar o que o Sr. Presidente da República aqui afirmou na passada segunda-feira: «Da voz desta Assembleia nasce a legalidade. O seu silêncio é fonte de arbitrio.»

Embora aquela afirmação diga respeito à Assembleia da República, o seu conteúdo aplica-se com inteira justeza às assembleias locais, que, como órgãos pluralistas da expressão das respectivas comunidades, têm de ser o fiel intérprete das populações, e daí que no referido projecto se lhes dê especial relevo.

Fiéis ainda às posições que vimos defendendo, não podíamos esquecer o que se preceitua no artigo 263.<sup>º</sup> da Constituição e, por isso, se propõe a criação dos órgãos distritais aí previstos.

Ao fazê-lo tivemos em vista permitir que os mesmos sejam não só como o embrião dos órgãos das futuras regiões mas também e ainda os interlocutores dos órgãos locais com os órgãos centrais na definição das opções fundamentais a inserir no Plano. Serão eles também, e só eles, os coordenadores das acções conjuntas que devam ser levadas a cabo pelas várias autarquias, porquanto os governadores civis não representam as autarquias e respectivas populações, e são antes agentes de um centralismo a afastar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não haverá democracia completa e autêntica enquanto não houver autêntico e democrático poder local, ainda que democráticos sejam os órgãos sitos no topo da organização. Daí o nosso contínuo empenhamento na construção e consolidação de um poder local democrático e actuante e daí, por vezes também, a nossa crítica e oposição a tudo quanto seja manter — quando não, e por vezes, aumentar — o centralismo.

Resta-nos esperar que as expectativas das comunidades locais não venham a gorar-se por os responsáveis não entenderem a filosofia constitucional do poder local ou por enjeitarem as suas responsabilidades, pois a frustração definitiva das populações neste domínio poderia ser trágica para a democracia.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado gastou treze minutos na sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes Fernandes.

**O Sr. Gomes Fernandes (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: À governação do nosso país, ao nível central e ao nível local, deparam-se no quotidiano problemas a resolver, dificuldades a vencer e incapacidades a necessitar de serem ultrapassadas, que pode afirmar-se não ser cómodo, nem fácil, nem mesmo aliciante em muitos casos, estar nos centros de poder e arcar com decisões que a geografia política e a permanente irquietude partidária ainda colocam, de forma generalizada e nem sempre crítica, no plano da controvérsia.

Acusamos ainda esquemas mentais de vida e assumimos comportamentos sociológicos a que não são estranhos o longo passado de opressão que viveu a sociedade portuguesa, agravado ainda pelo pavor justificado de rapidamente cair noutras malhas igualmente viscosas de ditadura.

É neste quadro social e psico-sociológico que se desenrola a nossa vida política e se expandem conceitos de centralização, descentralização ou regionalização, se metem no mesmo saco a força espontânea do bairrismo, sem lhe despir a carga intencionalmente divisionista com que o antigo regime o alimentava e a força do regionalismo que deverá ser sempre assumida como manifestação de identidade sociocultural e económica de uma parte do País, que como tal contribui em dialéctica permanente para a evolução civilizatória do seu todo.

Estamos a participar na transformação de um modelo de governação centralista, imposto e anti-democrático, que nos regeu até Abril de 1974, por outro democraticamente aceite, representativo do povo e com ele identificado.

A desmontagem mental do antigo modelo, mais que a sua desmontagem física, tem sido uma operação lenta e nem sempre pacífica, mas terá de ser sempre dialéctica e nunca subservientemente aceite, sendo os poderes constitucionalmente estruturados e já em funcionamento aos níveis central e local, passos importantes dessa metodologia.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Falar neste quadro político-social em descentralização e regionaliza-

zação, em poderes locais com autonomia e responsabilização nas decisões, não pode ser feito sem uma leitura da Constituição no que toca à organização do poder político e à participação dos cidadãos, que deve ser «directa e activa na vida política e constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático» (artigo 112.º), sendo certo que todo o processo de descentralização, ao nível do planeamento e da execução, passa pela estruturação do Plano e dos seus Órgãos, pela definição das regiões Plano e consequente institucionalização das regiões administrativas, no respeito pelos princípios de planificação social e económica e de participação institucionalizada das populações, preconizados nos artigos 91.º e 94.º da Constituição.

A autonomia das regiões, condição fundamental da sua promoção e desenvolvimento equilibrado, é um objectivo político que para ter concretização prática terá de ser completado pela criação de um quadro político-administrativo regional, capaz de coordenar acções e tomar decisões para compatibilização do plano regional com o plano central.

Se este objectivo descentralizador dependerá da decisão desta Assembleia e dos municípios e não é imediato portanto, há que resolver transitoriamente alguns problemas de coordenação de serviços, pontualmente desconcentrados já e outros que urge ver desconcentrados no mais curto espaço de tempo.

Muitas das acções de recuperação económica, previstas no Plano de 1977, nomeadamente nos indicadores da construção, habitação e urbanização, podem não passar de correctas declarações de intenção, se não encontrarem a nível regional e local órgãos de coordenação periféricos capazes de garantirem a sua exequibilidade no tempo e na contabilização dos resultados.

Estão neste caso acções descentralizadas a cargo do Ministério da Administração Interna (gabinetes de apoio técnico e gabinetes de planeamento), do Ministério das Obras Públicas e do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção (Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e Fundo de Fomento da Habitação), que, agindo sobre os mesmos territórios, para os mesmos objectivos finais e alguma identidade de processos, não têm um mecanismo de coordenação conjunta dos respectivos periféricos, com capacidade de decisão político-administrativa, o que traria economia de tempo, melhor aproveitamento de recursos e maior identificação com as respectivas populações.

A solução correcta deste problema só será possível, como já referimos, com a definição das regiões Plano e consequente institucionalização das regiões administrativas, dotando as estruturas regionais de meios técnicos e administrativos adequados para a desconcentração de serviços e descentralização de funções. Terá de ser, no entanto, encontrada a curto prazo uma solução intermédia no tempo que permita uma melhor eficácia das acções do Governo e que como tal poderia ser cometida aos seus representantes regionais (governadores civis), para tal assessoriados técnica e administrativamente.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** A participação das populações na determinação e condução política das suas regiões é condição fundamental para, constitu-

cionalmente, dar corpo à estruturação de um Estado democrático, transformador das relações de produção e a caminho de uma autêntica sociedade socialista.

A região norte do País, confinando nas margens do Douro e polarizada por essa cidade da liberdade, que é o Porto, é uma região de características físicas, sociopsicológicas e económicas próprias que o ostracismo fascista ignorou deliberadamente e subalternizou ostensivamente, em represália ao pendor democrático e de permanente inconformismo com que o seu povo sempre soube respeitar a história.

Região de forte concentração urbano-industrial e de estrutura de povoamento denso e contínuo ao longo das vias de comunicação, numa faixa costeira que se alarga até Braga. O seu sistema urbano acusa uma mancha muito densa de relações e uma grande especialização das indústrias dos têxteis e da metalmecânica, polarizados pela área metropolitana do Porto e pelo cordão industrial Braga-Guimarães-Viana. Esta região, onde predomina a pequena propriedade agrícola, tem a segunda taxa de urbanização mais alta do País (35,6%, contra 56,5% da Região de Lisboa e 3,9% da Região do Nordeste Transmontano, a mais baixa) e tem fluxos intensos de mercadorias e serviços, com infra-estruturas de escala nacional (porto de Leixões e aeroporto de Pedras Rubras) e vectores de influência em áreas mais largas, como o Nordeste Transmontano. Constitui, assim, a segunda conturbação de um País política, económica e geograficamente macrocéfalo.

A testa de ponte desta vasta área e a cabeça do que se convencionou chamar «área metropolitana do Porto» é esta histórica cidade, rodeada por uma cintura de concelhos com um padrão de expansão anárquico e capital de um distrito com 47% de fogos sem água canalizada, 15,6% sem energia eléctrica e 37,5% de famílias mal alojadas, para além de ter seis concelhos entre os quinze mais carenciados de habitação no País, quatro dos quais correspondentes precisamente aos concelhos de Gondomar, Matosinhos, Maia e Vila Nova de Gaia, extensões urbanas do Porto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os problemas sociais existentes nesta área, nos domínios da habitação, transportes, equipamentos e infra-estruturas, caracterizados pelas percentagens referidas atrás e por uma desorganização urbana com forte pendor de construção clandestina, levam a ter de se pensar seriamente e a curto prazo no seu modelo de gestão e no controlo de plano do seu desenvolvimento, para conter rapidamente algumas das causas de deterioração do quadro de vida, sem destruição da dinâmica de crescimento, que terá, essa sim, de ser canalizada para o reequilíbrio da metrópole e do papel desta na região.

Os vários departamentos centrais e com eles os seus periféricos (quando na área existem ou têm delegação), não podem continuar a olhar o território segundo critérios divergentes, manietando os órgãos autárquicos que por dever têm de dar satisfação aos que neles confiaram.

Há nesta vasta área um contencioso entre as câmaras municipais e alguns dos periféricos de Ministérios, caso da Circunscrição de Urbanização do Norte. Este organismo do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, embora sem grande autonomia de deci-

são, entrava acções das Câmaras, porque é incapaz de fornecer às autarquias alternativas minimamente capazes para o seu desenvolvimento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As câmaras da periferia do Porto, em especial Gaia, Matosinhos, Maia e Gondomar, vêm assim arrastando com este organismo um contencioso que, por ser do conhecimento do Ministério de Tutela, Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção não pode continuar a ser ignorado ou protelado na abordagem.

É que há implicações com o desenvolvimento ordenado do território nestas áreas, com um eficaz ataque à construção clandestina e à carência de habitação em geral, que exigem acções expeditas e a oferta de alternativas possíveis, mesmo que de momento não sejam as mais desejáveis, sempre melhores, no entanto, do que o beco sem saída da negativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se problemas existem nesta região, muitos deles de raiz estrutural tão profunda que só o médio e longo prazo os permitirá resolver, também existem fortes potencialidades. É o caso da riqueza histórica-sociológica da cidade do Porto e do seu povo, valores a ter em conta no futuro desenvolvimento correcto da região.

A cidade do Porto tem um passado de luta, um casco histórico-urbano e arquitectónico e um fatalismo geográfico que impõem seja olhada com atenção, respeitada dignamente e considerada como pólo altamente equilibrante do quadro de vida da região.

A sua posição de testa de ponte da Região Norte, litoral e mesmo interior e a qualidade e quantidade de estruturas de que dispõe colocam-na já hoje como o grande centro de apoio regional, fornecedor de serviços nos domínios do terciário e quaternário.

O futuro pode incentivar esta aptidão, em face até do necessário desenvolvimento equilibrado de toda a Região Norte e a capacidade de trabalho dos tripeiros não os deixará esmorecer, antes contribuirá, uma vez mais e decisivamente, para vencer o marasmo porque passou, nas últimas décadas, a sua cidade.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado gastou dez minutos na sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nandim de Carvalho, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Sr. Deputado, ouvi-o com muita atenção e francamente com muito proveito. Gostaria de lhe fazer uma pergunta num minuto: qual é a sua posição quanto à criação das regiões plano e regiões administrativas, em termos temporais, geográficos e de relação? Se pudesse adiantar o seu pensamento nesta matéria, ficava-lhe muito grato.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes Fernandes, para responder.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — O problema das regiões administrativas, tal como o Sr. Deputado o coloca em termos temporais, geográficos e...

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — ...de relação.

**O Orador:** — Exacto.

Penso que em termos temporais, conforme foi referido, não é possível a sua concretização a curto prazo e dependerá também da decisão desta Assembleia e da vontade dos municípios. Em termos geográficos, portanto, em termos físicos, se o Sr. Deputado não se importasse, preferia não avançar a minha posição pessoal relativamente ao problema, até porque qualquer posição é sempre extremamente discutível. De qualquer maneira, avançava um programa de princípio, que foi aqui referido, que terá de respeitar sempre as condições sociológicas, culturais, de capacidade para o desenvolvimento económico das populações e, fundamentalmente, a vontade dessas populações. Parece-me que isso é o problema importante de fundo, quanto à repartição geográfica, discutível embora. Parece-me que é um problema *a posteriori* para na altura ser analisado e discutido.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pinto.

**O Sr. Fernando Pinto (PSD):** — Sr. Deputado, considerando que acha, e muito bem, que o Douro dá origem a toda uma grande região — a Região Norte —, pergunta-se: essa região deve ou não incluir a Região Metropolitana do Grande Porto?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para responder, Sr. Deputado Gomes Fernandes.

**O Sr. Gomes Fernandes (PS):** — Sr. Deputado, naturalmente, como eu também referi na minha intervenção, a Região Norte que citou deve incluir também a Região Metropolitana do Grande Porto. Todavia, penso que o problema das regiões metropolitanas deve ser posto hoje em termos diferentes dos que levaram, na altura, à definição física, política e económica dessa região. Deve, portanto, ser posto nouros termos, com outros pressupostos, no sentido, não de agravar alguns problemas da conservação urbana do Grande Porto, mas sobretudo de os reequilibrar e corrigir e de possibilitar que essa região e a cidade do Porto constituam uma testa importante do desenvolvimento de todo o Norte, mas não uma testa de desenvolvimento importante, em termos a que poderemos chamar egoístas, relativamente ao resto da Região Norte, nomeadamente ao seu interior.

**O Sr. Presidente:** — Como não há mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Mendes.

**O Sr. Silva Mendes (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com inusitada frequência se proclama neste país que Portugal não é só Lisboa, que as populações do interior estão no centro das preocupações do Governo, que as cidades, vilas e aldeias portuguesas são por igual destinatárias do carinho, da atenção e do empenhamento dos Poderes Públicos.

Nos contactos directos dos governantes com os residentes de lugares distantes da capital, as múltiplas crenças por eles constatadas merecem-lhes palavras de esperança na respectiva satisfação.

Mas, ...e depois?

Depois, os factos encarregam-se de contradizer os propósitos formulados, de destruir as esperanças ori-

das, de demonstrar que os portugueses do interior do território só podem ter como certo que todos os anos pagarámos impostos, que sempre os seus filhos alimentarão as fileiras militares, que terão de continuar a engrossar a coluna de emigrantes para aumentar a fonte de divisas, que serão chamados aos sacrifícios quando a Nação o pedir.

E isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, cria aos parlamentares deste hemiciclo, eleitos pelos círculos que englobam essas paragens, a obrigação de reclamar a modificação de um tal sentido político e de exigir, mediante a apresentação das ansiedades e necessidades locais, que estas sejam inscritas e equacionadas num plano global de ataque, em paralelo com aquelas que existirem nos grandes centros urbanos.

Para que não continue a acontecer que se construam grandes e caras auto-estradas junto da capital, quando algumas freguesias do interior não dispõem sequer de ligações rodoviárias aos concelhos praticáveis durante todo o ano; para que não perdure o absurdo de prover os serviços públicos das grandes cidades de luxuosas instalações, equipadas com baterias de condicionadores de ar e outros móveis de elevado custo e de discutível necessidade, quando algumas escolas primárias do interior funcionam em autênticos currrais, sem qualquer equipamento; para que se elimine a injustiça de facultar aos doentes dos grandes centros uma massa de médicos de cada especialidade, quando os doentes de certas aldeias não têm ao seu alcance um simples médico de clínica geral ou até um enfermeiro.

**Uma voz do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A região dúrio-beira a que pertenço não escapou à regra do abandono das terras do interior: não lhe valeram nem os seus recursos naturais, nem o labor e patriotismo das suas gentes, nem as suas belezas paisagísticas, nem mesmo a variedade e qualidade dos seus vinhos, dos seus pratos e doces regionais. Tudo é exaltado, mas logo esquecida a região por quem, investido de funções governativas, percorre aquela área, de tão grandes potencialidades agrícolas, pecuárias e turísticas. E a voz de alguns, no boletim da casa regional da Beira-Douro e nouros órgãos da imprensa regional, também não tem sido escutada.

E mais: através da alteração de algumas estruturas existentes na cidade de Lamego, centro propulsor dessa região, já lhe foi retirado muito do pouco que, ao longo de anos, conseguiu obter.

Assistem hoje os dúrio-beirões, com um misto de tristeza e de indignação, à extinção da agência do Banco de Portugal em Lamego.

Essa extinção não teve por certo em conta o apoio dado por aquela agência às barragens, às instituições públicas, às adegas cooperativas da região e à Casa do Douro, em que anualmente movimentava milhões de contos; nem ponderou que a cidade de Lamego é a única implantada na Região Demarcada do Douro, a mais rica ou das mais ricas regiões agrícolas do País, e que foi através daquela agência que os bancos comerciais financiaram nos anos transactos quase toda a produção de vinho generoso; nem atendeu a que a agência estava instalada em Lamego há cinquenta e cinco anos, e que sempre foi de grande interesse económico para a região; nem considerou, além do mais, que os concelhos servidos pela agência agora extinta distam entre

40 km e 120 km dos distritos de Vila Real e Viseu, a que terão de reconrer após a extinção, quando de Lamego distavam entre 11 km e 65 km apenas.

A extinção consumou-se. Consumou-se como antes se consumara a desactivação do Centro de Instrução e Operações Especiais, que as gentes de Lamego e da Beira-Douro viram fenece quando mais lhe queriam. Com efeito, essas gentes, que rejubilaram com a criação do Centro de Instrução e Operações Especiais, na sequência da extinção do Regimento de Infantaria n.º 9; que por via da sua instalação em Lamego albergaram carinhosamente milhares de milhares, antes do seu empenhamento em África; que viram com redobrado orgulho a sua unidade ser a primeira a agigantar-se perante o regime deposto e arrancar para o 25 de Abril; que se honram com o posicionamento do CIOE quando o seu comandante, precedendo o 25 de Novembro, se desligou da obediência ao Comando da Região Militar do Norte, então confiado ao coronel Corvacho, para colocar a unidade sob as ordens do comandante da Região Militar do Centro; essas gentes, dizia eu, não se resignam perante o encerramento daquele estabelecimento militar.

E se é certo que lhe sucedeu a Escola de Formação de Sargentos, não é menos exacto que esta não pode substituir aquele nem impõe a sua exclusão.

Os golpes vibrados com a extinção da agência do Banco de Portugal em Lamego e com a desactivação do CIOE agravaram e aumentaram as múltiplas carencias de um zona do País que espera, entretanto, a respectiva eliminação.

Que espera do Ministério das Obras Públicas se debruce prioritariamente sobre a sua rede rodoviária, para a beneficiar, corrigir e alargar, de modo a facultar acesso fácil de todos os concelhos da Região Demarcada do Douro à cidade de Lamego.

Que espera, por isso, a construção de uma via rápida que, reduzindo para metade o troço de 13 km com cerca de duzentas curvas, que separa actualmente a Régua de Lamego, permita que a estação do caminho de ferro daquela vila passe a funcionar simultaneamente como estação ferroviária deste concelho; do mesmo passo que resultará melhorada a mais importante via de trânsito entre o Norte e o Sul fora da zona do litoral dreno principal de Trás-os-Montes rumo a Viseu, Coimbra e Lisboa, e que também servirá o eixo industrial Lamego-Régua-Vila Real e a ligação a Chaves e a Orense.

Que espera a construção da estrada Lamego-Armamar-Barcos-Tabuaço, com cerca de 36 km, cujo estudo feito pela Junta Autónoma de Estradas se encontra em desenvolvimento a nível de projecto; projecto que, contudo, segundo se pôde apurar, não inclui as ligações às povoações de Figueira do Douro, Vila Pouca, Queimadela, Meixedo, Cimbres, São Cosmado, Granja do Tedo e Ribeira de Goujóim, nas proximidades das quais passará; e tal falta criou nas gentes dessas localidades a angústia de pensar que a estrada lhes passará perto, mas não as servirá; angústia que se dissiparia se o respectivo projecto fosse adjudicado entremementes.

Que espera ser considerada pelos Poderes Públicos como realmente é: essencialmente agrícola e votada em especial à fruticultura, viticultura e criação de ovinos, caprinos e suínos. E nela seja criada, em consequência, no domínio da investigação regional, a estação

agrária da Beira-Douro, destinada à zona agrária do alto Portugal, tendo anexa uma escola de técnica agrícola; que espera da Direcção-Geral do Património Cultural, do Ministério da Educação e Investigação Científica, a preservação dos valiosos e raros monumentos que os seus antepassados ali edificaram, designadamente a Capela do Balsemão, obra do século VIII, única na Península, cujas pinturas e gravações visigóticas interiores se deterioraram, ano após ano, pela chuva que nela entra, dado o abandono a que se encontra votada.

Que espera vir a constituir na definição das regiões Plano uma sub-região plano interior duriense, com centro em Lamego, integrada numa região Plano que envolva a bacia hidrográfica do Douro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As gentes dúrio-beiroas esperam isso e muito mais.

Esperarão confiantes, como o fazem desde os alvores da nacionalidade. E esperam sem desesperar; porque elas sabem, no fundo, que quem espera sempre alcança.

#### *Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — A intervenção do Sr. Deputado durou oito minutos e quarenta e cinco segundos.

Há algum pedido de esclarecimento?

#### *Pausa.*

Visto não haver, tem a palavra o Sr. Deputado António Pedrosa.

O Sr. António Pedrosa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na resolução do Comité Central do Partido Comunista Português «sobre o trabalho nas autarquias locais», tomada nos princípios do corrente mês, declarou-se:

A ditadura fascista, que durante quarenta e oito anos oprimiu o nosso povo, não trouxe só a superexploração dos trabalhadores, a alienação das liberdades, o terror e a guerra. O desprezo pelas condições de vida e pelas necessidades mais elementares das populações das freguesias e concelhos da nossa pátria, bem como o esmagamento da iniciativa criadora das massas, não são certamente os menores crimes do fascismo. Em muitas terras do nosso país ainda hoje falta tudo. As carencias são na generalidade enormes. É o défice de alojamento (700 000), a degradação de uma grande parte dos fogos existentes, a elevada percentagem sem água corrente (57 %), sem casa de banho (68 %), sem rede de esgotos (50 %), sem energia eléctrica (49 %). É a situação, não menos grave, quanto aos lixos, às estradas e caminhos, aos serviços de saúde, às escolas, às creches e jardins de infância, às zonas de recreio e espaços verdes. É a indigência total no que respeita às necessidades culturais e desportivas, sobretudo nas zonas do interior. Perante esta situação, resultante da política ruínosa do fascismo, cumple restituir às autarquias locais o papel importante que têm a desempenhar na satisfação das muitas carencias prementes e quotidianas das massas populares.

Foi esta a herança do fascismo, herança que importa relembrar neste momento em que a Assembleia da República dedica uma das suas reuniões à discussão dos problemas locais e regionais. Herança que importa relembrar sempre ao povo, a fim de que não consigam enganá-lo aqueles que procuram, direta ou indirectamente, inculcar-lhe a ideia de que os males da Pátria só resultam do 25 de Abril.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No caminho para «restituir» às autarquias locais o papel importante que têm a desempenhar na satisfação das muitas carências prementes e quotidianas das massas populares, a realização das eleições para os órgãos representativos das freguesias e municípios constituíram um passo decisivo. Cidadãos que mereceram a confiança das populações têm hoje sobre os seus ombros o encargo e a responsabilidade cívica de lutar pela defesa e concretização dos interesses e dos anseios populares e de consolidar o poder local através de uma administração eficaz.

Mas essa administração eficaz só é possível se, para além da participação das massas populares na definição dos problemas a resolver e na sua própria resolução, os órgãos deliberativos e executivos das autarquias tiverem definidas as suas competências (de harmonia com os princípios constitucionais da autonomia e da descentralização administrativa), conhecerem os meios financeiros ao seu dispor (o que só com a autonomia financeira, consagrada na Constituição, será possível) e contarem com o apoio técnico eficiente.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Perante um aparelho central do Estado que pouco se transformou na sua estrutura e métodos de trabalho após o 25 de Abril, reforça-se ainda mais a importância de uma política de descentralização e de autonomia administrativa e financeira que atribua aos órgãos de poder local as competências e os meios materiais e humanos necessários à satisfação das necessidades prementes das populações.

Infelizmente — salvo a experiência positiva de alguns gabinetes de apoio técnico —, quatro meses após as eleições não estão ainda definidas as atribuições e competências dos órgãos autárquicos, embora conheçamos os esforços do Ministério da Administração Interna para a aprontar, e o Governo nem sequer cumprir a obrigação assumida no artigo 4.º da Lei n.º 11/76, de 31 de Dezembro, pela qual a Assembleia da República aprovou o Orçamento para 1977, e segundo o qual faria publicar, por decreto-lei, até 31 de Março de 1977, o plano de distribuição, pelos municípios, dos subsídios para a realização de obras municipais, das transferências para despesas corrente e das dotações para obras comparticipadas, incluídas no Orçamento Geral do Estado, além da participação dos fundos e serviços autónomos.

Sem autonomia financeira, sem conhecer o plano de distribuição dos subsídios para a realização de obras municipais, dispondo de exígues receitas próprias — que, em muitos casos, não são suficientes para pagar os vencimentos dos seus funcionários —, os órgãos autárquicos não dispõem de meios que lhes

permitam lançar-se no caminho da resolução dos problemas do saneamento básico — das águas, dos esgotos, dos lixos —, numa política de solos e, consequentemente, no caminho para a resolução do problema da habitação, enfim, no encarar de soluções concretas para as questões das quais depende a melhoria da qualidade de vida dos portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As questões que venho levantar nesta intervenção — e que, por certo, outros Deputados também hão-de referir — traduzem as preocupações da generalidade dos órgãos das autarquias e dos seus membros, nomeadamente daqueles que ocuparam os lugares para que foram eleitos, animados por uma vontade séria de servir as populações das suas terras e se vêm bloqueados pela indefinição legal das suas funções e pela indefinição governamental dos meios financeiros.

Por mim falo. Sou vereador da Câmara de Oeiras e conheço os problemas da minha terra. É o caso da rede de esgotos, que começa a estar saturada, e dos rios que servem de escoamento dos esgotos que necessitam de ser desassoreados para deixarem de ser focos de mosquitos e de maus cheiros. São mais de trinta bairro degradados, sem esgotos, sem água corrente, e onde, portanto, o chafariz continua a ser, como há cem anos, o único meio de abastecimento de água para dezenas de milhares de pessoas que diariamente correm grandes percursos de bilha às costas. É o gravíssimo problema da falta de água em todo o concelho de Oeiras, nos meses de Junho a Outubro, havendo locais onde ela só chega de semana a semana.

É o problema do lixo, cuja gravidade se afere, sabendo-se que, num concelho de trezentos mil habitantes, onde se recolhem diariamente 150 t, não existem condições técnicas para o seu tratamento e, neste momento, a lixeira existente, a céu aberto e da altura de um prédio de seis andares, por saturação, não pode continuar a ser utilizada. É o problema da habitação, neste concelho que é um caso típico da especulação imobiliária que proliferou durante o fascismo e que comece de novo a levantar a cabeça. São trezentas mil pessoas a viverem em bairros degradados, são dezenas de milhares de famílias, de quatro, cinco e seis pessoas, a viver em quartos, são quarenta mil pessoas a viver no bairro clandestino da Brandoa. É o problema SAAL, ou seja, o problema da transferência das iniciativas SAAL para a responsabilidade das câmaras por despacho dos Ministros da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção de 27 de Outubro de 1976, iniciativas que antes eram apoiadas pelo Fundo de Fomento da Habitação e agora estão praticamente paralisadas por falta de meios financeiros e técnicos das câmaras. Esta situação começa a provocar, no concelho de Oeiras prejuízos que se orçam em 3000 contos diárias.

Muitos outros casos poderiam ser relatados. Por exemplo, a Junta de Freguesia de Tortosendo, numa conferência de imprensa realizada no passado dia 23 de Março, onde são focados os principais problemas com que se defronta, referia:

A Junta tem a noção do grave problema habitacional na nossa terra. Os operários estão sujeitos ao pagamento de rendas iguais ou superiores a 4000\$. Tais rendas (para nós) são um insulto

à própria dignidade dos operários, que vêem quase o salário do mês absorvido pela renda da casa.

Enfim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, paremos por aqui. A herança que o fascismo nos deixou, neste como em outros domínios da vida nacional, é trágica. E é nossa firme convicção — nossa, dos comunistas — que dela só sairemos através de uma política deliberadamente voltada para a resolução dos interesses do povo trabalhador e realizada com a sua participação, quer na definição dos problemas quer na sua própria resolução.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — A intervenção do Sr. Deputado demorou nove minutos.

Há algum pedido de esclarecimento?

Pausa.

Tem a palavra, Sr. Deputado Fernando Pinto.

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Sr. Deputado, considerando o diálogo de surdos mantido pelo seu partido, aquando da ratificação dos Decretos-Leis n.ºs 701-A/76 e 701-B/76 e a posição agora tomada pelo Sr. Deputado, acha ou não que a atitude então tomada, prejudicando a definição, ainda que transitória, das competências, constituiu um grave erro político, dado o vazio que hoje o Sr. Deputado acabou por reconhecer?

O Sr. Presidente: — Pode responder, Sr. Deputado António Pedrosa.

O Sr. António Pedrosa (PCP): — Sr. Deputado, talvez não responda concretamente à objectividade da sua pergunta porque, nessa altura, não me encontrava nesta Assembleia.

No entanto, não lhe deixo de dizer que, como o Sr. Deputado acabou de referir, essa era uma situação transitória e, como tal, talvez ao facto se tenha devido a posição do meu partido nessa altura.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amantino de Lemos.

O Sr. Amantino de Lemos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As assimetrias que se verificam ao comparar-mos os indicadores convencionais de bem-estar mostram-nos claramente a diferença de qualidade de vida que se desfruta no meio rural e no urbano.

Portugal, que desde há longos anos era considerado um país macrócefalo, não viu, nem vê, depois que foram passados três anos da data da Revolução de Abril, que esta classificação venha a tornar-se obsoleta, mesmo a longo prazo.

Com efeito, a falta de estatísticas actualizadas impede-nos de afirmar categoricamente que a diferença existente entre o nível de vida da cidade e o dos meios rurais se acentuou ainda mais, mas acreditamos que todos os presentes nesta Câmara têm, pela experiência que os contactos com as populações lhes transmitem, a noção de que porventura assim aconteceu.

Não ignoramos as dificuldades que aos gestores da coisa pública se deparam em tempos de crise económica como os que atravessamos, mas estamos também certos de que o adiar não pode ser nunca opção a considerar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Orador: — Temos actualmente institucionalizado um regime de liberdade, um regime democrático.

A leitura da Constituição, livremente elaborada pelos representantes eleitos do povo, não pode nem deve ser apenas um documento que sirva para o recreio de espírito dos estudiosos. Para a generalidade dos Portugueses, a aplicação prática dos princípios que nela estão contidos, os direitos e os deveres dos cidadãos, constituem uma esperança, quiçá a única, de verem resolvidos os graves problemas que desde sempre os têm afligido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos tempos da ditadura e nos longos serões da província, todas as tímidas conversas sobre as realidades nacionais terminavam com um desabafo, misto de revolta e de frustração:

Portugal é Lisboa e a capital o Terreiro do Paço.

Neste dito, que alguns classificavam, mal, de inveja vesga, consubstanciavam-se as críticas à centralização do Poder e também o repúdio da exploração da província pela cidade.

É urgente que este dito caia em desuso. É urgente que ao mundo rural seja paga a conta que desde há muito está em aberto. É urgente riscar o termo «adiar» do léxico governativo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Orador: — Uma das grandes dificuldades que se deparam aos representantes das autarquias locais, que com grande sacrifício pessoal se dispuseram a assumir as responsabilidades que os seus concidadãos lhes cometeram, é o da descoberta do caminho certo no longo e complicado labirinto político-burocrático que tem diante de si a vencer.

Na verdade, quase se torna necessária a edição de um guia que permita encontrar a via correcta, qual roteiro, a ser usado pelos que se vêem bem cedo transformados, sem nunca o terem sonhado, em mendigos de verbas e favores, que lhes permitam corresponder às solicitações que lhes são feitas por municípios angustiados de carências, confiantes na escolha e exigentes na resolução rápida dos anseios expeditos.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A independência financeira das autarquias, embora articulada de modo harmônico em projectos de desenvolvimento regional, é condição necessária para que exista democracia.

Meios materiais onde estão?

Há câmaras municipais que dentro de algum tempo não poderão pagar aos seus trabalhadores os vencimentos se não receberem um reforço para a verba destinada a esse fim.

Meios técnicos de apoio à elaboração dos projectos solicitados onde arranjá-los, se não há verba para os pagar?

Pessoal qualificado nas autarquias, que libertem os dirigentes do trabalho de execução — não está em causa o esforço desenvolvido pelos trabalhadores —, onde se encontra?

O problema das remunerações dos membros dos órgãos autárquicos, que desde a tomada de posse vêm em muitos casos os seus orçamentos familiares abalados, pois a actividade que desenvolvem obrigou-os a afastarem-se dos lugares cujo vencimento era a sua fonte de rendimentos, para honrarem a escolha feita, quando estará resolvido?

O saco das carências completamente cheio de faltas e vazio de realizações.

A luz eléctrica de que há concelhos com uma cobertura deficienteíssima — por exemplo, Ponte de Lima — e em que outros electrificados na estatística, mas na prática com uma rede deteriorada, mal implantada e abastecidos em condições tais que ao ligar o motor para tirar água nem ele arranca, nem a luz acende, mas o contador gira ...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por que não são comparticipados, como regra, os melhoramentos na rede de distribuição? Porquê a ânsia de só apresentar obra nova, quando o que existe é por vezes tão mau que quase valia a pena não existir?

Velhas fontes de chafurdo a serem paulatinamente transformadas em fontanários, aguardando-se para outra melhor oportunidade — qual? — a distribuição domiciliária, mesmo em terras onde a água escorre dos montes para se perder por inaproveitada!

A protecção à saúde das populações, má, no geral, piora à medida que a sua excentricidade aumenta em relação aos grandes centros com a malha das instalações a alargar-se de tal modo que o infinito poderá, neste caso, ser facilmente atingido.

A título de exemplo: Lisboa, um médico para 493 habitantes; Viana do Castelo, um médico para 2909.

5,3% das crianças de Lisboa nascidas sem assistência médica enquanto no distrito de Vila Real a ausência médica enquanto no distrito de Vila Real a ausência de assistência é computada em 79%.

Mortalidade infantil, record europeu, trágico troféu que nos envergonha, e que no Norte, Guimarães e seu termo, tem o seu mais elevado expoente. Consequência directa da falta de estruturas de apoio às mães que, para alimentar-se, e aos seus, têm de trabalhar sem que a creche e o infantário inexistentes ou insuficientes assumam as suas funções sociais.

O parque infantil é, para a maioria esmagadora das crianças do nosso país, a rua, o caminho, o campo e o trabalho.

Crianças que chegam à escola, e que escola? — entre as melhores contam-se as construídas segundo um projecto barato (o dos centenários) —, que as não tornam cômodas, nem para os alunos nem para os professores. As carências de material didáctico a desafiar o engenho dos mestres. Mas senhores, estamos em 1977 ...

Cantinas que não existem ou são excepções, parte das vezes porque não há possibilidade de espaço para se efectuar a sua instalação, outras que entram em

funcionamento mercê de todo um esforço de improviso, comovente, dos que querem sair à força do marasmo e algumas vezes nem água têm para lavar a louça suja.

Escolaridade obrigatória!? Cerca de 40% de analfabetos na média geral do País, com percentagens que oscilam de 28,1% em Lisboa e 50,2% em Beja.

Com que sacrifícios e qual o apoio para os alunos que da aldeia vêm até à sede do concelho, sujeitos a horários de transporte e de aulas, que não foram estabelecidos tomando em consideração as situações a que estão sujeitos.

À partida, a desigualdade a estabelecer-se, uma selecção viciada a marcar destinos e futuras opções.

Cumprido este ciclo, chegada a idade do trabalho, qual a formação profissional obtida? Quais as portas que se abrem para o futuro destes portugueses? — a emigração, a cidade, a lavoura?

A emigração, sofrendo crises cíclicas, destinar-se-á a alguns que lá fora têm parentes que se disponham a apoiá-los e a animá-los ao grande passo; a cidade, hostil, a repudiar por um processo de rejeição os concorrentes a um mercado de trabalho já saturado; a lavoura, a terra, em último caso a albergar mais braços de trabalho, aumentando dia a dia a utilização de mão-de-obra que se queria ver diminuída.

A estatística, neste caso, o que nos apresenta: 43%, 50%, mais?

Quantas dificuldades não derivam directamente para o sector agrícola deste acontecimento? O retalhar da propriedade, a impossibilidade de conciliar custos de produção com custos de mercado, quando os preços dos produtos agrícolas são o salário da maioria dos agricultores deste país.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Que projecto de futuro realizável se está executando para transformar esta situação?

Outros níveis de bem-estar serão passíveis de análise em contexto de subdesenvolvimento? Supomos que não.

A terceira idade e a reforma dos rurais têm o indicador de fardo para a sociedade activa que no seu programa de vida procura ignorar o que inexoravelmente também para eles chegará.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na impossibilidade de detalhar e completar mais o quadro de carências apresentado — sabemos todos que ficou mais por dizer do que aquilo que foi dito —, não podemos deixar de referir uma preocupação que se prende com a qualidade de vida de todos nós.

Com a nossa passividade, exceptuando os brados de alerta de alguns corajosos mas incomprendidos paladinos da conservação da natureza, nos campos e nas cidades, tem-se destruído, desflorestado e poluído das formas mais diversas mas metódicas e sistematicamente, atentando contra bens dos quais somos apenas fiéis depositários.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Presentemente o espectro da radioactividade assusta muitos portugueses conscientes.

Que espécie de caixote de lixo pretendemos legar aos nossos filhos para viver?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O quadro apresentado ao longo desta intervenção, e a que nenhum optimismo poderá emprestar cores garridas, é a realidade que temos.

A diferença entre a má realidade conhecida e aquela que desejamos para todos os Portugueses é o árduo caminho que tem de ser percorrido por quem governa.

O tempo gasto atestará a capacidade governativa e os que, sentindo hoje as dificuldades, apenas atribuem culpas a um passado a que não desejam regressar, dificilmente admitirão imobilismos, uma vez que, neste domínio, apenas contam os resultados e são ignoradas as intenções.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para nós, sociais-democratas, menos do que atacar quem quer que seja, interessa-nos contribuir para a resolução dos problemas de todos os Portugueses.

A nossa crítica é uma contribuição que supomos válida e desejamos sinceramente que assim seja entendida.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado utilizou dez minutos.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alda Nogueira, para pedidos de esclarecimento.

**A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP):** — Ouvi com interesse a exposição do Sr. Deputado Amantino de Lemos e subscrevo a maioria das ideias expostas pelo Sr. Deputado, sem a menor hesitação, a propósito das carências aqui referidas. Só que, depois das declarações e das afirmações feitas pelo Sr. Deputado, coloca-se-me uma dúvida que vem de uma contradição entre as palavras do Sr. Deputado e a actuação do Governo em que o seu partido tem a maioria, na Madeira.

A pergunta que eu quero fazer é a seguinte: como é que o Sr. Deputado explica que, depois de todas essas afirmações e perante toda essa preocupação justamente revelada, as autoridades do Governo Regional da Madeira tenham mandado encerrar o Infanário do Machico, salvo erro, segundo me disseram e salvo melhor explicação, pois não tenho para mim esta ideia, por diferendos ou divergências de qualquer tipo com a autoridade local, concretamente a Junta local, privando assim centenas de crianças de beneficiarem não só da assistência, como, inclusivamente, dos bons ares e da boa alimentação que nesse infanário lhes seriam proporcionados?

Mais uma pergunta, Sr. Deputado: a ser isto verdade, o Sr. Deputado considera justo que sejam as crianças as vítimas, pagando os diferendos ou as divergências que possam existir entre o Governo Central e, neste caso, a autoridade local do Machico?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amantino de Lemos para responder, se assim o entender.

**O Sr. Amantino de Lemos (PSD):** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, ouvi com a maior atenção as suas perguntas e quero dizer-lhe, sobre as questões que me põe, que as desconheço, com toda a franqueza.

Certamente que outros que conheçam os problemas locais poderão responder com muito mais à-vontade do que eu.

Suponho que haverá razões transitórias para tal medida, mas, como disse, continuo a desconhecer esse problema, de maneira que não lhe poderei dar nenhuma resposta capaz e satisfatória.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Proença.

**O Sr. Manuel Proença (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aproveitando esta sessão especialmente dedicada a intervenções sobre assuntos de interesse regional, venho apresentar à Assembleia da República e, através dela, ao Governo alguns problemas que afectam a população do Algarve e que necessitam de uma solução a curto prazo. Em vez de uma análise de fundo da problemática algarvia, preferi apresentar problemas concretos de grande importância regional e solicitar a intervenção urgente do Governo no sentido de os solucionar.

Ninguém duvida, e os Algarvios muito menos, que o Algarve constituirá uma região quer administrativa, quer Plano, tal como estão previstas na Constituição. Todas as hipóteses apresentadas até agora para a divisão do País em regiões assim o entendiam. Qualquer proposta que não contivesse esta afirmação encontraria a mais forte oposição dos Algarvios e dos seus representantes.

Partindo deste princípio comumente aceite e tendo em atenção que a região do Algarve se consubstancia num só distrito e ainda a distribuição política da população algarvia, fácil é chegar à conclusão de que no Algarve deve ser criada a primeira região e aí ensaiar os órgãos de carácter técnico e administrativo que virão a ser utilizados nas outras regiões.

Esta ideia não é nova, e foi com este espírito que já em princípios de 1975, durante a vigência do III Governo Provisório, se pensou constituir no Algarve o embrião de um órgão de apoio técnico à futura região, e que se veio a designar por GAPA — Gabinete de Planeamento da Região do Algarve. Este órgão veio a ser criado pelo Decreto-Lei n.º 278/75, já na vigência do IV Governo Provisório. A orientação definida por este decreto-lei era diferente do espírito que levou à sua criação. Assim, não estabelecia aquele decreto-lei os quadros legais e institucionais mínimos que permitissem ao GAPA desempenhar cabalmente as suas funções e ter relações pacíficas a nível regional.

Em vez de um órgão de planeamento, criou-se um órgão de gestão e orientação de obras. Em vez de um organismo de decisão regional, criava-se um organismo de forte dependência do Governo Central, nomeadamente fazendo-o depender directamente do Primeiro-Ministro, que na altura era o general Vasco Gonçalves, não mencionando sequer nesse decreto as relações com os órgãos de decisão política locais.

Claro que parece evidente a nítida intenção de dar ao GAPA uma orientação de discriminação ideológica, e na verdade desde o início que o GAPA actuou nessa conformidade. Tanto na admissão de pessoal como nos processos de actuação as orientações partidárias estavam fortemente marcadas.

Sendo-lhe atribuída a tarefa de distribuição das verbas para obras e de dar apoio técnico às iniciati-

tivas das organizações locais, as obras e as organizações privilegiadas eram normalmente as de carácter populista.

Parecendo auto-satisfazer-se nesta situação, o Gabinete nunca tentou, como lhe competia pelo decreto-lei que lhe deu origem, organizar-se e equipar-se humanamente para exercer a actividade para que o seu nome aponta: planificar. O GAPA não tem qualquer vocação para o planeamento.

Os seus quadros de pessoal engrossaram entretanto, atingindo hoje perto de cento e cinquenta funcionários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As autarquias eleitas recentemente no Algarve sentem-se neste momento prejudicadas em relação às restantes, já que não admitem a actuação paternalista de um órgão que não só as condiciona nas suas decisões, como, por outro lado, lhes dificulta o acesso ao Governo Central, actuando como intermediário parasita, que não resolve os problemas e empata as soluções. A tentativa de correcção de comportamento que ultimamente se iniciou só serve de paliativo, na medida que o mal é estrutural.

A gestão e decisão das obras de carácter regional devem ser feitas a nível regional. Por isso não se comprehende que ainda não haja no Algarve delegações das Direcções das Construções Escolares, das Hospitalares e dos Monumentos Nacionais e que as decisões que se lhes referem sejam tomadas em Évora. Por isso se comprehende que haja no Algarve um órgão capaz de conduzir as obras supramunicipais e que tenha as competências respectivas que agora cabem ao GAPA e mais aquelas que neste momento são comandadas de fora da região. No entanto, a actividade desse órgão não deve colidir com a competência e autonomia financeira e técnica das autarquias locais e a sua orientação deve depender dos órgãos políticos regionais, que, enquanto não forem instituídos, deverão ser substituídos pelo Governo Civil e pela assembleia deliberativa prevista no artigo 263.º da Constituição.

Por outro lado, há necessidade de criar um órgão que faça o planeamento da região, actividade para a qual, como já se disse, o GAPA não manifesta qualquer vocação.

Há assim que repensar todo o problema e há que fazê-lo com a capacidade e urgência que o Algarve, as suas autarquias e a situação no GAPA requerem.

O segundo problema que quero pôr à Câmara e ao Governo é o problema das barras dos portos algarvios.

Ao longo da costa algarvia espalham-se vários pontos, uns pesqueiros, outros comerciais ou mistos, que padecem no geral de assoreamento das suas barras.

Para resolver o problema, para além de obras a médio e longo prazos, cujos estudos têm de ser concluídos e cujas verbas têm de ser previstas, há necessidade urgente de proceder à dragagem das suas barras.

Ao longo da costa algarvia os protestos têm vindo a subir de tom à medida que as dragas necessárias à execução dos trabalhos teimam em não aparecer. É o caso de Vila Real de Santo António, cuja população desespera por ver comprometido o futuro da

sua terra, uma vez que o estado da barra do Guadiana impede a utilização do porto. Na verdade, o estuário do Guadiana oferece condições naturais que permitiriam a Vila Real de Santo António ter um dos melhores portos naturais do País.

A navegabilidade do Guadiana, que pode ainda vir a ser aumentada com a barragem da Rocha da Galé, torna-o uma via de penetração Alentejo adentro, via por onde durante muitos anos se escoaram os produtos alentejanos.

Entretanto, a barra, por falta de desassoreamento, torna quase inúteis estas qualidades do estuário, bem como os 300 m de muralha acostável e as verbas despendidas nas obras do molhe.

A população de Vila Real de Santo António desespera porque com a paralisação do porto não só vê posto em perigo um bém de que se orgulhava e beneficiava, mas, também, vê posta em causa a sua existência como comunidade dependente da pesca e da actividade do porto.

Também a população de Tavira se tem inquietado justamente com o assoreamento da barra do seu porto de pesca. Essa inquietação já a fatalidade mostrou não ser infundada e há bem pouco tempo a barra matou dois pescadores, acontecimento devidamente salientado por um colega do nosso círculo eleitoral. A tragédia teve o condão de mobilizar os esforços da população e dos responsáveis governamentais, de modo que já foram destinados a Tavira os meios financeiros necessários ao desassoreamento da barra e à consolidação do molhe.

Também os pescadores da Fuseta, que necessitam de atravessar uma barra assoreada para se abrigarem no porto, lamentam ter a sua actividade condicionada às horas das marés. Assim não poderão regressar a casa se não o fizerem à hora da praia-mar. Quando se atrasam conseguem muitas vezes passar a barra saltando para dentro de água e forçando com os seus ombros, contra o casco, a passagem do baixio. Se o atraso for ainda maior já nem isso é possível. Então só lhes resta a espera pela praia-mar seguinte ou a recolha em Olhão se o tempo a tanto obrigar.

É, também, ainda o caso de Lagos, onde há poucos anos havia catorze traineiras e hoje já só quatro operam. Na pesca há desemprego grave. A indústria conserveira está em crise. O estaleiro está praticamente paralisado. Também aqui a culpa é do assoreamento da barra. Também aqui há a amargura de se ver definhando uma actividade económica primordial. Também aqui há necessidade de dragagem, para além da construção de um molhe de abrigo.

Perante este rosário há que reflectir e tomar as decisões adequadas. Por que não criar no Algarve um serviço de dragagem que disponha dos meios necessários para que estes trabalhos não se atrasem? Convém não esquecer que existem mais barras naquele distrito, tais como Portimão e Faro-Olhão, que não são mencionadas por não enfrentarem neste momento aquele problema com a acuidade das apontadas. Do Governo esperam-se as soluções adequadas.

Passaria agora, e por fim, a um terceiro problema.

Durante anos, à medida que se desenvolvia a exploração turística da costa algarvia, foram os Algarvios que, sendo postos perante a dificuldade cada

vez maior de na época estival, procederem à aquisição dos bens necessários à sua subsistência.

Cresceu o turismo de uma forma anárquica, em que as infra-estruturas necessárias não existiam nem cresciam acompanhando o desenvolvimento da actividade.

Como mínimo indispensável de planificação exigir-se-ia que anualmente se fizessem chegar às zonas de afluência turística os bens necessários para compensar o aumento da procura.

Na falta disso eram os Algarvios, bem como os veraneantes, sujeitos durante a época estival a bichas para aquisição da carne, do leite, do pão, etc., bem como aos aumentos de preços que o desequilíbrio entre a oferta e a procura sempre provocam. O problema era tanto maior quanto, se é verdade que, passada a estação, havia uma baixa de preços, essa baixa nunca era suficiente para recuperar os preços no início da estação.

No ano de 1976 houve da parte do Governo, através da actuação das Secretarias de Estado do Turismo e do Comércio Interno, a preocupação de satisfazer as necessidades das populações algarvias e dos turistas que o Algarve demandavam, injectando no mercado algarvio os bens correspondentes ao aumento da população.

Apesar de esta actuação não ter tido a divulgação que merecia, todos se lembram que na época estival passada os aumentos de preços no Algarve não foram superiores aos que se verificaram em todo o País. E lembram-se particularmente que não se sentiram as tradicionais bichas para a aquisição dos géneros alimentícios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A subida do custo de vida que tem fustigado a população de todo o País, particularmente a partir do final do ano passado, não poupou o Algarve. Também lá, para além da subida de preços resultante das medidas necessárias para austerizar a vida do País, se sobrepôs a subida resultante da actuação perfeitamente impune de especuladores sem escrúpulos que sacrificam impiedosamente as populações. Lembrando as tradicionais dificuldades estivais, os Algarvios olham angustiados a chegada do Verão, temendo que o aumento estival dos preços conclua a erosão já muito acentuada dos rendimentos familiares.

Perante este problema deve o Governo tomar as medidas necessárias para combater os especuladores e sanar o comércio algarvio, fazer chegar ao Algarve, tal como se fez no ano transacto, os bens necessários para satisfazer a procura gerada pela população flutuante e dar conhecimento à população das medidas tomadas, para que esta possa olhar o Verão que se aproxima com olhares menos angustiados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao longo do processo democrático, os Algarvios têm demonstrado uma maturidade política e um espírito cívico que bem merecem ser realçados como exemplo. No Algarve a tolerância partidária manifestou-se sempre pela ausência dos actos violentos que ensombraram a vida política noutras regiões do País. Essa tolerância não significou nunca, porém, desinteresse ou incapacidade de lutar. Quando foi necessário actuar e manifestar nas ruas a sua vontade, também nessa

altura o povo algarvio não hesitou em descer às ruas, dando assim um exemplo ao País.

Tal povo merece bem a atenção dos governantes que escolheu. A solução dos seus problemas será a única resposta à confiança que o Algarve deposita no Governo.

#### Aplausos do PS.

*Entretanto tomava lugar na bancada do Governo o Sr. Ministro sem Pasta Jorge Campinos e assumira a Presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado gastou treze minutos e quinze segundos no uso da palavra.

O Sr. Fernandes Loja (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Para que efeito é que pede a palavra, Sr. Deputado?

O Orador: — Sr. Presidente, trata-se de perguntar que possibilidade é que eu teria de prestar um esclarecimento à Sr.ª Deputada Alda Nogueira, que interveio há pouco. Não sei se será oportuno fazê-lo ou se é regimental.

O Sr. Presidente: — Eu creio que se fosse imediatamente a seguir à intervenção da Sr.ª Deputada Alda Nogueira, estava certo. Mas neste momento creio que já não é oportuno.

O Orador: — Nesse caso eu poderei depois prestar à Sr.ª Deputada Alda Nogueira, pessoalmente, este esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Reigoto.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Esta minha intervenção tem como principal finalidade fazer chegar também a este Governo a certeza de que o distrito de Vila Real continua a ser, de facto e realmente, «o Portugal desconhecido que espera por ele», pois que, em boa verdade, continuam a desconhecer-se reciprocamente.

Alerto-o desde já, não vá abespinhar-se, de que «Pra lá do Marão mandam os que lá estão».

Todavia, aquela gente nunca deixou de sentir no coração, orgulhosamente, o ser português, defendendo as suas terras com galhardia, porque são também Portugal, muito embora, com tristeza e amargura, reconheçam que nunca foram tratados como tal.

Hoje limitar-me-ei apenas a aflorar o problema da saúde e educação.

Ficará para futuras intervenções o muito que há a recordar ao Governo acerca das necessidades desta oprimida parcela de Portugal.

O distrito de Vila Real tem a pior taxa de saúde. Não admira. Continua a viver do milagre de todos os dias. Do solo, da riqueza natural e do seu trabalho.

Necessitamos urgentemente de hospitais, postos de socorro, maternidades, assistentes sociais.

Dos 14 concelhos que compõem o distrito de Vila Real, apenas três estão contemplados com unidades hospitalares novas.

Em Chaves está a construir-se um hospital regional para dar cobertura ao Norte do distrito. Com as dimensões e estruturas com que presentemente o estão a dotar, não me parece possível que outra cobertura satisfaça que não seja a do seu próprio concelho, o mais populoso do distrito.

A Régua, com o seu hospital novo já em funcionamento, satisfaz apenas e só as suas freguesias.

Em Vila Real funciona apenas o velho hospital, património da Misericórdia. Só continua a chamar-se hospital porque alberga ainda, e infelizmente, doentes. Nada existe naquele hospital que não envergonhe qualquer Governo, desmoralize qualquer alma caridosa e irrite e indigne aqueles que dele são obrigados a servir-se. Actualmente, pouco mais se pratica que os primeiros socorros, auto ou aerotransportando seguidamente os doentes para os hospitalais do Porto.

Projectou-se e iniciou-se já a construção de um hospital regional de psiquiatria. Adquiriu-se terreno para a construção de um hospital regional.

O Governo da Noruega emprestou 700 mil contos para o acabamento do hospital psiquiátrico, a construção de novos pavilhões e habitações para o corpo clínico e respectivos acessos.

Mas, segundo julgamos saber, o Governo propõe-se transformar esse hospital, adaptando-o a todos os fins, com o objectivo de eliminar o hospital regional, privando Vila Real de mais uma unidade hospitalar, que, além de necessária, lhe é devida. Se assim acontecer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, «não mandarão os que pra lá estão do Marão».

E os concelhos de Montalegre, Boticas, Valpaços, Murça, Alijó, Sabrosa, Vila Pouca de Aguiar, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, Mondim de Basto, Ribeira de Pena? Também eles não são portugueses, dignos de possuir uma unidade hospitalar decente que os acolha e lhes resolva os seus problemas de saúde?

Esperamos que o Governo inicie rapidamente a construção de novas unidades hospitalares e proceda desde já a uma cobertura de postos de primeiros socorros em meios rurais.

#### **E quanto à educação?**

Estará já a escola portuguesa habilitada com os meios legais que lhe permitam alcançar uma formação integral da juventude, dar a esta um equilíbrio físico, moral e intelectual que a torne apta a enfrentar o mundo?

O distrito de Vila Real é também um dos que tem maior índice de analfabetismo.

Denuncio haver ainda aldeias que não possuem uma sala de aulas; outras que, possuindo-a, estão lançadas ao abandono mercê do seu péssimo estado de conservação; outras que estão a comportar o dobro de alunos que pedagogicamente é aconselhável.

Agrava-se de ano para ano a ministração do ensino em todo o distrito. Se não se tomarem desde já medidas concretas, construindo-se novos estabelecimentos, dotando-os de material didáctico, tornando-os de facto operacionais, os actualmente existentes, desde os primários aos liceais, passando pelos secundários e técnicos, ficarão de tal maneira superlotados que não será possível aos professores ensinar e aos alunos aprender.

A Escola do Magistério Primário continua instalada no antigo e velhíssimo museu.

São tão más as condições que rodeiam os futuros professores, tão nulo o material didáctico que usam, que até por graça, mas só e apenas por graça, se pode dizer: vieram de um museu, não estranharam o ambiente.

Ao nosso tão sonhado, ambicionado, contestado e mui jovem politécnico, que conta apenas dois anos de sobrevivência, puseram-lhe à disposição tais instalações que, além de ridículas, são manifestamente anti-pedagógicas.

Julgamos que já no próximo ano lectivo poderá usar as instalações do antigo Quartel Distrital Militar. É mais um remendo pedagógico.

Possuímos já terreno suficiente onde poderá ser construído o pavilhão do nosso politécnico, apoiado por campos experimentais necessários.

A questão que pretendo sugerir ao Governo é precisamente saber se já não será tempo de pensar a sério nas discretas e graves perdas que este distrito terá sofrido por não ter havido os precisos cuidados com as mais íntimas fontes de riqueza.

Para quando a construção de novos edifícios escolares? Para quando a formação de bibliotecas? Para quando a difusão do livro e a propagação do gosto pela leitura? Para quando o lançamento da telescola?

O povo do distrito de Vila Real, pelo amor que dedica à sua terra, pelo seu trabalho, pela sua dignidade e hospitalidade, pelo seu alto espírito de compreensão e sacrifício, pelo seu portuguesismo, bem merece outro tratamento.

Dêem-lhe, pois, senhores governantes, aquilo a que têm direito como seres humanos que são e portugueses que sempre foram.

O 25 de Abril apenas lá chegou, por agora, levando-lhes mais pobreza, mais imoralidade, mais confusão e maiores injustiças sociais. Ainda lá não chegaram a cultura, a assistência social, a riqueza que nos prometeram. Todavia, o povo do distrito de Vila Real continuará a dar, voluntariamente, espontaneamente, o seu contributo ao espírito que norteou o 25 de Abril. Como sempre continua a dar e a nada receber.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro:** Estamos autenticamente no período crítico de fazermos tudo pela cultura popular.

Estamos naquele período de lutarmos pela saúde e educação, material e espiritualmente, dando-lhes outra profundidade formativa, nos nossos meios rurais. Estamos naquele período de chamarmos mais a nós, intimamente, os benefícios e privilégios que outras zonas têm usufruído. Estamos naquele período de impormos que com a maior urgência se efctive uma autêntica descentralização, que permita de facto aos naturais do distrito resolverem os seus problemas, na certeza de que não esquecerão os interesses nacionais.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro:** Temos bons médicos, bons auxiliares, muitos e bons doentes. Simplesmente, nem os doentes têm instalações hospitalares que os alberguem condignamente, nem os médicos condições, meios, material cirúrgico e medicamentoso para lhes aplicar humanamente. Temos bons professores, bons pedagogos, muitos e bons alunos. Simplesmente, nem os alunos têm instalações escolares próprias e suficientes que os recebam satisfatoriamente, nem os professores condições, meios,

material didáctico, para lhes ministrar com eficiência os ensinamentos.

Mas se é verdade que os sucessivos Governos deste país e o distrito de Vila Real continuam a desconhecer-se reciprocamente, não é menos verdade que os médicos e os doentes, os docentes e os discentes continuam, com orgulho e valentia, a sacrificar-se reciprocamente.

Tenho dito.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado demorou nove minutos e trinta segundos com a sua intervenção.

Alguém pede a palavra para pedidos de esclarecimento?

*Pausa.*

Como ninguém pede a palavra, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alda Nogueira.

A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP): — Sr. Presidente Srs. Deputados: As condições de habitação, e não só, em que vive a população piscatória e demais trabalhadores em Câmara de Lobos são verdadeiramente degradantes.

Habitando em quartos dez e mais pessoas, em casas sem porta, onde o vento e a chuva entram e donde as pessoas durante o dia saem, vivendo na rua nas horas em que não trabalham, a população piscatória de Câmara de Lobos já várias vezes e há muitos anos tem ouvido falar de um plano para a construção de um bairro habitacional.

Só que tal plano nunca passou de palavras para esta população. Esta mesma gente que vive da pesca — oficialmente existem em Câmara de Lobos 800 pescadores matriculados, mas, na realidade, o seu número ultrapassa os mil nalgumas centenas, segundo nos disseram —, tal população que à pesca vai buscar com que completar o seu salário, tem necessariamente de viver mal, dadas as condições em que a actividade piscatória é levada a cabo no arquipélago da Madeira.

Ela desenrola-se «a nível artesanal, não havendo uma exploração racional dos recursos do mar, enquadrada num sector integrado que englobe de forma coordenada as funções de investigação e de detecção de cardumes, a actuação dos meios de captura, a concentração e transporte do pescado, o desembarque e canalização para estruturas de armazenagem e de circuitos de distribuição». (*Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Março de 1977.)

Sendo assim, a produção de pescado no arquipélago é mais que modesta, muito inferior à do continente, comparativamente, tendo atingido apenas as 8000 t por ano e pouco ultrapassando os 100 000 contos (105 500 contos em 1974 e 117 mil em 1975).

Com 1540 pescadores oficialmente inscritos em 1970, mas, na realidade, estando este número muito abaixo do total dos pescadores no arquipélago (mais de 4000 à data, segundo nos informaram), a pesca recolhida no arquipélago distribui-se à volta de três espécies principais, como se sabe: atum, peixe-espada e baleia.

A primeira, o atum e similares, constitui cerca de 70% da tonelagem e mais de 60% do valor total da

pesca no arquipélago (70 000 contos de atum pescado no total dos 117 mil contos em 1975, por exemplo).

E o que se verifica é que, no que respeita à pesca do atum, que podia ser uma das grandes riquezas do arquipélago, o que se verifica, dizia eu, é que, em consequência dos métodos artesanais utilizados e de há muito considerados ultrapassados, os 34 atuneiros existentes capturaram mesmo assim cerca de 6000 toneladas de atum, num ano.

No que respeita à pesca em geral capturada no arquipélago e ainda em consequência dos arcaicos processos utilizados ali, o coeficiente de produtividade (através da tonelagem desembarcada por pescador anualmente) tem valores baixíssimos: cerca de metade do que se regista no continente, 9,5 vezes menos do que a que se regista na Dinamarca, 8 vezes menos do que a que se regista na Noruega, 7 vezes menos do que a que se regista na República Federal da Alemanha, 6 vezes menos do que a que se regista na Holanda e 4 vezes menos do que a que se regista na Inglaterra.

Basta dizer que da frota pesqueira em actividade no arquipélago, 563 embarcações em 1976 (1.º semestre), apenas 35,5% eram movidas a motor e a quase totalidade (94%) tinha uma arqueação bruta entre 5 t e 25 t.

Por tudo isto, não admira que a produtividade das embarcações seja cerca de três vezes menor que a registada no continente. E como esta, por seu turno, já é muito baixa em relação à produtividade das embarcações de outros países europeus, sucede que tal número para a Madeira é extremamente baixo quando comparado com o destes países, ou seja 10 vezes menor do que a produtividade das embarcações da Dinamarca, Bélgica e Inglaterra, por exemplo.

A pesca do peixe-espada, a segunda riqueza piscatória do arquipélago, rendeu, nas condições artesanais em que se faz, mais de 34 mil contos em 1975.

A acrescentar a tudo isto há ainda a carência de câmaras frigoríficas nas próprias fábricas e fora delas. A solução deste problema, que urge resolver, teria como consequência retirar à indústria o seu carácter sazonal e possibilitaria uma laboração mais económica, criaria novos postos de trabalho e poria fim a um dos estrangulamentos actuais da indústria de conservas.

Isto é tanto mais grave quanto é certo que esta indústria absorve cerca de 50% do total da pesca do arquipélago.

Apenas existem na Madeira três empresas locais com equipamento de frio: Unigel, Somagel e Granja Avícola, e nenhuma delas tem uma capacidade que ultrapasse as 1000 t.

Mais: nenhuma das embarcações registadas está equipada com câmaras frigoríficas. O peixe fresco é conservado a bordo com gelo, em condições mais que precárias, chegando a suceder o absurdo que sucedeu em 1974, quando houve uma enxurrada de peixe e os pescadores tiveram que o deitar pela borda fora antes de atingir o porto, ou o que se convencionou chamar porto.

Finalmente, a falta de uma rede de transportes com navios congeladores que permitissem o escoamento do pescado para os mercados nacionais e estrangeiros é outro factor do estrangulamento e

atraso no desenvolvimento das pescas no arquipélago.

Não é difícil, por tudo isto, concluir que o nível de vida dos que trabalham e vivem da pesca na Madeira e Porto Santo é mais do que baixo.

Câmara de Lobos é um dos catorze pontos que se localizam na Madeira. Câmara de Lobos é um dos mais importantes, sendo os outros Caniçal e Machico. Em Câmara de Lobos estão 290 das 563 embarcações existentes, ou seja, mais de metade, e ainda se puxam a pulso os barcos no varadouro.

Nenhum destes portos oferece as condições mínimas exigidas a uma estrutura portuária. Nenhum deles permite, por falta de tais condições mínimas, que os pescadores, as embarcações, operem com segurança e eficácia.

No que respeita à população de Porto Santo, por exemplo, além da não existência de um porto de abrigo, debate-se ainda com falta de água. E a indústria de conserva de atum está paralisada grande parte do ano, tal como sucede na Madeira.

Sr. Presidente. Srs. Deputados: Que reclamam as populações laboriosas destes catorze portos do arquipélago? Reclamam, em primeiro lugar, três ou quatro barcos frigoríficos no alto-mar, que, ao mesmo tempo, lhes dessem apoio em mantimentos e gasóleo. Assim, poderiam sair para a campanha durante vários dias sem a preocupação de o peixe se estragar ou acabar o gasóleo.

Reclamam, em segundo lugar, uma «escuta» em terra conveniente, pois já tem sucedido esgotar-se-lhes o gasóleo em pleno alto-mar, e nenhum postor recebido a sua mensagem neste sentido. Reclamam também, os pescadores da Madeira, a construção de portos de pesca onde os barcos não sejam puxados a pulso, como ainda hoje sucede, e onde haja condições de abrigo. Reclamam, finalmente, condições de habitação dignas de seres humanos que são.

Este é o mínimo das reclamações das populações piscatórias para salvarem as suas vidas de um desastre e para poderem pescar todo o ano. Tudo isto tornaria igualmente possível não só a laboração durante todo o ano das fábricas de conserva existentes (hoje apenas quatro, três na Madeira e uma em Porto Santo) como até o aumento do número destas com a criação de novos postos de trabalho e o aumento da produção industrial e da riqueza do arquipélago.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que acabamos de referir para o arquipélago da Madeira é igualmente válido para o arquipélago dos Açores, onde existem seis fábricas de conservas, todas com grandes defeitos de produção (equipamento antiquado ou gasto, má planificação topográfica, com grandes espaços a percorrer nas várias fases do fabrico e linhas de produção não racionais).

Também nos Açores a questão do frio se coloca, pois as pequenas unidades de frio existentes são praticamente as das fábricas de conservas, que funcionam para uso destas, e mesmo assim essas unidades são pequenas. E de todas as embarcações existentes, salvo erro, só uma tem frio a bordo, o que dificulta o transporte do peixe em condições.

Por outro lado, quer nos Açores quer na Madeira, é quase desconhecida a riqueza da fauna piscatória. Com a agravante de, no que respeita aos Açores, os trabalhos de pesquisa de tal riqueza terem sido

confiados à AID (Agência Internacional de Desenvolvimento), organização esta acusada de ingerência e participação na queda de Governos na América Latina, nomeadamente na queda do Governo de Allende, o que, aliás, foi admitido pelo próprio Congresso dos Estados Unidos, segundo informações das agências noticiosas.

É mais do que evidente que esta decisão de entregar à AID a pesquisa da riqueza piscícola e agrícola dos Açores é o primeiro passo para a entrega da exploração desta riqueza os imperialistas americanos e seus sequazes. Com efeito, segundo ainda as mesmas agências, uma vez completado tal plano de estudos pela AID, este seria entregue ao Governo Regional e depois outros países farão seus empreendimentos de acordo com aquele estudo.

Também nos Açores os meios de pesca são rudimentares, a frota é artesanal e as condições em que o açoriano vai para o mar são de verdadeiro desafio e arrojo.

Entretanto, o que se passou à volta do porto da Ribeira Quente, aldeia de pescadores de Ponta Delgada com 1800 habitantes, é bem o exemplo do que não se deve fazer no campo das soluções dos problemas regionais.

Dado o tempo necessário e o volume de capitais que uma reorganização global da pesca implicaria, consideramos que a solução cooperativa, jáposta em prática com êxito nos Açores, por exemplo, com a Cooperativa União dos Trabalhadores do Mar (esta para a comercialização do peixe pescado pelos associados), será a solução indicada para num futuro imediato se resolverem certas dificuldades com que se debatem os pescadores de artes menores. Tais cooperativas, como é óbvio, necessitarão, pelo menos, à partida, de auxílio do Governo Regional, sobretudo tratando-se de cooperativas de produção.

No que respeita, porém, à pesca atlântica, aqui, quanto a nós, impõe-se com urgência que medidas imediatas sejam tomadas no sentido que as populações reclamam: embarcações de apoio, «escuta» em condições, rede de frio no mar e em terra. Só assim, da decisão recentemente tomada do alargamento para 200 milhas da zona de economia exclusiva, se poderá retirar alguns benefícios para a pesca dos arquipélagos.

Finalmente, quanto aos portos inexistentes na Madeira e quase também nos Açores, a necessidade de os construir é uma realidade a que não mais pode ser indiferente quer o Governo Regional quer o Governo Central, já que, com o seu estado de desenvolvimento e operatividade, se prende, também a possibilidade de o próprio continente ser convenientemente abastecido com pescado dos arquipélagos.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — A Sr.ª Deputada utilizou doze minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Queria fazer um pedido de esclarecimento muito simples à Sr.ª Deputada Alda Nogueira. Antes, queria felicitá-la pelo conhecimento que tem dos problemas desta matéria.

De facto, estranhei que tivesse feito uma compa-

ração da rendibilidade do sector das pescas única e simplesmente com países capitalistas da Europa, isto é, países da Europa Ocidental que estão efectivamente num estádio de desenvolvimento razoavelmente diferente da Madeira. Queria, portanto, perguntar à Sr.ª Deputada Alda Nogueira, até porque não tenho informações comparativas de outras zonas, se tinha possibilidade de fazer a mesma análise comparativa com países de Leste.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada Alda Nogueira, há mais pedidos de esclarecimento. Prefere responder já ou no fim?

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Posso responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Vou então dar a palavra ao Sr. Deputado Barbosa de Melo.

O Sr. Barbosa de Melo (PSD): — Sr.ª Deputada Alda Nogueira, segui com muito interesse a sua exposição e verifico que levantou uma série de necessidades e de carências que na verdade parecem fundamentais para os povos que trabalham nos portos e no mar da Madeira e dos Açores. No entanto, ficou-me uma dúvida: tendo em conta as capacidades, meios económicos e financeiros que o nosso próprio país tem neste momento, será que toda a série de medidas que preconiza e que seriam necessárias para a realização de uma situação ideal para todos esses trabalhadores, poderá ser feita só por nós, Portugueses, ou será que teremos de recorrer ao auxílio de alguma potência estrangeira, e qual?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rúben Raposo, igualmente para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Rúben Raposo (PSD): — Ouvi a Sra.ª Deputada Alda Nogueira com bastante interesse. Gostaria contudo de lhe pôr duas questões.

A primeira é a seguinte: sabe qual é o montante da população da região dos Açores que vive da pesca e, por outro lado, qual é o nível salarial que tem comparativamente com o resto da população?

Finalmente, a segunda questão que lhe queria pôr era se, por um lado, não concorda que o problema da pesca nos Açores é um problema que exige uma resolução e exige, também, apoios internacionais e a cooperação entre os dois Governos, o Regional e o Central; por outro lado, se considera que o plano para este ano, plano esse de arranque e desenvolvimento para a pesca na região dos Açores, não dá perspectivas para o avanço desta actividade no arquipélago e na região autónoma dos Açores.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada Alda Nogueira, há ainda mais pedidos de esclarecimento. Prefere responder no fim?

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Pode ser, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Fernandes, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Cabral Fernandes (CDS): — A Sr.ª Deputada Alda Nogueira referiu a necessidade de se dotarem as regiões autónomas de embarcações apropriadas, designadamente navios para armazenagem e exportação de pescado das regiões autónomas que permitissem o escoamento desse mesmo pescado quer para o mercado nacional, quer para o estrangeiro.

Como concilia a Sr.ª Deputada a sua tese, que parece caminhar para uma libertação do tráfego marítimo, com as posições assumidas pelo seu partido há bem pouco tempo, aquando da discussão da ratificação do Decreto-Lei n.º 75-U/77, que previa medidas de protecção à marinha mercante? Será que a posição do seu partido relativamente a essa matéria se vai modificar, ou não?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernandes Loja, igualmente para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Fernandes Loja (PSD): — Trata-se de, ao mesmo tempo, pedir um esclarecimento muito breve e elucidar a Sr.ª Deputada e a Câmara acerca daquilo que aqui foi dito.

A Sr.ª Deputada referiu-se ao bairro de pescadores de Câmara de Lobos, que é realmente um motivo de preocupação para o Governo Regional. Uma vez que está elaborado um plano de construção de um novo bairro habitacional para Câmara de Lobos, uma vez que os terrenos estão em grande parte adquiridos e que falta apenas a existência de subsídios do Ministério da Habitação e Urbanismo, queria perguntar à Sr.ª Deputada se sabe, porventura, quando é que estes subsídios serão concedidos.

#### Risos do PCP.

Este é um dos problemas que continuam por solucionar e que não é obviamente da responsabilidade, creio eu, do Governo Regional.

Quanto às próprias instalações portuárias, instalações de pesca e equipamento piscatório em geral, admite-se que faltam instalações portuárias e frigoríficas, faltam barcos modernos adequados, porque isso é visível, mas não é naturalmente com as soluções que a Sr.ª Deputada superficialmente apontou que estes problemas se solucionarão. Sabe, porventura, a Sr.ª Deputada que o Governo Regional está a elaborar um plano global não apenas para Câmara de Lobos, mas também para todas as zonas piscatórias do arquipélago e que esse projecto deverá estar pronto no corrente ano?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vila-Lobos Meneses, também para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Vila-Lobos Meneses (PSD): — Tinha diversos pedidos de esclarecimento a fazer à Sr.ª Deputada, mas como quase todos foram já feitos, vou apenas pôr-lhe duas questões.

Há diversos industriais metropolitano estabelecidos nos Açores — eu lembro, por exemplo, a COFACO, do Algarve. Gostaria de lhe perguntar qual é a diferença da tecnologia de conservas existente na metrópole que não existe nos Açores.

Segunda questão: pelo menos a partir de 1958, grupos de açorianos têm tentado por todas as maneiras conseguir estudos de biologia marítima, estudos de temperaturas de água e das correntes migratórias do peixe. Até ao momento, a única coisa que nos deram foi um avião, que trabalhou alguns dias, em horário de funcionamento público, para dar as temperaturas da água aos pescadores. Sendo assim, e tendo a Universidade de Rhode Island, que tem um departamento especial de investigação sobre pesca, oferecido aos Açores técnicos para colaborarem connosco, acha a Sr.<sup>a</sup> Deputada que não se devia ter aproveitado essa oportunidade, quando queremos ir para um determinado desenvolvimento?

O Sr. Presidente: — Há mais algum pedido de esclarecimento?

*Pausa.*

Como não há, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Alda Nogueira para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP): — Começo por responder ao Sr. Deputado que me pediu a comparação da rendibilidade do sector das pescas na Madeira com países socialistas. Concretamente, não tenho números, mas de cor posso dizer-lhe que na maior parte dos países socialistas a produtividade do pescado é em média cerca de dez ou vinte vezes mais do que a dos países capitalistas.

#### Risos do PSD e CDS.

No entanto, posso trazer-lhe os números, se o Sr. Deputado assim o desejar, mais concretamente na próxima sessão. Poderá então verificar que o que digo corresponde à realidade.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Agradecia muito, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Oradora: — Pode estar certo que trarei, Sr. Deputado.

Em relação às reclamações que aqui levantei e sobre as quais avancei algumas propostas, se o Sr. Deputado reparou, e relacionando isto com os meios técnicos e financeiros, as propostas avançadas são até bastante económicas. Avançamos propostas no sentido da criação de cooperativas e no sentido de ir ao encontro das reclamações dos pescadores de um ou dois barcos. Sabemos que para a Ribeira Quente a própria SAAPA, nacionalizada, ofereceu um barco de apoio frigorífico para resolver o problema, parece-nos que isto sem grande despesa quer para o Governo Regional, quer para o Governo Central.

Portanto, não nos parece que as medidas avançadas estejam em contradição com as nossas capacidades, meios técnicos e financeiros.

Entretanto, vai-se mais longe e pergunta-se, se nestas condições, não teremos, por exemplo, para a questão da instalação da rede de frio, necessidade de recorrer a auxílio de países estrangeiros. Bem, admito que sim. Pode não haver entre nós técnicos,

embora não afirme categoricamente que não os há, mas, como se trata da montagem de instalações que são, quando completas e perfeitas, relativamente caras, admito que possa não haver técnicos portugueses. Lembro apenas que nos primeiros governos provisórios a própria República Democrática da Alemanha ofereceu a instalação da rede de frio sem que esta fosse paga em dinheiro, mas em troca de produtos de conserva e do nosso pescado. Desta forma, parece-me que isso, a ser aceite, não iria prejudicar, antes, pelo contrário, beneficiaria a nossa economia.

Quanto à pergunta que o Sr. Deputado me fez de quantos são os pescadores, isto é, qual a percentagem dos trabalhadores que nos Açores se entregam à pesca, poderia remeter o Sr. Deputado para as estatísticas, mas se o Sr. Deputado não se quer dar ao trabalho de folhear as estatísticas, sempre lhe posso dizer que segundo as estatísticas, isto é, oficialmente, o número é de 2 %, pois que localmente parece-me que o número é maior. Os salários que eles auferem, segundo o que nos é dado conhecer, na maior parte dos casos é bastante abaixo do salário mínimo nacional.

Quanto ao plano de arranque e desenvolvimento que é anunciado, haverá algumas coisas com que naturalmente poderemos estar de acordo, mas, quanto a nós, esse plano não contempla na realidade os aspectos fundamentais que os pescadores, os trabalhadores do mar e as populações piscatórias levantam.

Quanto à pergunta que é feita a propósito da sugestão que faço na minha intervenção no sentido de, se existirem melhores navios, com um melhor apetrechamento, rede de frio, etc., podermos ir em busca da exportação daquele produto para mercados estrangeiros e venda no mercado nacional, onde não chega porque se estraga pelo caminho, se o Sr. Deputado pensa que isto está em contradição com as medidas de proteção que o meu partido defendeu nesta Assembleia em relação à marinha mercante, devo dizer que uma coisa nada tem a ver com a outra. Estamos a tratar concretamente de um tipo de marinha especial que tem naturalmente de ser apetrechado especialmente, e penso que isso não colide em nada com as medidas que foram defendidas pelo meu partido nesta Assembleia.

Relativamente ao caso do bairro da Câmara de Lobos, é evidente que sabemos que não é único. Aliás, eu disse que era um dos 14 pontos, e posso acrescentar que o problema habitacional da Madeira é de tal ordem que mais de 50% da população não tem água em casa, etc. Poderíamos agora estar toda a tarde a desfilar o rosário do problema habitacional da Madeira. No entanto, referi o caso de Câmara de Lobos, porque este é, de facto, um problema gritante.

Disse o Sr. Deputado Fernandes Loja que há um plano habitacional projectado, mas esse plano já não é de agora, ele existe há muito tempo. Os pescadores não precisam do plano.

Quanto ao problema do subsídio, como o Sr. Deputado certamente comprehende, não me cabe a mim responder.

Digo o mesmo quanto à queixa que o Sr. Deputado Vila Lobos Mendes apresentou ao dizer que,

a despeito dos esforços feitos, só lhe forneceram um simples aparelho, mais propriamente um avião, pois isso cabe também ao próprio Governo Regional estudar e resolver. É nestas condições que o Sr. Deputado diz que se justifica o recorrer às ajudas, mais concretamente da Agência Internacional de Desenvolvimento. Julgo que a minha intervenção foi clara e que apontou fundamentalmente para aquilo de que discordamos no que respeita ao recurso à Agência Internacional de Desenvolvimento. Nós nunca repudiámos, não repudiámos nem repudiaremos os aspectos técnicos e avançados da ciência, seja ela de um país capitalista seja de um país socialista, e não vamos baralhar problemas técnicos com problemas económicos e políticos deles decorrentes, porque isso não resulta com ninguém e muito menos connosco.

Portanto, em relação à AID, não se trata de um problema técnico. A AID é capaz de ter e tem com certeza maravilhas — todos nós sabemos que a técnica americana é muito avançada — no que respeita à pesquisa, localização e pesca de grandes quantidades de peixe, etc. Quanto a isso, estamos inteiramente de acordo. Não estamos de acordo é que, quando a AID vem oferecer os seus serviços, nos seja transmitido através das agências oficiais que, depois de o Governo Regional conhecer esse plano, este o fará seguir para os países respectivos que estejam interessados em investir nele. É aqui que nos parece que há perigos sérios para a independência económica ou política, neste caso concretamente para a independência económica de um ramo que nós, Portugueses, deveremos preservar e que é o caso da actividade piscatória dos arquipélagos, que abordei na minha intervenção.

Julgo que respondi a todas as perguntas, Srs. Deputados, mas se não fui suficientemente clara, posso voltar a responder.

#### *Aplausos do PCP.*

O Sr. Rúben Raposo (PSD): — Sr. Presidente, dá-me licença que use da palavra?

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Rúben Raposo (PSD): — É para dar explicações.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O Sr. Rúben Raposo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero dar as seguintes explicações: em primeiro lugar, de acordo com o Programa de Investimentos da Administração Pública Regional para o ano de 1977, as pescas são contempladas no arquipélago dos Açores em cerca de 15,9 %. Por outro lado, na rubrica «Pescas», prevê-se o seguinte:

1 — Os investimentos previstos no sector das pescas para 1977 ascendem a 10 000 000\$, assim distribuídos: aquisição de um barco tipo atuneiro, equipamento de auxílio às pescas e equipamento para cursos de extensão;

2 — O atuneiro tem como objectivo a investigação ao nível da pesca no arquipélago, além

de ser também utilizado para o ensino no âmbito da Escola Técnica da Horta;

3 — O equipamento de auxílio às pescas destina-se a satisfazer os pedidos dos pescadores da região (sublinho isto) em material necessário ao desenvolvimento dessa actividade;

4 — Também se encontra prevista a verba de 1 000 000\$, que se destina a cursos de extensão para operadores de equipamento electrónico, maquinistas, supervisores da indústria de consumo e aquisição de algum material eléctrico, electrónico, motores, pequenas autoclaves, etc.

Isto consta da p. 30 do Programa de Investimentos da Administração Pública Regional.

Em segundo lugar, a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse que os trabalhadores que vivem do mar nos Açores ganham menos do que no continente. E eu digo que a Assembleia Regional dos Açores aprovou um decreto regional, que já foi publicado no *Diário da República*, e portanto é a lei ...

#### *Risos do PCP.*

... que atribui aos trabalhadores rurais o salário mínimo de 4000\$. Todos os outros trabalhadores, incluindo naturalmente os das pescas, têm o direito a ganhar o salário mínimo estipulado para o continente, que é de cerca de 4500\$ — isto consta expressamente do decreto. Portanto, os trabalhadores da pesca na Região Autónoma dos Açores não se encontram prejudicados em relação aos do continente quanto ao montante do salário mínimo.

A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença que dê explicações?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas peço-lhe que seja breve.

A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP): — Não trouxe aqui, deliberadamente, verbas do Plano que o Sr. Deputado Rúben Raposo invocou, porque para comentar essas verbas — talvez possa fazê-lo noutra sítio — precisaria de bastante tempo e a duração das intervenções é bastante limitada, e também por um certo pudor, digamos, científico.

Sr. Deputado, a este respeito só lhe digo que com mil contos não se compra a décima parte daquilo que é apontado no Plano em material electrónico.

Em relação ao salário mínimo nacional, não disse que os pescadores não tinham direito ao salário mínimo nacional. Uma coisa é terem direito e outra cousa é usufruirem desse direito, porque na realidade a maioria não recebe o salário mínimo nacional. Isto foi o que eu disse. Não disse que eles não tinham direito ao salário mínimo nacional. Conheço esse decreto, que, além de dizer o que o Sr. Deputado referiu, é também um dos tais decretos inconstitucionais que estabelece que nos Açores os jovens de menos de 20 anos não recebem obrigatoriamente o salário mínimo nacional, o que é contra a nossa Constituição. Portanto, esse decreto existe, não é aplicado na prática e tem um aspecto que é profundamente anticonstitucional.

O Sr. Rúben Raposo (PSD): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Rúben Raposo (PSD): — É para formular um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Rúben Raposo (PSD): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Quero protestar contra as afirmações da Sr.<sup>a</sup> Deputada Alda Nogueira, que invoca o decreto regional sobre o salário mínimo como sendo anticonstitucional, e chamar-lhe a atenção para o facto de o mesmo já ter sido publicado no *Diário da República*, e que o Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores não o considerou inconstitucional nem o mandou baixar ao Conselho da Revolução. Neste sentido é neste momento lei.

Por outro lado, gostaria de acrescentar que a disposição relativa aos menores de 20 anos, referida pela Sr.<sup>a</sup> Deputada é igual a uma disposição que se encontra em vigor na Madeira e no continente. Como este decreto foi publicado no *Diário da República*, não é inconstitucional.

A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença que use da palavra para formular um contraprotesto?

O Sr. Presidente: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada usará da palavra no recomeço da sessão.

A sessão está suspensa até às 18 horas.

Eram 17 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente Vasco da Gama Fernandes reassumiu a presidência neste momento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alda Nogueira para formular um contraprotesto.

A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou formular um contraprotesto em relação a dois aspectos do protesto que o Sr. Deputado Rúben Raposo fez.

Em primeiro lugar, em relação à afirmação, menos verdadeira, de que pelo facto de o decreto ter sido publicado no *Diário da República*, e ter sido subscrito pelo Conselho da Revolução não pode ser considerado inconstitucional, o que não é verdade.

Em segundo lugar, em relação ao facto por mim invocado relativo aos jovens de menos de 20 anos, quero dizer que é verdade que existe, também, um decreto no continente, mas os seus termos não são iguais aos do decreto regional. Por isso afirmei, e afirmo, que o decreto é inconstitucional.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando há dias, com toda a sua autoridade, o Sr. Presidente da República perguntava, nesta Assembleia: «Que é feito do trabalho que pro-

metemos redobrar? Que é feito da riqueza que prometemos aumentar? Que é feito das promessas de uma vida melhor que nos propusemos atingir?», apontava para a necessidade imperativa de reanimar este país, chamando a atenção para os compromissos que firmámos com o Povo que nos elegeu e que crescentemente reclama pela justiça que lhe é devida.

O País adiado, que vimos sendo, não suportará mais adiamentos. Não o dizer, ao menos, seria incumprir o mandato de Deputado nesta Assembleia da República.

Fazendo-me intérprete de urgentes necessidades e de justas reclamações, proponho-me com esta intervenção chamar a atenção pública para alguns aspectos que se prendem com as vias de comunicação rodoviária e as telecomunicações.

Todos estaremos possivelmente de acordo com o simbolismo da imagem que vê nas vias de comunicação o aparelho circulatório de uma comunidade social. E se é sabido que as partes do corpo humano não irrigadas entram em necrose, assim teremos que uma insuficiente e ou deficiente rede de vias de comunicação e de transportes será causa próxima de paralisia e morte para o progresso e bem-estar dos cidadãos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Todos estaremos igualmente de acordo que só a um elevado índice de circulação de pessoas e de bens corresponderá, em geral, um alto nível de vida das populações.

O escoamento rápido, cómodo e económico de bens — sejam eles produtos agrícolas oriundos da mais recôndita aldeia, matérias-primas ou produtos industriais — é condição de desenvolvimento e de riqueza.

Muitas vezes recai sobre a produção, ou sobre o consumo, o anátema da responsabilidade do subdesenvolvimento ou estagnação da economia. Mas, se bem se aprofundarem as coisas, não raro se verá que sem vias de comunicação e/ou sem transportes adequados manchas enormes do País se encontram, só por esse facto, em fase de economia de mera subsistência.

A produção isolada avilita-se, e logo o consumo se deteriora por carência.

O traço de união entre a produção e o consumo é, sem dúvida, o transporte através de adequada via de comunicação, sendo a afirmação tão válida quando se fala de bens materiais como quando se refere à procura de valores sociais e culturais — sejam eles o acesso à escola, ao hospital, aos centros de recreio ou de turismo.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Deixemos de lado a princesa das vias de comunicação terrestre — a auto-estrada.

Não para fugirmos à querela sobre se ela fomenta o transporte particular num tempo em que alguns o querem predominantemente colectivo, mas porque quase não valerá a pena falar do que praticamente não existe entre nós e nem vemos a curto prazo, como a situação poderá ser alterada em termos que valham realce.

Limitar-nos-emos a lembrar que cada cidadão português tem uma captação aproximada de 6,5 mm de

auto-estrada e a esperar que o Governo faça ao menos executar, nos prazos anunciados, os programas em curso.

**Risos do PSD.**

No que respeita à construção ou melhoria das várias ligações da rede fundamental, como os eixos transversais Coimbra-Aveiro-Vilar Formoso, Lisboa-Caia, Setúbal-Algarve, Braga-Valença e Porto-Bragança, fazemos votos que o Governo igualmente cumpra o que a respeito disse, perante esta Assembleia, em programa não rejeitado.

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

Acrescentaria a propósito, porém, a seguinte nota: que estradas de importância vital como as apontadas, e referirei de novo, como exemplo marcante, a de Aveiro-Vilar Formoso, devem obedecer, no seu traçado, não apenas a considerações teóricas de gabinete ou a meros conceitos abstractos de geografia da circulação; antes, deverão ser ouvidas as autarquias particularmente interessadas, para que do seu traçado se obtenha, em concreto, as potencialidades do mais amplo espectro social e económico.

Sendo as vias de comunicação e os transportes, como já deixámos acentuado, tão condicionantes do progresso social, económico e cultural e achando-se o nosso país envolto numa crise tal que nem os governantes ousam encobrir ou minimizar, como não haveremos de exprimir as nossas preocupações ao sabermos que mais de 2000 povoações não têm asseguradas ligações à rede rodoviária nacional?

Um tal isolamento significa, na maioria dos casos, inacessibilidade médica ou escolar, em termos de uma civilização de presente; significa a manutenção de meras economias de subsistência, num país ávido e carecido de desenvolvimento que só as trocas propiciam; significará, enfim, o desencanto de muitos milhares de portugueses por governantes que os esqueceram na «apagada e vil tristeza» das suas terras, muitas delas «terras do Demo», como lhes chamou Aquilino Ribeiro, onde «a vida parou a fazer meia», como diria Miguel Torga, e de onde partiram, em geral, por repulsa, a maioria dos nossos emigrantes.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — À situação de autênticos ilotas a que se acham reduzidos aqueles nossos concidadãos juntarmos a insuficiência e a deficiência da rede de estradas municipais e a impraticabilidade de tantos caminhos vicinais, que são mais «cabrovias» que caminhos. Há freguesias isoladas das sedes dos concelhos; há extensões imensas de terras incultas ou mal agricultadas só porque os caminhos não existem ou se mostram impróprios para responderem às exigências de uma civilização a que já se chamou das «quatro rodas».

E a precariedade da situação descrita é tanto mais acentuada quanto mais penetramos no interior do território.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Dir-se-á que um tal estado de coisas foi herdado. E isso é um facto. Mas não terá chegado a hora de despir o casaco em vez de nos encostarmos ao muro das lamentações?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por ironia do destino, grande parte das povoações sem ligação assegurada à rede rodoviária nacional nem sequer dispõem de telefone, esse outro meio que vence distâncias e que é instrumento de progresso e de civilização.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mesmo a nível geral do País, a situação não é brilhante neste domínio das telecomunicações.

De facto, a densidade telefónica no nosso país situa-se em 12,4 telefones por 100 habitantes, considerando o senso de 1970, número atingido pela Suécia em 1938, pela França em 1965 e pela Espanha em 1970.

Tem sido lento, como se vê, o nosso caminhar, embora não seja por falta de procura, pois no fim de 1975 ainda ficaram por satisfazer 57 980 requisições de postos telefónicos.

E se dos serviços telefónicos passarmos ao tráfego postal, não pode passar sem reparo que vimos assistindo ultimamente ao entorpecimento na sua expansão, ao encarecimento dos serviços em termos que não correspondem à qualidade e à retracção dos mesmos serviços em dois dias de semana para a maior parte do País.

Já se terá atentado que um jornal de Lisboa publicado à sexta-feira só poderá vir a ser lido na terça-feira seguinte em certos pontos de um país tão pequeno em extensão como o nosso?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Já se terá atentado que o tráfego postal sofreu em 1975 o acentuado decréscimo de 20% e que a isso não terá sido estranho o encerramento dos serviços em dois dias por semana?

Já se terá atentado que há milhares e milhares de pessoas que vão procurar na estação postal mais próxima — às vezes a quilómetros de distância — pela sua correspondência, por falta de uma generalizada distribuição domiciliária postal?

E tudo isto não terá de ser revisto, a bem do povo e do progresso do País?

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Feitos os precedentes reparos aos nossos serviços de telecomunicações, regresso ao tema das vias de comunicação rodoviária, que vinha tratando.

É das atribuições das câmaras municipais a construção, conservação, reparação, polícia, cadastro e arborização das estradas e caminhos municipais, como decorre da lei n.º 2110, de 19 de Agosto de 1961.

Todos sabemos, porém, que a dependência política, técnica e financeira em que as câmaras municipais se encontravam em relação ao Poder Central, no regime deposto, as limitava na sua acção, impedindo-as, as mais das vezes, de completar a sua rede municipal de estradas e caminhos e de preservar em regulares condições os existentes.

Com a autonomia concedida constitucionalmente às autarquias, dir-se-á haver terminado a era das dependências.

Mas não é assim.

Queixam-se, e com razão, as autarquias da indefinição das competências das câmaras e das assembleias municipais.

Queixam-se e com razão, por não se achar estabelecido o seu estatuto financeiro.

Queixam-se ainda, e sempre com razão, da falta de recursos humanos e técnicos que receitas incertas impedem, à partida, de propiciar o seu suprimento.

A indefinição financeira dos municípios impede qualquer programação; faz depender do governador civil, umas vezes, e do Governo, outras o subsídio indispensável para a reparação urgente de uma estrada ou de um caminho; faz depender de participação do Poder Central, como antigamente, as obras de mais vulto, para a execução das quais só há luz verde depois de concluídos os morosos processos burocráticos que caracterizavam o sufocante centralismo administrativo de outros tempos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A manter-se este estado de coisas, naturalmente não poderemos responsabilizar as câmaras municipais pelas deficiências das vias de comunicação e de transportes existentes na área da sua jurisdição administrativa.

O último Inverno, como é sabido, deteriorou gravemente todas as rodovias: as estradas nacionais e, por forma ainda mais grave, as estradas e caminhos municipais.

Mas, se para as estradas nacionais o Governo já anunciou que vão ser gastos em reparações importantes verbas, a verdade é que para as autarquias, e com esse fim específico nenhum subsídio foi ainda anunciado.

Dir-se-á que as autarquias poderão desviar para aquele fim parte das verbas que estão prometidas através do plano de distribuição de uma verba de 2 milhões de contos pelos distritos, proposta pelo Ministério da Administração Interna para ser inscrita como despesa extraordinária deste ministério no Orçamento Geral do Estado para 1977.

Mas, a propósito desse anunciado subsídio, haverá que fazer, desde já, as seguintes observações:

Desde logo, são muito discutíveis os processos usados para a atribuição de verbas a cada um dos concelhos, detectando-se na proposta de distribuição aprovada pelo Ministério da Administração Interna injustiças flagrantes.

Um exemplo: ao concelho de Mação, do distrito de Santarém, foi atribuído o subsídio de 3200 contos. A um outro concelho do mesmo distrito — Sardoal —, umas cinco vezes mais pequeno em área e com um quinto da população, foram atribuídos 4400 contos! Dever-se-ão o erro de distribuição apontado ao facto de a câmara mais beneficiada ser presidida por um elemento do PS e a outra por um elemento do PSD?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por outro lado, anunciar uma distribuição de verbas não é o mesmo que fazer essa distri-

buição, sobretudo se pensarmos que esta se fará em duas prestações semestrais, ficando a segunda dependente da justificação da despesa da primeira. Ora, restando só dois meses para terminar o 1.º semestre, e só há pouco havendo sido transmitido às autarquias o esquema das distribuições de verbas, que tempo resta para as aplicar?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Depois, e dada a indefinição das competências que cabem à câmaras e às assembleias municipais, cedo começam a surgir os problemas relativos ao controlo da aplicação dessas verbas, por falta de planos de obras aprovadas. Preocupações desta ordem chegam-nos, por exemplo, das câmaras da Covilhã e de Anadia.

O facto de o esquema de subsídio, a que nos vimos referindo, não haver resultado de prévia e antecipada audição das autarquias poderá conduzir, o que fundamentalmente receamos, a que, apesar de haver algum dinheiro, as obras necessárias não surjam e, no caso que aqui nos importa focar, as redes municipais de estradas e de caminhos se mantenham inalteradas em extensão e qualidade.

Se a situação financeira das autarquias limita estas na acção a desenvolver em matéria de vias de comunicação e de transportes, igualmente as limitam as carências de ordem técnica.

Desde logo, em matéria de projectos.

É certo que um grande número de autarquias dispõe do apoio dos chamados GAT's.

Mas, em muitos casos, estes gabinetes de apoio não têm a dimensão adequada, de onde resulta a incapacidade de resposta aos pedidos das autarquias.

O GAT regional a que pertence a Câmara de Cantanhede, por exemplo, apenas lhe assegura a execução anual de dois grandes projectos e quatro pequenos, o que é manifestamente insuficiente para as necessidades concelhias. O GAT dos concelhos de Almeirim, Santarém, Alpiarça, Cartaxo, Rio Maior e Chamusca não tem conseguido dar andamento a um enorme conjunto de projectos que aí se encontram parados.

Oxalá se tratasse, num como no outro caso apontados, de engarrafamento passageiro, sinal de próximas, numerosas e fecundas realizações.

Mas os GAT's nem sempre resultam económicos para as autarquias.

A Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo, por exemplo, pagava à Junta Distrital da Guarda, pela prestação de serviços técnicos, uma quota anual de 13 000\$. Agora, adstrita como se encontra ao GAT do Douro Superior, a sua quota para este gabinete, sem melhoria ou aumento de regalias, é de 195 000\$.

Face a situações como as descritas, limitativas da acção das autarquias, não será legítimo que estas ousem, autonomamente, lutar pela definição de um completo, inequívoco e eficiente poder local?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Até lá, teremos de as absolver em muitas das suas acções e omissões e particularmente eu as absolvó neste momento das responsabilidades.

dades que lhes cabem em matéria de estradas e caminhos municipais.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — A intervenção do Sr. Deputado Vilhena de Carvalho foi de 16 minutos.

Há algum pedido de esclarecimento?

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Cal Brandão.

O Sr. Cal Brandão (PS): — Ouvi com muito interesse o Sr. Deputado Vieira de Carvalho e queria fazer-lhe uma pergunta.

O Sr. Deputado disse que no distrito de Santarém, de entre dois concelhos, tinha cabido na distribuição feita pelo Ministério da Administração Interna mais dinheiro a um deles do que ao outro, próximo do PSD e parece que com menos população. Queria então perguntar-lhe se não sabe que essa atribuição foi feita segundo vários elementos, como carências, população, etc., e que no distrito do Porto — que é aquele de que tenho conhecimento directo —, a maior verba foi atribuída a uma câmara municipal onde as eleições foram ganhas pelo CDS, e a verba a seguir a uma onde ganhou o PSD, e que, quanto a número de população, a Câmara Municipal do Porto teve verba inferior a qualquer uma destas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vieira Vilhena de Carvalho para responder, se assim o desejar.

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Respondo com muito gosto, Sr. Deputado.

Os critérios que presidiram à elaboração do projecto de distribuição da verba de 2 milhões de contos, que acabei de apontar, verba essa que, aliás, não é bem de 2 milhões de contos. Efectivamente pequei por excesso, visto que no próprio projecto de distribuição se diz que se reservarão 20 % para fundo de maneio, o que significa que provavelmente não virão a ser gastos. Portanto, teremos, logo à partida, de reduzir essa verba acerca da qual pequiei por excesso.

Relativamente ao que se passa no distrito do Porto, e concretamente ao distrito que o Sr. Deputado referiu, tal não é do meu conhecimento. O que posso é, de novo, salientar e exprimir a minha estranheza pelo sucedido com um concelho do distrito de Santarém, cinco vezes menor em área, cinco vezes menor em população, sabendo-se que foi fundamentalmente a área e a população que estiveram na base da elaboração desse projecto. Como é que se justifica uma diferença dessas verbas? Assim acontece, pois tenho aqui uma fotocópia do projecto, e além disso a população e a área foram elementos que, efectivamente, entraram também entre os demais critérios para a elaboração desse projecto. Simplesmente, esses erros não teriam sido cometidos se, como também apontei, as autarquias tivessem sido ouvidas previamente.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Orador: — Para além disso, parece-me que seria mais correcto que a definição dos critérios tivesse

sido estabelecida por lei e não adrede feita pelo Ministério da Administração Interna.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Cal Brandão (PS): — Queria dar um esclarecimento ao Sr. Deputado no sentido de lhe dizer que a verba de maneio foi precisamente para corrigir alguns erros que houvesse. Não foi para ficar reservada nas mãos do Ministério da Administração Interna, mas unicamente para corrigir qualquer erro que houvesse.

Quanto aos elementos utilizados, devo informá-lo de que o concelho do Porto, no distrito do Porto, foi até dos concelhos que teve verba mais reduzida, porque atendeu-se sobretudo às carências e a outros elementos que foram estudados pelas comissões de plano.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Monteiro também para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Álvaro Monteiro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi o Sr. Deputado Vieira de Carvalho com a atenção devida e justamente merecida.

Falou em vias transversais de comunicação na região centro do País e aludiu designadamente a uma via rodoviária que ligaria Coimbra-Guarda-Vilar Formoso, e logo a seguir referiu uma outra rodovia: Aveiro-Vilar Formoso. Sabido como é que no contexto nacional, de momento, será economicamente impraticável a realização simultânea destas grandes vias de comunicação — sem dúvida úteis — perguntaria ao Sr. Deputado, digno representante das terras da Guarda, vizinhas das minhas terras, das terras da Beira, qual das rodovias lhe merece particular interesse, ou seja, a qual das duas dará prioridade não sendo possível a realização das duas. Isto interessa sobretudo para a região de Viseu, porque a ligação rodoviária Coimbra-Guarda-Vilar Formoso pode ser uma ameaça potencial para a outra que está projectada, Aveiro-Vilar Formoso.

Esta é uma primeira questão. Quanto à outra questão, limitar-me-ia a protestar contra a ilação que o Sr. Deputado tirou, insinuando que o Governo Constitucional teria beneficiado aqueles concelhos onde a expressão Partido Socialista se tinha revelado mais forte. Pergunto-lhe, Sr. Deputado, se ignora que, por exemplo, no distrito de Viseu, os concelhos mais favorecidos, sob esse aspecto, foram realmente os concelhos onde o PSD e o CDS obtiveram francas maioria. Dou-lhe como exemplos claros e concretos o meu próprio concelho, Vila Nova de Paiva, o mais pequeno do distrito de Viseu, onde o PSD obteve largos milhares de contos, e o concelho do Sátão, também bem pequeno, onde o CDS se implantou fortemente, partidos esses que obtiveram uma expressão popular que os outros não conseguiram.

Na sequência do que disse o meu camarada e amigo Cal Brandão, quero dizer-lhe que não é apenas uma questão populacional, mas é sobretudo uma questão de carências, a que importa atender para evitarmos que dia-a-dia estas distorções se avolumem e se realize aquilo por que nós, democratas, ansia-

mos, que é igualizar as diversas posições dos portugueses seja qual for o local onde vivam.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho para responder, se assim o entender.

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Sr. Deputado Álvaro Monteiro, agradeço-lhe a oportunidade que me dá de poder falar de um empreendimento que se muito útil é para a sua região também o será para a minha. Portanto, estamos ambos com real interesse em ver realizada uma obra que faz parte do programa do Governo.

Todavia, queria fazer uma ligeira correcção quanto ao seguinte: não referi nenhuma estrada Guarda-Vilar Formoso. Reportei-me exclusivamente ao que consta do programa do Governo, até porque tenho bem consciência de que, neste momento, e em matéria de vias dessa natureza, o Governo oxalá pudesse efectivamente realizar até aquilo que consta do seu próprio programa.

Foi essa uma das razões pelas quais não me desviei absolutamente em nada do que é referido no programa do Governo. E do que neste expressamente se fala não é de qualquer estrada Viseu-Vilar Formoso nem Guarda-Vilar Formoso, mas antes de eixos transversais Coimbra-Aveiro-Vilar Formoso, que eu referi muito expressamente. E se mais adiante fiz um apontamento sobre aquilo a que me parecia dever obedecer o traçado dessa estrada, em vez de repetir estrada Coimbra-Aveiro-Vilar Formoso, não significava com isso que eu não veria com agrado que a estrada também fosse lançada a partir de Coimbra. É já consciente do momento actual que vivemos, de que não se tornando possível levar a cabo, de uma só vez, toda essa estrada prevista, que digo que já me contentaria se essa estrada fosse a de Aveiro-Vilar Formoso, naturalmente que passando pela sua terra — Viseu.

Na verdade, o que é importante salientar é que o traçado dessa estrada não poderá ser feito na base da aspiração do Sr. Deputado Álvaro Monteiro ou do Sr. Deputado Vieira de Carvalho. Terá de ser feito em atenção aos princípios que deixei apontados, não os meramente teóricos, de geografia de circulação, não apenas tendo em atenção os estudos de gabinete mas, e fundamentalmente, os interesses das populações, das autarquias, ao longo das quais essa estrada irá passar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, e relativamente ao subsídio, congratulo-me com a afirmação que foi feita pelo Sr. Deputado Álvaro Monteiro no sentido de que no distrito de Viseu não houve qualquer prejuízo na distribuição em relação aos concelhos onde, efectivamente, predomina o meu partido.

**O Sr. Álvaro Monteiro (PS):** — E o CDS!

O Orador: — De todos os partidos. Aliás, isso é motivo para nos felicitarmos porque, em relação às carências das populações — e vá lá das nossas regiões

sobretudo, pois cada um de nós puxa mais para as nossas coisas — não iremos fazer distinções, se se trata de pessoas do partido do Sr. Deputado ou do meu, do PC ou do CDS.

Portanto, congratulo-me com o facto de que em Viseu tenha sido feita uma distribuição correcta. Isso só significa que haveria possibilidade de acertar o mais possível. Em Viseu acertou-se, pelo que estão de parabéns. Em Santarém não se acertou e os concelhos prejudicados não estarão de parabéns.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Coelho de Sousa pede a palavra para que efectue?

O Sr. Coelho de Sousa (PSD): — Sr. Presidente, era para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Álvaro Monteiro, o que não sei se poderei fazer.

O Sr. Presidente: — Visto que o Sr. Deputado Álvaro Monteiro não lhe pediu qualquer esclarecimento e V. Ex.<sup>a</sup> não usou da palavra, não posso conceder-lha, pelo que me desculpará.

O Sr. Coelho de Sousa (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Dias também para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Vieira de Carvalho.

O Sr. Manuel Dias (PS): — Agradecia que o Sr. Deputado Vieira de Carvalho me esclarecesse num ponto, mas antes não sei bem se nos deveríamos felicitar, conforme o que o Sr. Deputado acabou de afirmar, porque as distribuições dos dinheiros em certas regiões afinal parece terem sido feitas correctamente e o mesmo não acontecendo em Santarém.

Queria então perguntar ao Sr. Deputado se, tendo à mão os elementos relativos às distribuições no distrito de Santarém, sabe que, por exemplo, o concelho da Chamusca, que em área, se não me engano, é o terceiro maior concelho nacional, recebeu menos de metade do que recebeu, por exemplo, o concelho de Vila Nova de Ourém, onde o seu partido ganhou as eleições.

**Vozes do CDS:** — Aí ganhou o CDS.

O Orador: — Rectifico. É Ferreira do Zêzere, pois o CDS ganhou em Ourém, conforme os Srs. Deputados do CDS estão reclamando. É bem verdade.

Queria saber se, de facto, é verdade o que acabei de afirmar, isto é, que o concelho da Chamusca, onde o PS ganhou, recebeu bastante menos que o concelho de Ferreira do Zêzere. Visto que não tenho elementos à mão, gostaria que o Sr. Deputado me confirmasse.

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Efectivamente o Sr. Deputado faz uma pergunta que tenho muito prazer em responder.

O concelho da Chamusca recebeu, quer dizer, está prometido um subsídio em duas prestações, como referi, sendo certo que a segunda só se concretizará se a primeira for gasta no 1.º semestre. Nestas condições, está-lhe prometida a verba de 3 300 000\$ e a Ferreira do Zêzere estão prometidos 4 400 000\$.

A circunstância de uma estar certa significa que as outras estejam erradas, ou é o contrário?

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — É um critério!

O Orador: — Exacto. O que acontece é que não há critério, ou, pelo menos, critérios uniformes.

*Applausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Portugal, para uma intervenção.

O Sr. António Portugal (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para além dos problemas que se põem à escala nacional a nível de habitação, saneamento, abastecimento de água e electricidade, transportes e vias de comunicação, ou seja, das condições básicas para uma vida digna do nosso tempo, o distrito de Coimbra sofre de carências próprias do seu crónico subdesenvolvimento.

Trata-se de um distrito predominantemente rural, não obstante a presença no seu seio de uma Universidade que praticamente tem vivido dissociada dos seus problemas e demitindo-se da sua responsabilidade perante as populações que a cercam.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Os problemas do distrito de Coimbra assumem, assim, uma tónica primacialmente rural. Urge, pois, e na linha dos ideais do 25 de Abril, criar as condições para que sejam garantidas às suas gentes formas de vida humana adequadas.

Assim, é imperioso e urgente melhorar os meios de comunicação (a estrada da Beira, que tem sido a entrada principal do País na zona centro, terá de ser enquadrada na futura ligação Vilar Formoso-Aveiro por forma a evitar o isolamento dos concelhos do interior, dotando-a de ligações verticais àquele eixo rodoviário, sem esquecer as pequenas ligações entre povoações recônditas às vezes tão perto geograficamente e tão longe na distância a percorrer entre elas) e dotar o porto da Figueira da Foz dos meios necessários para que seja uma via eficiente de escoamento dos produtos da região e da entrada dos bens indispensáveis ao desenvolvimento da zona que serve, bem como um porto seguro para aqueles que no mar buscam a sua fonte de subsistência — os pescadores.

Também, e como consequência das suas características e do seu subdesenvolvimento, é um distrito carenciado de estruturas locais de assistência que permitam aliviar todo o peso que recai sobre as estruturas da cidade de Coimbra, com particular incidência sobre os Hospitais da Universidade de Coimbra, cuja substituição ou renovação e reapetrechamento se impõem no âmbito de uma autêntica política nacional de saúde, cujas traves mestras o Governo já lançou.

É preciso dotar o distrito de unidades industriais não só complementares da sua actividade agrícola como outras que permitam o desenvolvimento das suas riquezas e potencialidades e um aproveitamento dos braços disponíveis, bem como das condições de viabilidade e sobrevivência das já existentes.

Urge proteger também uma das principais riquezas da região, a silvicultura, impedindo que todos os anos incêndios desvastadores destruam as nossas matas e florestas, levando o pânico, a insegurança e, muitas vezes, a miséria a tantas famílias, dotando o distrito dos meios de vigilância, detecção e combate de incêndios.

Outro dos grandes problemas que ao longo dos tempos tem afligido o nosso distrito é o vale do Mondego. Nós, que sempre defendemos como tarefa inadiável a realização imediata das obras de defesa, rega e enxugo dos campos do Mondego, congratulamo-nos por ver já em execução as obras essenciais à regularização do curso do Mondego — referimo-nos à barragem da Aguiar já em adiantado estado de construção, bem como a ponte-água em Coimbra e aos canais de derivação das águas do Mondego, que proporcionarão melhores e mais estáveis condições de subsistência e melhores e mais risonhos horizontes de vida aos muitos milhares de trabalhadores — essas férteis terras que se estendem de Penacova à Figueira da Foz. Queremos que o rio Mondego — que durante tanto tempo foi o rio das dolorosas curvas de Camões — passe a ser o elo de ligação saudável e frutuoso dos agricultores que vivem ao longo do seu curso.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Orador: — Evidentemente que não bastam as obras de regularização do leito do Mondego para que se resolvam todos os problemas daí emergentes. Há que criar ou converter as estruturas físicas e humanas que possibilitem o escoamento dos produtos a preços compensadores para os produtores e a preços possíveis para os consumidores. Não podemos tolerar que o sacrifício que foi de muitos se transfira agora para muitos outros para engordar meia dúzia. Sabemos, contudo, que estão a ser dados os passos necessários para dar à nossa agricultura a dimensão e dignidade humana de outras actividades.

Coimbra e a sua região constituem uma zona privilegiada de belezas naturais que pode complementar com as suas vastas potencialidades — tem serra, tem campo e tem mar — todo o processo de desenvolvimento do distrito. Esta riqueza está longe de um aproveitamento total, pelo que se impõe a criação das infra-estruturas necessárias (hoteleiras, culturais, meios de comunicação, etc. — lembramos aqui o tão desejado e prometido aeródromo de Cernache), estruturas essas inseridas numa correcta regionalização.

Cabem aqui também algumas palavras, poucas, devido ao tempo que é exíguo, sobre Coimbra e a sua Universidade.

Coimbra foi um centro irradiador de cultura. É preciso dotar esta cidade de mais instituições que lhe permitam, em colaboração com a Velha Universidade que julgamos hoje transformada numa Universidade Nova virada para as realidades concretas do nosso tempo, voltar a sé-lo numa perspectiva de uma autêntica e genuína revolução cultural baseada nos valores profundos do homem português.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Afloramos apenas, e de uma forma deliberadamente vaga,

alguns dos problemas que afligem o nosso distrito, muitos dos quais são de âmbito e resolução a nível nacional.

Sabemos, contudo, que o Governo está atento à sua resolução em colaboração com os órgãos de poder local, pelo que esta intervenção tem apenas o significado de mostrar que não esquecemos os anseios do povo do distrito de Coimbra, cuja votação socialista tem sido uma constante no seu querer e a manifestação da esperança na sociedade que queremos construir.

Assim, esta intervenção assume também o simbolismo de um renovar do nosso compromisso perante o povo que nos elegeu, assegurando-lhe que a confiança que depositou no Governo e em nós não será traída.

#### Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Melo para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Barbosa de Melo (PSD): — O Sr. Deputado António Portugal, meu ilustre amigo: Quero dizer-lhe que concordo com tudo aquilo que disse sobre o distrito de Coimbra, pelo qual me honro de também ser Deputado.

Há um problema que referiu e que diz respeito à grave distorção do distrito de Coimbra entre as populações do interior, da serra e da zona litoral. É um problema grave que urge ser ultrapassado com uma política adequada às circunstâncias.

Sabe-se que o Ministério da Administração Interna projecta, ao que suponho, ou pelo menos o Governo em geral, criar uma empresa pública de saneamento básico, nos termos da qual passará a esta organização toda a tarefa do saneamento de quaisquer populações.

Exactamente na região do interior de Coimbra — lembro os concelhos de Poiares, desde logo, de Arganil, Tábua e de Góis — há uma grande preocupação no que concerne à criação desta empresa pública. Se ela for criada e privilegia as populações com mais de 500 habitantes, diz-se também que essas populações nem em 1985 ou 1995, tais são os dados a que chegam várias pessoas, terão saneamento básico exactamente no interior. E isto por se tirar às câmaras a possibilidade de irem fazendo pouco a pouco o que podem.

Gostaria de saber até onde é que no espírito do Sr. Deputado uma concentração destas pode agravar ou atenuar as profundas diferenças entre o interior e o litoral do nosso distrito.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Martelo de Oliveira pediu a palavra?

Pausa.

Peço-lhe que aguarde um momento, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado António Portugal prefere responder já ao Sr. Deputado Barbosa de Melo ou aguarda que lhe sejam feitos mais pedidos de esclarecimento?

O Sr. António Portugal (PS): — Responderei no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Martelo de Oliveira, pode usar da palavra.

O Sr. Martelo de Oliveira (PSD): — Como o Sr. Deputado Barbosa de Melo, também eu me congratulo por o meu ilustre colega de distrito abordar aqui os assuntos que abordou. Lamento, e estou certo que o Sr. Deputado António Portugal também lamentará, que os representantes do Governo nestas matérias não estejam presentes, para serem eles próprios a dar-nos as respostas à sua pergunta, às minhas e às de todos os outros.

Vozes do PSD e CDS: — Muito bem!

O Orador: — É lamentável que eu e os restantes Deputados que não somos do Governo nem do partido do Governo tenhamos de endereçar as perguntas, talvez por acharmos que cheguem mais depressa ao Governo, aos Deputados representantes do Governo. Eu digo isto porque o Sr. Deputado António Portugal disse que o Governo estava atento aos problemas das autarquias. Ora, no que se refere aos problemas das autarquias e da nossa região, aflorando todos os assuntos que referiu, realmente — e eu falo nisto porque há pouco se falou aqui no problema da via rápida que liga Aveiro a Vilar Formoso —, as populações da estrada da Beira daquela região têm receio de que a criação de outra via rápida ponha em perigo a circulação e o acesso a toda aquela região que serve a estrada da Beira e, por conseguinte, o porto da Figueira. Os presidentes das câmaras daquela região eleitos depois do 25 de Abril já se reuniram precisamente para se debruçarem sobre esse problema.

O Sr. Deputado falou sobre o porto da Figueira. Eu também já me debrucei aqui sobre o porto da Figueira. Mas há um problema que eu gostava de lhe pôr, em relação ao problema do Mondego, que é o seguinte: há tempos eu fiz aqui uma intervenção sobre cheias e o Conselho de Ministros atribuiu um subsídio ...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado dá-me licença?

Chamo a sua atenção para o facto de que já excede os 10 minutos que foram concedidos ao seu partido. Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Muito obrigado.

O que eu queria realmente perguntar era se o Sr. Deputado sabia quais as consultas que o Governo tinha feito às autarquias quanto ao problema do Mondego, ao problema da estrada da Beira, ao problema do porto de Figueira e o que se passa com a indemnização de 50 000 contos que foi prometida aos agricultores do Mondego, mas que ainda se não concretizou. Há até um descontentamento por parte dos agricultores por esse subsídio não ter ainda aparecido.

Gostaria de saber se o Sr. Deputado poderia adiantar quais foram os critérios e se tem conhecimento de alguns destes problemas que a curto prazo possam ser solucionados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Portugal, para responder.

O Sr. António Portugal (PS): — Respondendo ao meu amigo e colega Barbosa de Melo, eu quero

dizer-lhe que o Governo está absolutamente à vontade quanto a estes problemas, dado que no meu distrito ganhou em terras do interior e terras do litoral, sendo evidente que, como partido nesta situação, terá — e isso faz parte do nosso programa — de desfazer as desigualdades que existem entre zonas favorecidas e zonas menos favorecidas. Eu penso que esse problema será com certeza considerado e portanto será um elemento importante dentro dos parâmetros em que será resolvido.

Quanto ao Sr. Deputado Martelo de Oliveira, embora eu me tivesse referido de maneira muito resumida à ligação Aveiro-Vilar Formoso, eu disse que daí não poderia resultar o isolamento das populações do interior e que teriam de se abrir vias verticais, precisamente para que esse eixo fosse não um motivo de distanciamento das populações das terras do interior desse eixo, antes um motivo de aproximação dessas terras do interior.

Quanto ao problema do porto da Figueira, peço-lhe o favor de repetir a pergunta, pois passou-me.

O Sr. Martelo de Oliveira (PSD): — Queria saber, quanto a esses empreendimentos que aparecem e que o Sr. Deputado acabou de referir, se o Governo ouviu ou não as autarquias sobre o porto da Figueira, a estrada e os demais problemas.

O Sr. António Portugal (PS): — Eu queria começar por lhe dizer que na ausência dos membros do Governo qualquer Deputado do partido do Governo, do nosso partido, é um interlocutor válido para qualquer dos outros partidos.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Voltando de novo à sua pergunta, eu penso que qualquer Governo responsável, e um Governo que diz que efectivamente pretende resolver os problemas do povo português tem necessariamente de ouvir as populações e ouvir as entidades que são representativas. Nós, realmente, não temos essa dificuldade, porque felizmente somos bastante representativos das populações deste país.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Marrana.

O Sr. Rui Marrana (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Projecto Moncorvo foi apresentado a esta Câmara através do Plano para 1977, anexo III — Programa de Investimentos do Sector Empresarial do Estado (PISEE 77).

As poucas linhas que o citado e volumoso documento lhe concede pouco nos esclarece, mas, apesar disso, abre-nos perspectivas promissoras para a indústria mineira, faz-nos prever que Moncorvo seja um pólo de desenvolvimento que abrangerá toda a região nordestina e sugere-nos que se está a pensar em termos de aproveitamento dos nossos recursos, numa justa e louvável intenção de não importar aquilo que possuímos. A substituição de importações cifra-se em 1 200 000 contos anuais.

Este projecto que já vem do passado, e que por muito discutido e demorado fez gerar a dúvida sobre

a sua concretização, é agora um renascer de esperança para toda uma região abandonada e desprezada através de séculos.

O Projecto Moncorvo irá fazer renascer das cinzas uma empresa tecnicamente falida, transformando-a numa poderosa empresa pública, através de um investimento global de 4 220 000 contos.

Em fase normal de laboração, prevê-se que o valor acrescentado bruto seja da ordem dos 850 000 contos anuais.

Pensando que a maioria desta verba seja utilizada na região, pode-se prever que o empreendimento venha a ser um potente motor de desenvolvimento numa região caracterizada pelo seu atraso económico, onde a escassez e alto custo da energia eléctrica não permitiu a instalação de qualquer indústria, matando ao nascer qualquer iniciativa.

Para que o Projecto Moncorvo tenha, porém, a relevância nacional que o empreendimento aponta não pode ser considerado como uma ilha de desenvolvimento, que estiolará a breve prazo.

O Projecto Moncorvo terá de ser visto numa óptica empresarial dinâmica, mas também na sua complexidade regional, considerando todas as suas ligações e ramificações, que atingirão, em última instância, a área nacional.

Se o empreendimento tem as suas raízes profundas e sólidas nos 550 milhões de toneladas de reservas do jazigo, os ramos que formarão a sua copa abrangão todo o território nacional.

Será em toda a sua vasta e complexa dimensão que o projecto terá de ser considerado.

Assim, no aspecto nacional, o Projecto Moncorvo está intimamente ligado ao Plano Siderúrgico Nacional, no sentido de alimentar a siderurgia do Seixal e as futuras instalações de Sines e, consequentemente, à produção de ferro e aço, que são o embrião do desenvolvimento económico.

Daqui se infere que o minério de Moncorvo, desde o seu desmonte e preparação até à sua utilização, terá de percorrer um longo caminho, que se traduz na quase maior dimensão do território nacional.

E falando em transporte e atendendo que este é um encargo de muito peso, deverá pensar-se na mais eficiente maneira de o efectuar.

Se a construção do caminho de ferro de Vila Franca das Naves ao Pocinho ou Moncorvo assegurará uma ligação necessária e útil na fase de arranque, não podemos prever que em termos económicos seja esta a solução de futuro para o transporte do minério. Assim, é necessário considerar que o minério se destina a dois centros de consumo afastados entre si e que a capacidade de escoamento das nossas linhas férreas se vai saturando progressivamente à medida que nos vamos aproximando dos grandes centros de consumo. De referir ainda que um minério pobre não pode ser sobrecarregado por fretes caros, que não poderá suportar em termos competitivos, a menos que contribua para o tradicional e pesado prejuízo dos Caminhos de Ferro Portugueses, que afinal todos pagamos.

A utilização da via fluvial é, entre todos, o mais económico meio de transporte. É certo que não estamos habituados a considerá-lo como uma possibilidade de escoamento dos nossos produtos, apesar de

ser o mais antigo transporte continental, que o nosso pendor marítimo fez minimizar.

Acresce ainda que o aproveitamento hidroeléctrico do Douro foi realizado como um empreendimento de fins múltiplos, entre os quais possui excepcional relevância o transporte fluvial e o consequente desenvolvimento de toda a região duriense.

Para que seja, de facto, a via económica, prometida e indispensável, é necessário que se complete. Assim, será urgente realizar-se:

A construção da barragem de Crestuma ou Atães;

A construção de canais de acesso àsclusas, nomeadamente Crestuma — se se optar por esta solução — e Régua;

A construção de portos fluviais e de abrigo, nomeadamente Pocinho ou Rego da Barca, construindo também o cais de embarque de minério.

Mas não serão só estas as infra-estruturas a criar no âmbito nacional.

Também é indispensável a criação de uma rede de estradas que permita uma circulação rápida e segura, abrindo umas, rectificando e completando outras.

Será necessário, em suma, a revisão do Plano Rodoviário Nacional, em termos de eficiência, que sirva o Nordeste.

No aspecto regional, também há inúmeras carências a corrigir.

Referiremos que o Nordeste possui uma situação geográfica privilegiada em termos europeus, sendo a área do território nacional que mais próxima está da Europa.

O rumo geográfico da Europa passa em linha recta pelo Nordeste, assim como o rumo económico do continente onde nos inserimos só pode ser considerado através das potencialidades desta vasta área, a que Miguel Torga chamou «o reino maravilhoso».

Terá de ser revista em termos de saúde e assistência toda a cobertura desta região.

Para que o Projecto Moncorvo possua a harmonia que se deseja e o desenvolvimento que se prevê, será necessário elaborar no imediato um plano director de todo o concelho, fixando as áreas urbanas e as manchas fabris, para que no futuro se não prejudiquem e atropelam os interesses legítimos das partes em causa.

É sabido também que a concentração do minério irá consumir grandes quantidades de água de que a região hoje só dispõe em escassas horas do dia.

É, pois, urgente realizar o estudo da captação, adopção e distribuição de água que abasteça não só as populações mas a indústria que irá montar-se e outras que venham a ser instaladas por natural arrastamento da primeira.

Depois de definido o plano director, terá de elaborar-se o projecto de abastecimento de energia eléctrica, determinando a localização de subestações e postos de transformação que possam fornecer energia em condições de eficiente utilização.

Também a cobertura hoteleira de toda a região terá de ser revista, estimulando e promovendo a criação de novas unidades.

No que concerne ao abastecimento alimentar das populações e enriquecimento agrícola e pecuário regional, terá de continuar-se a construção de pequenas barragens de rega, que terão ainda como finan-

lidade o abastecimento de água das povoações da sua proximidade.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O Nordeste pode e quer desenvolver-se e sabe que o seu desenvolvimento poderá contribuir para transformar o País, no Estado europeu que somos e que cada vez mais desejamos ser. Para tanto será necessário que sejam resolvidas as carências que aqui analisámos fugidamente. Para isso será de toda a utilidade a criação de um organismo coordenador, que estude o Projecto em todas as suas cambiantes, que as planifique e desenvolva e lhes dê a resolução harmónica desejável com gana, saber, força e fé.

O Projecto Moncorvo não pode ser o Projecto Ferrominas, mas terá de ser o Projecto Nordeste.

Por último, quero referir que a gente do Nordeste exige do Governo que todas as fases de enriquecimento do minério, incluindo a peletização, sejam efectuadas na região, porque estão fartos de produzir bens para conforto da área da capital, que foi do Império, sem nada receberem.

Para efectuarem esse trabalho, incluindo a peletização, têm calcários que podem e devem ser utilizados, têm a energia que lá se produz, têm a água que corre no Douro, têm gente que quer trabalhar, têm o ânimo que nunca lhes faltou e têm ainda o seu orgulho de serem portugueses e o seu querer de continuarem a sê-lo.

Tenho dito.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Antes de mais, queria avisar o Partido Socialista de que o Sr. Deputado António Portugal gastou na sua intervenção 7 minutos e 5 segundos. Por sua vez, o Sr. Deputado Rui Marrana falou durante 10 minutos e 15 segundos.

Há pedidos de esclarecimento?

*Pausa.*

Tem a palavra para esse efeito o Sr. Deputado Sousa Marques.

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Sr. Deputado: Ouvi com atenção a sua intervenção e posso dizer-lhe que, no fundamental, estou de acordo com as suas afirmações. No entanto, gostaria que clarificasse algumas questões que eu passaria a colocar.

Relativamente à navegabilidade do rio Douro, qual a posição que o Sr. Deputado tem em relação às obras que é necessário fazer e aos investimentos que é preciso realizar, nomeadamente no que se refere ao problema da barra do Douro e ao problema da capacidade do porto de Leixões. Isto diz respeito não só ao escoamento do minério de ferro de Moncorvo mas também ao escoamento dos produtos agrícolas da região.

A segunda questão que queria pôr-lhe é a seguinte: Se se garantir a navegabilidade do rio Douro, em que prazo é que se garante essa navegabilidade e, nessa hipótese, concorda o Sr. Deputado com a construção da linha férrea que ligará eventualmente o Pocinho a Vila Franca das Naves?

Gostaria ainda que me esclarecesse se considera que há viabilidade económica na realização de todos esses projectos e, nomeadamente em relação à instalação da

peletização no Nordeste, gostaria de lhe pôr a seguinte questão: O Sr. Deputado diz que há energia que é produzida no local, no entanto a única fonte de energia que existe no local é de origem hidroeléctrica e as peletizações funcionam sobretudo com outras fontes de energia. Portanto, eu gostaria que o Sr. Deputado também me esclarecesse acerca desta questão. De qualquer modo, insisto, ouvi com atenção a sua intervenção e no fundamental considero que o arranque do Projecto Moncorvo, bem como as outras questões que o Sr. Deputado levantou servem os interesses dessa zona do País e servem os interesses nacionais.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Marrana para responder.

**O Sr. Rui Marrana (CDS):** — Sr. Deputado: Muito obrigado pelas suas palavras. Agradeço o seu acordo e vou tentar clarificar aquilo que ficou mais confuso na minha exposição.

Quanto à navegabilidade do Douro, eu quase só enunciei aquilo que há a fazer no Douro, não citei propriamente a barra do Douro. Para fazer essa navegabilidade, como disse, será necessário fazer a barragem de Crestuma ou de Atães — depende da vontade das pessoas. Quanto a mim, a de Crestuma exige a construção de um canal, a de Atães não exige, mas isso são outros contos. É necessário começar a construção do canal de acesso à barragem da Régua, porque a albufeira do Carrapatelo não atinge essa barragem e portanto é preciso fazer outros canais de acesso. Esses canais de acesso estavam estimados, num plano intercalar, suponho eu, em 10 mil contos, agora custarão talvez 30 mil contos cada um — não faço bem ideia.

Quanto à barra do Douro, que se baseia na capacidade do porto de Leixões, eu sou de parecer que o porto de Leixões está perfeitamente saturado neste momento e a utilização do porto de Leixões constitui um encargo para todo o transporte marítimo, pois que se sabe — e as pessoas, mesmo que não saibam, vêem isso — que os barcos aguardam durante dias para conseguir acostar porque não têm lugar para isso. Consequentemente, terá de ser resolvido o problema da barra do Douro, se quisermos ter no Porto um porto capaz. Lembro ao Sr. Deputado que toda a margem esquerda do rio Douro, antes da foz, que já foi um cais acostável, hoje só é acostável por barcos de pequeno calado, precisamente dado o assoreamento da barra, e mesmo a entrada da barra também está muito comprometida, o que se vê nitidamente pela língua de areia que lá existe. Mas tudo isso se resolve porque, se se resolver fazer o porto de Leixões, o que exigia um movimento de terras astronómico, parece que a libertação da barra do Douro das terras que o rolham será bem mais fácil do que construir a doca n.º 2 de Leixões, por exemplo.

Quanto ao prazo da navegabilidade, eu também disse que é necessário fazer-se uma planificação, porque as coisas não podem ir assim da forma que têm ido. Começou-se por fazer uma barragem no meio do Douro e depois vai-se para montante em vez de se ir para jusante. A navegabilidade do Douro depende essencialmente da construção da barragem de Crestuma e não só, como disse também, desses canais que há pouco citei. Mas a grande obra de vulto para a

navegabilidade do Douro será necessariamente a barragem de Crestuma que poderá, em épocas normais, ser construída em quatro anos. Consequentemente, dentro de quatro anos, poderíamos ter o Douro navegável. Quanto à viabilidade económica do projecto, nós temos de ver o projecto em si. Bem, a navegabilidade do Douro pouco encarece a construção do aproveitamento hidroeléctrico. Digamos que a empresa concessionária, que era a CPE ou a Hidroeléctrica do Douro, seria obrigada a construir eclusas para a navegabilidade do Douro pelos barcos rabelos que o sulcavam antigamente. Entre uma solução para os barcos rabelos e a solução para barcaças de 2000 t ou 1800 t a diferença recordo-me que era na ocasião de umas centenas de milhares de contos por eclusa — necessariamente este quantitativo estará agora muito multiplicado. Também sob o aspecto da viabilidade económica, a navegabilidade do Douro interessa sobretudo porque será uma obra que irá...

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Dá-me licença?

**O Orador:** — Faça favor.

**O Sr. Sousa Marques (POP):** — Desculpe, Sr. Deputado, era só para esclarecer. Eu quando falei na viabilidade económica, falei na realização de todos esses projectos, portanto a navegabilidade do Douro, a ligação por linha férrea do Pocinho a Vila Franca das Naves e a reformulação, em termos de infra-estruturas rodoviárias, que o Sr. Deputado referiu. A questão que eu colocava era em relação à viabilidade económica desses três empreendimentos.

**O Orador:** — Então eu vou pôr a resposta de outra maneira. É que, como sabe, o Nordeste está sem comunicações ou com comunicações muito difíceis. Ora o Nordeste, como qualquer região como os arredores de Lisboa, por exemplo, também tem o direito de exigir transportes, e transportes fáceis e cómodos, de exigir uma estrada em que se possa circular à velocidade a que andam hoje os automóveis e não nas curvas tortuosas que hoje possui. Consequentemente, isto é um direito que assiste às populações que lá vivem, e não só isso. E já agora, porque tem de servir uma indústria a montar da qual depende, enfim, o futuro da economia nacional, por maioria de razão terão direito a essas infra-estruturas.

Quanto à peletização, eu falei em energia e o Sr. Deputado diz que a peletização gasta outra energia que não seja hidroeléctrica. Bem, mas todas as energias se transformam umas nas outras. Eu bem sei que há um argumento para que se monte a peletização aqui próximo para aproveitar o calor do alto-forno — digo do alto-forno porque só temos um, direi dos altos-fornos quando tivermos mais. Mas a energia eléctrica também se transforma noutras fontes de calor que poderão ser aproveitadas. E também é preciso considerar que, produzindo nós a energia eléctrica, porque a maior produção de energia eléctrica está precisamente nas barragens do Douro internacional, ainda há pouco tempo, quando a energia vinha para uma subestação no Porto, voltava para trás em 30 000 W — ia em 450 000 W e voltava em 30 000 W. Nisto perdeu-se muita energia, como pode avaliar. Hoje este erro foi remediado, mas de qual-

quer forma a utilização mesmo da energia eléctrica, que é a energia mais fácil de transportar, se for no local, é também, além da economia de transporte, sobretudo um preito de justiça àquela gente que nada tem e até vivia às escuras.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Bem, Srs. Deputados, eu tenho condescendido na questão do tempo, mas reputo estes assuntos tão importantes e da maior importância nacional que me vão perdoar não ter chamado a atenção dos Srs. Deputados. Espero que daqui para o futuro, mais a mais a hora do fecho da sessão está a aproximar-se, seja possível condensarem as vossas considerações dentro do período deste regimento especial.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Franco.

**O Sr. Manuel Franco (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: São muitas as carencias que afectam as populações e os trabalhadores dos concelhos da faixa costeira do distrito do Porto a norte do Douro, designadamente as populações dos concelhos de Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim. Ali vivem pescadores marítimos, operários, agricultores, empregados e trabalhadores de muitas actividades, que fazem a riqueza daquelas regiões com o seu trabalho diário. Desde o estivador do porto de Leixões ao pescador artesanal da Póvoa de Varzim, desde o operário da grande unidade industrial metalúrgica, conserveira ou de confecções até ao pequeno agricultor que ao domingo vende nas estradas a sua produção, todos os que trabalham naquela região viveram com alegria as horas da libertação do povo português, a jornada gloriosa do 25 de Abril e os três anos que se lhe seguiram, na esperança de verem melhorada a sua situação.

Onde as populações se souberam organizar unitariamente em defesa dos seus interesses, muitos problemas foram resolvidos a contento.

Mas, muitos outros problemas ficaram por resolver, as mais das vezes por a sua resolução depender da iniciativa e apoio de órgãos da Administração Central e exigir técnica e financiamentos que não estão ao alcance das populações e das autarquias locais. Seria exaustivo, no entanto, enumerar todos esses problemas.

Questões como a do saneamento básico, abastecimento de água e electricidade, rede escolar, rede de saúde, são questões, entre outras, que afectam ainda muitas destas populações, em grau maior ou menor do que sucede noutras regiões do País.

Gostaria de tratar um pouco mais detalhadamente de uma questão já referida nesta Assembleia sem que entretanto se tenha avançado na sua resolução.

Refiro-me ao porto da Póvoa de Varzim.

A vida do pescador poveiro é profundamente marcada pelos perigos da barra e da operação sempre repetida da sua entrada e saída. Uma grave ameaça paira no horizonte: a do fecho da barra e da paralisação total.

Ainda no começo deste mês uma embarcação bateu com a quilha nos blocos de cimento armado que estão submersos à entrada do porto. O perigo de desastre surgiu de imediato e com ele a ameaça de perda de vidas e haveres.

O perigo foi vencido. A embarcação chegou ao porto.

Foi um facto que não mereceu uma simples notícia de jornal, mas para os pescadores poveiros foi mais do que um vigoroso alerta... Foi um aviso!

Os pescadores poveiros exigem justamente a solução rápida dos problemas que os afectam. A «arte» da pesca é o único rendimento de milhares de trabalhadores da região. Foi já a «arte» dos seus pais e dos seus avós. Eles conhecem como os seus dedos todas as questões e problemas, trata-se da sua segurança e do seu futuro. Há muitos anos que lutam por melhores condições. Por isso os pescadores exigem ser ouvidos, nomeadamente através das suas organizações de classe. O movimento da lota do pescado, que em 1974 foi de cerca de 90 000 contos, foi, em 1976, superior a 170 000 contos. É em nome do seu trabalho, do esforço centenário em luta contra o mar, das vidas perdidas, da riqueza produzida, que os pescadores sentem toda a legitimidade de exigir:

- O desassoreamento da barra, dragagem, quebramento e limpeza de rochas e blocos;
- A conservação e prolongamento do molhe norte: como é voz corrente entre os pescadores, «o aumento do cais é a segurança da vida»;
- A aceleração das obras de equipamento interior do porto;
- E, finalmente, serem ouvidos em todas as obras programadas e a programar.

A não serem respeitadas, com urgência, estas reivindicações, os perigos para a segurança dos pescadores ir-se-ão agravando e as ameaças para o seu futuro serão cada vez maiores.

É sabido que desde o naufrágio da motora *Virgem das Dores*, em 15 de Março do ano passado, em que morreram cinco pescadores, o que se deveu não só à agitação do mar como às condições do porto, o capitão do porto tem por vezes negado a barra, o que obriga embarcações a demandarem Leixões, com todas as despesas que isso acarreta.

Por isso, junto a minha voz à dos pescadores poveiros e à de todos que têm pugnado por uma rápida solução deste problema.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Queria aqui brevemente referir uma outra questão, que se prende também com a segurança de pessoas e haveres.

No concelho de Matosinhos, a área à guarda dos bombeiros é altamente perigosa, pois ali existe uma refinaria, um terminal petrolífero, um porto industrial, com armazenamento de matérias inflamáveis, um aeroporto, indústrias perigosas, além de áreas densamente povoadas, com hospital, museu, biblioteca, etc.

Para toda essa área, existem quatro associações de bombeiros voluntários, além da pequena secção de bombeiros do aeroporto e de uma secção em organização no porto de Leixões. No entanto, todas essas associações de bombeiros lutam com enormes dificuldades, nomeadamente financeiras.

Os limitados subsídios que recebem do Estado, os bónus das companhias seguradoras, as quotas dos associados, os subsídios da Câmara não chegam para as associações se equiparem devidamente, como é seu desejo e reivindicação, nem chegam muitas vezes para as despesas do ano, vendo-se obrigados, com

desgosto, a recorrer a espectáculos e peditórios para arranjarem as verbas necessárias.

Para resolver os problemas não chega a boa vontade e espírito de sacrifício dos bombeiros, que são trabalhadores das várias actividades do concelho de Matosinhos e que, voluntariamente, dispõem das suas horas de lazer para, com perigo da própria vida, defenderem as vidas dos outros, os seus haveres, o património do concelho.

Era precisa uma ajuda decidida do Governo, era preciso que eles não fossem votados ao esquecimento, era necessário que o reconhecimento da utilidade pública da sua actividade levasse a que lhe fosse fornecido o equipamento de que precisam, nomeadamente viaturas do pó químico seco, de espuma, autotanques, geradores de espuma, exaustores de fumo, etc...

As associações reivindicam o apoio de um helicóptero, para evacuação de feridos, apoio no combate a incêndios e para socorro a naufragos.

Era preciso que a Administração dos Portos de Douro e Leixões (APDL) cedesse às associações o uso dos rebocadores de que dispõe, com material de ataque a incêndios a bordo, para que não suceda que elas tenham de recorrer, como sucede agora, ao empréstimo de uma lancha particular.

Enquanto estes e outros problemas não forem resolvidos, os bombeiros voluntários não podem cumprir a sua missão como gostariam, além das suas próprias vidas — e é bom que se note bem isto — correrem riscos desnecessários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os pescadores da Póvoa, como os bombeiros voluntários de Matosinhos, não reivindicam nada que não possa ser concretizado. E fazem-no com a certeza de que lhes assiste justiça.

Trata-se da segurança das pessoas e dos seus haveres, trata-se de trabalhadores que arriscam a sua vida.

Que estes problemas sejam resolvidos com prontidão, como há muito o exigem as populações destes concelhos.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Terei de me ausentar porque tenho um compromisso a que não posso faltar. O Sr. Vice-Presidente António Arnaut fará o favor de assumir a Presidência.

Antes disso, queria dizer que presumo que não conseguiremos esgotar dentro do período regimental a série de intervenções programadas. Já chegou ao meu conhecimento que seria requerido, oportunamente, o prolongamento da sessão.

Queria também dizer-lhes que saio desta sessão com um grande conforto moral. Acho que a Assembleia da República cumpriu um grande dever para com o povo português debruçando-se, como se debruçou, de uma forma tão metódica, tão eficiente e até apaixonada por alguns problemas «localistas» que têm tanta importância como os grandes problemas nacionais em equação.

De tal forma estou impressionado que estou disposto a pôr em prática uma ideia já muito antiga que é a necessidade de nos debruçarmos mais sobre os problemas das nossas regiões, sem descurar, é claro, os problemas da política geral. Para isto tenho

estado a pensar na possibilidade de — vou expor esta ideia na próxima reunião dos grupos parlamentares, mas podem já tomar conhecimento dela — condensar num volume as diversas comunicações que acabam de ser feitas aqui, que têm uma grande projecção nacional, servem o povo português, dignificam a nossa Assembleia e que não se deviam perder na leitura dos jornais ou no *Diário da Assembleia*.

Vozes: — Muito bem!

Assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pinto.

Aproveito para informar que o PSD dispõe de onze minutos para intervir.

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A função primordial de qualquer Estado é a de ter a capacidade para satisfazer as necessidades básicas da sua população promovendo, cada vez mais, uma maior justiça entre todos os cidadãos.

Entre estas necessidades avulta desde logo o ensino e a educação.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sem um sistema de educação capaz nunca se atingirá um nível de vida sequer razoável. Nenhum de nós tem, decerto, dúvidas de que a educação é o eixo fundamental à volta do qual gira toda a vida de um povo.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Apoiado!

O Orador: — Sendo assim, e porque é assim, lícito é perguntarmos: que ensino, que sistema de educação temos nós? É fácil respondermos a tal questão; o nosso ensino, o nosso sistema de educação estão profundamente errados porque os seus alicerces assentam num erro de base — o ensino primeiro é o primário quando devia ser o pré-primário. Já se tentou de algum modo corrigir este erro incluindo na 1.ª fase do ensino primário as noções básicas do pré-primário; só que, incluí-lo ali é o mesmo que semear fora de estação. Para além disto, esta é ainda uma fonte de discriminações na medida em que já de há muito existem aqueles que a ele têm acesso — normalmente os que menos precisaram — enquanto que os outros — os que dele mais necessitaram — não o têm. E estes quem são? São os provenientes das classes mais desfavorecidas e, de entre essas, são-no ainda e fundamentalmente os rurais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A tudo isto deve acrescentar-se o facto de, pela não existência do ensino pré-primário, se estarem a mutilar continuamente muitos valores de gerações e gerações que, por falta de tempo ou de oportunidade, não chegam a revelar-se. Há, pois, que pensar seriamente no ensino pré-primário e fazer todos os esforços para que a sua articulação com os infantários<sup>+</sup> e o ensino primário seja perfeita.

É preciso definir rapidamente os objectivos e a política a seguir neste campo para que não continue a assistir-se a uma série de iniciativas desgarradas que passam, por vezes, por estruturas dependentes de outros Ministérios que não o MEIC. Esta definição é tão necessária quanto é verdade que sendo a nossa situação económica tão grave não podemos dar-nos ao luxo de criar e manter estruturas paralelas que redundam sempre num desaproveitamento não só de meios materiais como também de meios humanos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sendo esta a principal carência outras há que urge resolver.

Assim: no ensino primário, preparatório e secundário o grande problema continua a ser o das instalações em todos os casos e o da falta de professores qualificados no segundo e terceiro. A falta de instalações é gravíssima — ainda há escolas primárias a funcionarem em autênticos pardieiros ou por cima de estabulos. A par disto, por via da burocracia ou de qualquer outra razão, a construção de escolas primárias, preparatórias ou secundárias emperra sem justificação, pois há muitos casos em que o terreno já está comprado — caso da Escola Secundária da Régua onde há três anos se arrancaram as videiras numa área de 3 ha — sem que as edificações se construam ou se vislumbre a sua construção.

Deve assinalar-se ainda a superlotação da quase totalidade das escolas, o que não permite que estas possam dedicar-se a outras actividades que não sejam a simples administração de conhecimentos ao contrário daquela que é a sua verdadeira missão: a educação integral dos alunos.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Enquanto houver regime de desdobramento e até triplo como poderão as escolas organizar as actividades circum-escolares? Por via desta superlotação a escola é hoje mais o lugar de passagem do que o local de realização de vida quer de alunos quer de professores.

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Porque a escola é mais um lugar de passagem do que um local de realização pessoal cada vez são mais graves os problemas da juventude que, fora dela, procura outras motivações que não aquelas que naturalmente lhe seriam normais. Aqui residem muitos dos actuais problemas da juventude, dado que a escola, por falta de meios, não lhes dá satisfação pessoal, não os ajuda a encontrarem as melhores soluções para a ocupação dos seus tempos livres. Para obstar à falta de instalações escolares ou à sua superlotação a administração escolar devia definir quais os critérios que presidiriam à criação de escolas do ensino preparatório, secundário e complementar para estar antecipadamente habilitada com a previsão do número de edifícios a construir e com o número dos professores necessários de modo a poder suprir atempadamente as necessidades detectadas.

Sem escolas capazes de desempenharem a sua acção em todos os campos não haverá nunca uma política de juventude que possa ser consequente. Deviam desempenhar neste campo posição de relevo o FAOJ e o INATEL, contudo, desconhecemos completamente quais são os objectivos que prosseguem, quais as verbas que gastam e como as gastam, pois tememos que em alguns lugares as suas estruturas e actividades não vão além de pequenos clubes com pouco mais que meia dúzia de amigos.

A escola estende também a sua influência através de si e dos seus agentes ao meio em que está inserida. É, pois, importante não só ter salas de aula com logradouros, recintos polivalentes e pavilhões ginnodesportivos em número suficiente como também criar condições aos professores para que possam fixar-se no meio em que exerçam a sua actividade docente.

É nestas condições de fixação ao meio e não noutras que deve discutir-se a manutenção ou não da lei de cônjuges. Se tal lei fosse discutida tendo por base este pressuposto talvez chegássemos à conclusão de que, dado o interesse da comunidade, deveria ser mantida, alargando certamente o seu âmbito a outros professores hoje não abrangidos por ela. Assim estariam a acautelar o interesse da comunidade, que está sempre acima ao de uma qualquer maioria dentro de uma só classe. As condições de trabalho oferecidas aos docentes e as infra-estruturas existentes em cada aglomerado assumem uma particular importância na capacidade de aquisição ou de administração de conhecimentos. O rendimento escolar não pode ser o mesmo numa cidade ou até aldeia onde há tudo desde a luz à água, ao cinema e à televisão, àquele que necessariamente se verifica numa aldeia onde nem sequer a estrada chega.

Era fundamentalmente nestas aldeias que devia fazer-se sentir a acção do IASE com ajudas substanciais aos alunos que tudo precisam, desde o fornecimento de refeições completas, aos livros e, até, às roupas e calçado para aqueles que todos os dias ainda têm de palmilhar alguns quilómetros para poderem frequentar as escolas. O subsídio dado para o suplemento alimentar — 2\$50 por aluno — é simplesmente ridículo.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Apoiado!

**O Orador:** — A acção a desenvolver pelo IASE devia ser devidamente regulamentada para que não acontecesse o que em muitas escolas acontece — tão beneficiados são os ricos como os pobres.

Precisamos, pois, de uma escola voltada para o povo e que ao povo dê aquilo que é sempre um dos seus bens mais preciosos — a cultura e a instrução.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aqui entronca a necessidade da descentralização e regionalização do ensino para que, conforme as necessidades de cada meio, aí tenhamos incluídas as matérias que mais sejam precisas para o desenvolvimento do mesmo. Na I República era obrigatório nos meios rurais o ensino de matérias ligadas à agricultura. Com o advir da ditadura salazarista-caetanista tal foi abolido. No presente restavam-nos algumas poucas escolas agrícolas de nível

secundário que, agora, com a criação do unificado estão na iminência de serem extintas. Se quando se procedesse às reformas se ouvissem sempre os representante das autarquias locais interessadas, com certeza que tais extinções não aconteceriam. Por isso nós não concebemos nem compreendemos como se possa proceder à descentralização e regionalização dos serviços do MEIC sem que para tal sejam ouvidos os representantes do poder local.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Um assunto de tanta gravidade e responsabilidade não pode ser resolvido como o Governo quer resolvê-lo no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 137/77 quando diz:

«2. O Ministro da Educação e Investigação Científica determinará, por despacho, o âmbito territorial dos serviços regionais do Ministério da Educação e Investigação Científica.»

Poderá um assunto com a responsabilidade como o que este encerra ser resolvido por um simples despacho? Estamos em crer que este não é o sentido do Ministro mas sim o das estruturas logo abaixo de si.

Muitas das tarefas que actualmente dependem do MEIC deveriam depender dos órgãos do poder local, o que aliviaria aquele e o tornaria mais operativo.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Claro que isto implicaria se fizesse aquilo que tarda a ser feito — a descentralização real do poder com a consequente criação das regiões administrativas.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Penso mesmo que estas, por mais urgentes, deviam preceder a criação das regiões Plano que coincidiriam então, se possível, com aquelas. Por outro lado, não podemos pedir aos órgãos do poder local que tomem entre mãos a resolução de todos os problemas dos cidadãos residentes na sua área, que vão desde as estruturas escolares à organização do seus tempos livres, porque para tal lhes falta o que já tantas vezes foi prometido — a definição do seu regime financeiro. Também nesta área continuamos a assistir a um constante adiar de soluções, contudo, o País não suporta mais adiamentos, impondo que finalmente se estabeleçam as prioridades a desenvolver para se agir em conformidade com elas.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados: Informo que o tempo disponível é o seguinte: PS, 19 minutos; CDS, 22 minutos e PCP, 21 minutos. O PSD já esgotou, e até excedeu, o seu tempo. Nestas circunstâncias, faltam 62 minutos para que os diversos partidos possam usar da palavra, de harmonia com o tempo clausulado.

Creio que será necessário e conveniente prolongar esta sessão, de modo que os Srs. Deputados que

ainda faltam intervir possam fazê-lo, se assim o desejarem.

A Assembleia tem alguma coisa a opor?

*Pausa.*

Como não há oposição, consideramos deliberado o prolongamento da sessão até à hora necessária para que possam ser preenchidos os tempos que acabo de referir. Peço aos Srs. Deputados a máxima compreensão para não excederem de modo algum o tempo que lhes está atribuído.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Valadares.

**O Sr. Rui Valadares (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome dos Deputados socialistas do distrito de Viseu procurarei trazer-vos uma imagem dessa região e sobre ela tecer algumas considerações.

Trata-se, no entanto, de uma perspectiva bastante sumária, com poucas referências e aspectos pontuais, pois nem as enormes carências e dificuldades que tanto preocupam a sua população, nem a sua natureza diversa, poderiam de modo algum ser citadas pormenorizadamente no tempo que regimentalmente me é concedido.

A exemplo do que sucede com a grande maioria das regiões do nosso país, nomeadamente as do interior, também o distrito de Viseu encontra no sector primário a base fundamental da sua actividade. E isso bastaria, por si só, para demonstrar as precárias condições de vida das suas gentes. Não irei, contudo, caracterizar esse estado de coisas — já do domínio público — sob pena de incorrer no exagero ou de cair em sentimentalismos desnecessários.

Mas insistirei em afirmar, e isso sim, que a transformação dos actuais padrões de vida da população do distrito de Viseu terá forçosamente de passar por um verdadeiro programa de fomento à produção agrícola e pecuária, paralelamente ao qual deverá ser criado um outro, de desenvolvimento agro-industrial, com particular incidência no sector agro-alimentar.

Tratando-se, como é o caso, de uma região de minifúndio, é indispensável que a sua reestruturação agrícola seja dirigida no sentido do fomento cooperativo, sem esquecer a cooperativização das indústrias agro-pecuárias e florestais, existentes e a criar, tendo como finalidade a utilização em comum de máquinas agrícolas, do recurso ao crédito, da compra de bens de produção e da assistência técnica. Estes objectivos só serão, no entanto, reais e concretos se o Governo Constitucional a eles dispensar especial atenção e, particularmente, apoios materiais efectivos.

Impõe-se, por outro lado, que o Governo ponha em prática, de imediato, uma política de fixação de preços dos produtos agrícolas, como garantia antecipada do agricultor que investe na terra as suas economias e o seu suor. Aliás, deve ter-se em conta que no distrito de Viseu se produzem produtos florestais e hortícolas, frutas e vinhos da mais alta qualidade.

Mas impõe-se igualmente o estabelecimento, também imediato, de um seguro de produção, que facilite previamente ao agricultor a certeza de que não

trabalhará em vão, quaisquer que sejam as condições climatéricas ou acidentes imprevisíveis.

Importa ainda que se proceda à generalização do crédito agrícola de emergência, em moldes mais latos, de modo que ele possa definitivamente representar um sólido apoio para pequenos e médios agricultores.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Para além disto, será naturalmente necessário o apoio técnico, adequado e prático dos serviços agrícolas competentes na escolha das culturas, de conformidade com os terrenos, e na selecção das espécies, de modo a se poderem obter rendimentos mais lucrativos.

Finalmente, o sector agro-alimentar deverá ser considerado como uma das prioridades a curto prazo, paralelamente, aliás, às indústrias que produzem equipamento, máquinas e factores de produção para a agricultura, tais como adubos, pesticidas, ferramentas, etc.

Entre as indústrias alimentares que poderão ser impulsionadas saliente, por exemplo, as de lacticínios, as de conservas de frutas e as de legumes.

Se assim se fizer, assistiremos com certeza a uma melhor racionalização dos fornecimentos e das distribuições alimentares; a um melhor aproveitamento de todas as potencialidades dos produtos; à criação de postos de trabalho em termos consideráveis e até, num ponto de vista mais global, à reanimação do mundo rural e à descentralização das indústrias.

O abastecimento de águas constitui, também, um dos pontos mais críticos do distrito. Existem já, no entanto, projectos para a construção de uma albufeira no rio Dão, destinada a abastecer fundamentalmente os conselhos de Viseu, Mangualde e Nelas, além de outros, e que em breve esperamos ver transformados em realidade.

Não mais agradável é a situação no domínio dos transportes, sendo numerosas as limitações impostas pela péssima qualidade dos poucos acessos rodoviários e ferroviários. Assim, a ligação ferroviária de Viseu está condicionada às já ultrapassadas linhas de via reduzida, o que não satisfaz de modo algum as necessidades locais nem as exigências de uma capital de distrito. Por outro lado, toda a parte norte do distrito manifesta uma ausência total de ligações ferroviárias, a par dos velhos, sinuosos e ao mesmo intransitáveis acessos rodoviários, factores que prejudicam fortemente o seu desenvolvimento global.

E cabe aqui, neste momento, uma referência especial à cidade de Lamego e à sua região, dotada de um vastíssimo e rico património artístico e cultural, de indiscutíveis valores económicos e turísticos e cuja prosperidade se vê cada dia mais ameaçada pelo isolamento a que foi votada.

Alguma coisa, no entanto, poderá em breve ser concretizada no domínio dos transportes. A projectada ligação Vilar Formoso-Viseu-Aveiro dará satisfação em parte às necessidades do distrito, impondo-se, contudo, e urgentemente, uma derivação para Coimbra, que permitirá a ligação com o Sul do País. Esta necessidade é tanto mais premente quanto a barragem da Aguiaria e os trabalhos que ela implica têm tornado impraticável o acesso pela estrada da foz do Dão, e dado que a estrada de Santa Comba para Mortágua

não satisfaz de modo algum as necessidades do tráfego. Aliás, a zona sul do distrito, já com alguma indústria, particularmente Mangualde, Nelas, Canas de Senhorim, Carregal do Sal e Santa Comba Dão, bem como as minas da Urgeiriça e Cunha Baixa, beneficiarão extraordinariamente com essa derivante para Coimbra.

No âmbito da educação, as necessidades são de natureza básica e sem aspectos específicos que as distinguam das demais regiões do País, não sendo, portanto, de todo esclarecedor abordá-las neste momento. Referirei, apenas, que a instalação no distrito de um estabelecimento de ensino superior constitui uma necessidade prioritária e plenamente justificada, tendo em conta não só os actuais padrões do nível de vida da sua população mas também o auxílio e o incremento que o Governo Constitucional deve dispensar aos estudantes-trabalhadores.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs Deputados: De uma região durante tantos anos esquecida e desprezada muito mais haveria para dizer e do pouco que se disse muitos aspectos deveriam ser levados ao pormenor, particularmente no que concerne ao sector agrícola que, em face da diferenciação das zonas existentes, deveria ser objecto de uma análise mais individualizada. Tal não aconteceu, no entanto, e as óbvias razões que para isso contribuíram foram já referidas no início desta exposição.

Resta-me apelar para a compreensão do Governo Constitucional, de modo que sejam satisfeitas os anseios e as necessidades mais prementes da população deste distrito. Para tal deverá ele contar com a opinião e sugestões dos seus representantes eleitos.

Quando isso acontecer o Governo Constitucional terá dado, sem dúvida, o primeiro passo para que finalmente possa desaparecer uma das algumas manchas negras que ainda hoje existem no território nacional.

*Aplausos do PS, PSD e PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo e Vasconcelos.

O Sr. Azevedo e Vasconcelos (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao preparar esta intervenção, confesso, a maior dificuldade que se me deparou foi a de seleccionar os problemas que nela deveria incluir, tantos e tão prementes são os que afligem a região de Viseu, duramente atingida por uma indiferença que vem de longe, mas a que é urgente pôr termo.

Creio que hoje tratarei alguns, embora ainda poucos, dos problemas principais. Outros abordarei em futuras oportunidades, confiado como estou em que sessões da natureza desta doravante se realizarão com uma frequência cuja necessidade seria ocioso encarecer.

#### 1. Problemas agrícolas.

A economia da região de Viseu, como é geralmente sabido, tem na agricultura a sua actividade fundamental, sendo a vinha, a macieira e o pinhal, no presente, as suas culturas mais representativas.

É grave, muito grave mesmo, o panorama da agricultura da região. Não é meu propósito, nem para tanto bastaria o tempo de que disponho, tecer nesta intervenção desenvolvidas considerações sobre a problemática agrícola regional, mas também não posso deixar de desde já alertar o Governo para alguns aspectos cuja solução tem de ser encarada e decidida com a maior urgência.

O custo da produção da maçã oscila entre 2\$50 e 3\$00 o quilo a que acresce o encargo resultante da sua armazenagem e conservação, que poderá computar-se em cerca de 3\$00 o quilo. Pese embora à meritória acção desenvolvida pelas cooperativas, a estas é já hoje muito difícil assegurar aos seus associados preços que evitem prejuízos. Há já casos de arranque de pomares de macieira, surgindo em seu lugar outras culturas, designadamente a da batata. Num país cuja produção *per capita* de maçã se não pode considerar excedentária, é legítimo afirmar que o referido arranque é, pelo menos por enquanto, lesivo dos verdadeiros interesses da economia nacional.

No tocante ao pinhal, e as mais das vezes só porque é absolutamente imprescindível a obtenção de fundos, assistem-se à sua venda e dos seus produtos por preços que manifestamente se situam abaixo de níveis razoáveis.

As potencialidades agrícolas da região de Viseu são realmente muito apreciáveis, tanto que não temo afirmar aqui que na caminhada do País para a integração europeia os agricultores de Viseu podem desempenhar um papel relevante. E querem desempenhá-lo! Eles anseiam por uma autêntica reforma agrária, pelas transformações sensíveis que implicará, mas igualmente querem que o seu saber, fruto de uma experiência arduamente vivida, seja devidamente aproveitado.

No imediato, porém, impõe-se acudir sem hesitações ao que existe. Os agricultores pretendem, fundamentalmente, que o Governo ponha em rápida execução um esquema de intervenção que lhes garanta preços justos para os seus produtos, preços que viabilizem a manutenção da sua actividade, e, que os oriente corretamente e desde já no sentido mais aconselhável para a reconversão da agricultura que se impõe.

## 2. Problemas de abastecimento de água.

Cerca de 110 000 habitantes dos concelhos de Viseu, Mangualde e Nelas, durante muitos meses em cada ano e ao longo já de vários anos, têm-se debatido, em angústia facilmente comprehensível, com um terrível problema de abastecimento de água.

A pobreza hidrogeológica da região impôs o recurso a águas superficiais a captar e a elevar do rio Dão, próximo da povoação de Fagilde.

O conjunto de obras entretanto executadas, constituído por uma captação de emergência, por uma instalação de tratamento provisória, por duas centrais elevatórias igualmente provisórias e a conduta até Viseu, esta já com carácter definitivo, carece de ser complementado com a máxima celeridade.

A construção da barragem que criará uma albufeira, em face do reduzido caudal do rio Dão no período estival, é *conditio sine qua non* do fornecimento regular e suficiente, durante todo o ano, para os três concelhos. Julgo que os serviços competentes escolheram, finalmente, a solução para essa

barragem. Impõe-se agora que, sem delongas, o projecto seja elaborado, aprovado e posto a concurso.

As condutas até aos reservatórios de Mangualde e Nelas estão, ao que sei, na fase de projecto definitivo. Oxalá ele não tarde e que sem grande demora possa ser aberto o respectivo concurso.

A barragem, as condutas ainda em falta e a definitiva central elevatória e de tratamento, esta já em concurso, quando poderão estar concluídas?

É esta uma interrogação altamente preocupante para a população de uma vasta zona. Bom seria que o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico, que esteve em Viseu no passado dia 21, lhe desse uma resposta tranquilizadora, mas objectiva e tanto quanto possível concreta. Refiro, a propósito, que dois membros do VI Governo Provisório garantiram em Viseu que a construção da barragem seria iniciada em Março de 1977. Viu-se ...

## 3. Problemas de comunicações rodoviárias.

No domínio das ligações rodoviárias, a construção do eixo transversal Aveiro-Viseu-Vilar Formoso — a chamada via rápida — é obra verdadeiramente decisiva para a região de Viseu, podendo e devendo assinalar-se que os três distritos em que se implantará de há muito uniram vontade e esforços em relação à consecução de tal objectivo.

Perante tudo quanto se tem escrito e dito, seria redundância descabida expender aqui quaisquer considerações justificativas do empreendimento, até porque a importância da sua realização, creio bem, não suscita nenhuma dúvida ou hesitações.

Dúvidas, talvez mesmo apreensão, existem no que concerne à definição do seu traçado definitivo e às datas de início e termo de execução.

Fez-se um estudo prévio do percurso Viseu-Albergaria, o qual, dizem-me, foi posto de parte por demasiado oneroso e porque, passando pela encosta norte do Caramulo, tinha contra si determinados factores climatéricos.

Procede-se agora, de acordo com o que também me dizem, a novo estudo prévio, abrangendo a totalidade do percurso Aveiro-Viseu, e em que se prevê a passagem pela encosta sul do Caramulo, constituindo esta uma solução menos onerosa. É deseável que a conclusão deste estudo seja apressada e que na opção sobre o traçado definitivo se acautele o aspecto do custo, mas também o de que se trata de um extraordinário empreendimento, em qualquer caso muito dispendioso, e que, precisamente por isso, deve ser lançado com a visão indissociável de uma obra de tamanho vulto.

Espera-se que o próximo plano quadrienal dissipe a outra dúvida que referi, absorvendo a execução da totalidade da via em preço ou, na pior hipótese, a sua maior parte.

Importa decidir criteriosamente a prioridade a conceder à realização dos vários lanços. O que ligará Viseu a Mangualde bem poderá ser o primeiro, se se pensar em que entre essas duas localidades já hoje circulam cerca de 5000 veículos/dia e, por outro lado, que o mesmo está integrado no percurso Viseu-Vilar Formoso, cujo estudo prévio foi há muito aprovado.

Ainda sobre a rede rodoviária, e agora em relação à estrada Viseu-Coimbra, registo com satisfação ter sido já adjudicado novo tapete de asfalto e alargamento da faixa de rodagem de 5,40 m para 6,60 m no troço compreendido entre Viseu e Santa Comba Dão, embora preferindo, naturalmente, que se tivesse optado por profundas correcções no seu traçado, bem necessárias face ao intenso tráfego que o percorre.

Indiscutível como é a importância da ligação Viseu-Coimbra, impõe-se arrancar com o troço Santa Comba Dão-Coimbra, o qual, aliás, se torna indispensável com a conclusão da barragem da Aguiaria, cuja albufeira submergirá em boa parte as actuais estradas da zona circundante da referida obra.

#### 4. Problema educacionais.

O decreto de 23 de Agosto de 1911, que aprova a criação das escolas infantis, justificando a sua necessidade, alude às altas vantagens pedagógicas do ensino infantil, como preparação e base para o estudo primário elementar-complementar. Com o anterior regime as escolas oficiais infantis acabaram na metrópole.

Entretanto, numa decisão de importância histórica, em 29 de Dezembro de 1976 aprovou esta Assembleia, sob proposta do Governo, a lei que institui o sistema nacional de educação pré-escolar e a criação de escolas de educadores de infância.

O decreto de 21 de Maio de 1911 cria as escolas normais superiores, junto das Faculdades de Letras e de Ciências das Universidades de Coimbra e de Lisboa. Este decreto, no artigo 2.º, esclarece que a escola normal superior tem por fim promover a alta cultura pedagógica e habilitar para o magistério dos liceus, das escolas normais primárias, das escolas primárias superiores e para a admissão ao concurso para os lugares de inspectores do ensino. As escolas normais superiores, que tiveram uma acção deveras importante na formação de docentes, foram extintas pelo Decreto n.º 18 973, de 6/10/1930.

O Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, cria novamente as escolas normais superiores que, infelizmente, até ao presente, não retomaram a sua função eficiente, a favor da preparação de professores capazes de satisfazer as necessidades decorrentes de uma acelerada democratização do ensino.

As medidas restritivas ao recrutamento de professores impostas pelo anterior regime foram altamente perniciosas para o ensino e para a preparação de docentes capazes, desmotivando a função do professor e fazendo o chamado «recrutamento de mãos-de-obra barata» do Ministério da Educação através da chamada de eventuais.

Pelas suas tradições no recrutamento de professores, especialmente dos ensinos primário e secundário, de que se orgulha de ser um dos mais profissionais alfobres do País, o distrito de Viseu tem inteiro jus à criação na sua cidade-capital de duas escolas: uma de educadores de infância, que, a juntar às já existentes em Lisboa e no Porto, ambas fruto da iniciativa particular, em Coimbra e em Viana do Castelo, e às demais que se mostrem indispensáveis, contribua para o arranque urgente do ensino infantil; outra, normal superior, que dê escoamento à complementarização da preparação profissional do elevado número de docentes que no distrito leccionam em

escolas do ciclo preparatório, em escolas secundárias, em escolas do ensino técnico e em liceus.

St. Presidente, Srs. Deputados: Viseu e a sua região há muito esperam.

Será que chegou a sua hora?

Oxalá o Governo esteja à altura de dar a única resposta possível.

#### Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Moita (PCP).

O Sr. Manuel Moita (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Natural e residente no concelho de Serpa, não podia deixar passar esta oportunidade sem levantar a minha voz na Assembleia da República para chamar a atenção para algumas das necessidades mais urgentes que devem ser encaradas com realismo e achar soluções na medida do possível.

O concelho de Serpa, na margem esquerda do Guadiana, composto por sete freguesias, duas delas das maiores do nosso país em habitantes, Pias e Aldeia Nova de S. Bento, só a sede do concelho, Aldeia Nova e Vila Verde de Ficalho têm água canalizada e nos meses do Verão não é em abundância.

Não há lavadouros públicos em qualquer freguesia, tendo as mulheres de deslocar-se a poços distantes alguns quilómetros das sedes das freguesias e, como o ano passado, em que as nascentes estavam esgotadas, tantas vezes ao rio Guadiana, criando problemas às famílias que têm crianças de tenra idade.

Na freguesia de Pias a água para beber e cozinhar é fornecida por aguadeiros que vendem uma bilha de 15 l por 2\$50, saindo o metro cúbico a 165\$, água de poços que não têm condições de higiene, autênticos chafurdos, sendo a população de Pias, de 6000 habitantes, acontecendo o mesmo nas restantes freguesias do concelho. Só a vila de Serpa é servida por rede de esgotos.

Nas outras freguesias do concelho existem algumas canalizações que de forma alguma servem as populações, sendo no Verão focos de infecção e criação de mosquitos, que tanto prejudicam os habitantes, especialmente as crianças.

Depois do 25 de Abril, com algumas pequenas ajudas da Câmara e a ajuda das populações têm-se feito alguns melhoramentos, sendo no entanto certo que as verbas existentes não correspondem às necessidades do concelho.

A maioria das ruas de qualquer freguesia, incluindo as de Serpa, não estão calcetadas, sendo durante o Inverno autênticos lamaçais e no Verão levantam nuvens de pó, que bastante prejudicam os habitantes.

Sabemos que o mal já vem de longe e que não será agora em pouco tempo que teremos condições de pôr tudo nos seus devidos lugares, mas nunca é de mais falar nas coisas até para não esquecerem.

No concelho de Serpa, só a freguesia de Pias tem um cinema em condições de construção moderna e cuja receita dá para sustentar o asilo, onde estão albergados alguns velhos, e um jardim-escola no mesmo edifício, que facilita em certa medida os pais das crianças que lá vão ficar.

O cinema da própria vila de Serpa não oferece condições, pois Serpa merecia outro melhor.

No concelho de Serpa existem algumas estradas camarárias que deviam ser arranjadas, pois encontram-se num estado lamentável. Os pequenos agricultores que residem na Mina da Ourada, Carvalhal e Hortinha, que ali trabalham e vivem no arranjo das suas terras, têm grande dificuldade no transporte, visto a carreira que fazia Brinches-Mina da Ourada ser de lá retirada quando a mina deixou de ser explorada, causando transtornos, pois as crianças que frequentam a escola têm muitas vezes de utilizar um carro de tração animal.

No campo da saúde as freguesias do concelho são servidas por médicos policlínicos e outros médicos ali residentes que têm prestado bons serviços, o que já foi reconhecido pelas populações locais, estando apesar disso ainda, hoje, longe de resolver todos os problemas, pois os doentes são consultados nas Casas do Povo, onde só se atendem vinte e quatro doentes por dia durante um determinado tempo; se por acaso adoece alguém durante a noite, tem de se deslocar ao hospital de Serpa, o que causa transtornos e é dinheiro que se vai gastar quando mais falta nos faz.

Não deixo de fazer uma referência que da minha parte é justa e que há muito era reclamada: é o arranjo que se está a fazer no hospital de Serpa, que depois de concluído irá beneficiar todos os habitantes do concelho.

Quero salientar, neste capítulo, que já foram adquiridas duas ambulâncias, uma para Aldeia Nova de S. Bento e outra para Pias, com verbas arranjadas pelas próprias populações locais.

Quando a população de uma freguesia mete ombros a qualquer tarefa, de certeza será concluída.

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Naturalmente que as autoridades do concelho, nomeadamente a Câmara Municipal, são as primeiras a reconhecer todas as carências que aqui apontei e é de justiça salientar que a sua dedicação e empenhamento têm sido notáveis na resolução de todos os problemas da região e a esses homens se deve também algumas medidas que têm contribuído para minorar as péssimas condições de vida das populações locais. Tivesse a Câmara as verbas e a ajuda técnica de que necessita e não teríamos dúvidas de que num prazo relativamente curto teríamos de aqui voltar para dar contas dos enormes benefícios de que o povo do concelho de Serpa já usufruiu.

Tudo isto nos incentiva para que metamos ombros a novas tarefas e todos, em unidade, podemos e devemos melhorar as nossas freguesias, os nossos concelhos, os nossos distritos, o nosso país.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Deputado Chaves Medeiros.

Restam ao Partido Socialista nove minutos e meio.

O Sr. Chaves Medeiros (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta sessão dedicada a problemas regionais, é com alguma satisfação que intervengo, pois me é dada a possibilidade de trazer ao conhecimento público os problemas da província de Trás-os-

-Montes e Alto Douro até agora abandonada e desprezada em todas as iniciativas de desenvolvimento.

Antes de iniciar a enumeração das principais carências e das muitas potencialidades, enumeração que será necessariamente curta dada a exiguidade do tempo, quero localizar a região para mais fácil compreensão de algumas das questões que preocupam os seus habitantes e por temer que alguns Srs. Deputados a desconheçam.

É a região do cimo e da direita olhando de frente o mapa de Portugal, e é a última consultando as estatísticas que tratam dos problemas do bem-estar social e do rendimento *per capita* das populações.

A situação geográfica é sinónimo de dificuldades, pois desde sempre se procurou que Lisboa fosse o pólo de desenvolvimento, em prejuízo das regiões mais distantes, que assim se viam entregues aos seus destinos e, quantas vezes, espoliadas dos bens produzidos e dos seus homens válidos para uma transformação na capital, nem sempre no melhor sentido nem nas melhores condições.

A situação estatística é em parte, resultante, da situação geográfica, da tutela que o litoral exerce sobre o interior e da atração e motivação que os grandes centros proporcionam ao capital.

A província divide-se em três grandes sub-regiões, que na reestruturação administrativa e na institucionalização das regiões-plano devem ser consideradas pelas afinidades humanas, físicas, ecológicas e sociais:

- a) O Douro e terra quente;
- b) Os planaltos do interior;
- c) A zona integrada ou eixo.

a) O Douro e terra quente, hoje dividida por quatro distritos, deverá ser unificada administrativamente de acordo com os seus interesses económicos já bem definidos, e deverá ter tratamento especial, atendendo ao que representa actualmente na balança de pagamentos do País com a exportação do vinho do Porto.

A zona de vinho não beneficiada das duas margens do rio tem uma importância que procuram subalternizar, mas que de forma nenhuma pode deixar de ser considerada. Os seus produtos, como a amêndoia, o azeite, o vinho «rosé», e seus originários, são bastante procurados nos mercados nacionais e internacionais, onde contam já com uma implantação bastante grande e uma procura crescente, tal como o Sr. Deputado Reigoto do CDS e meu ilustre amigo disse.

b) Os planaltos do interior, constituídos pelo planalto mirandês e o bragançano, designados também por zona do nordeste, cuja economia depende essencialmente da cultura cerealífera e da pecuária, têm vindo progressivamente a diversificar as suas culturas com o aumento da área regada pela construção de pequenas barragens, e irá sofrer uma transformação ainda mais acentuada com a construção da barragem de Macedo de Cavaleiros, investimento já dotado de verba pelo Governo Constitucional, o que muito contribuirá para o aumento das culturas, e consequente subida do nível de vida rural, e para tranquilizar o Sr. Deputado Rui Marrana do CDS.

c) A zona integrada ou eixo, constituída por seis concelhos — Chaves, Boticas, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca e Ribeira da Pena —, é uma zona de

potencialidades excepcionais, onde se inserem a veiga de Chaves, o vale de Vila Pouca de Aguiar e os planaltos do Barroso. O seu estudo minuciosamente feito no aspecto produtivo e social tem merecido o elogio de todos os governantes e a promessa de apoio integral, pelo que pode representar na economia nacional o seu completo e racional aproveitamento.

No entanto, jogos de gabinete, pressões políticas, querelas pessoais têm protelado sistematicamente o seu pleno arranque.

Em 1975, quando se pensou na cultura da beterraba-sacarina, chegou a ter-se a esperança de que lhe seria dada prioridade de cultura, uma vez que experiências e estudos pormenorizados fizeram concluir da sua viabilidade. Mas mais uma vez foi preterida em relação ao vale do Sorraia. O Sul do Tejo estava em foco nessa época e absorvia todos os dinheiros públicos pertencentes a todos os portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A delimitação de zonas não significa a não existência de outros recursos, e o que eu já disse não é, de forma alguma, tudo o que poderia ser dito do quantitativo e qualitativo das suas potencialidades produtivas.

Trás-os-Montes e Alto Douro possuem outros recursos. O sector mineiro, já referido pelo Sr. Deputado do CDS em pormenor, onde Moncorvo, Borralha, Jales, Ervedosa e Campeã são já realidades, e tantos outros, abandonados em virtude de as empresas estrangeiras concessionárias não estarem de momento interessadas na sua exploração, são sinais de que a região possui recursos para os quais já estão viradas as atenções dos governantes, e esperamos a breve prazo a sua exploração plena.

O sector de águas minero-medicinais tem em Trás-os-Montes a sua pátria: Vídago, Pedras Salgadas, Carvalhelhos e Bem-Saúde ajudam a fazer a digestão de milhões de portugueses, mesmo em época de austeridade, e consertam o fígado e rins de outros tantos.

### Risos.

Mas outras nascentes medicinais poderão e deverão ser aproveitadas: Chaves, Vilarelhos, S. Lourenço e Carlão têm características próprias e qualidades que não devemos deixar perder no rio.

Mas para que tudo isto possa ser aproveitado, para que os transmontanos durienses possam ter o mesmo nível de vida dos outros portugueses que como eles labutam para o engrandecimento do País, torna-se necessário um mínimo de infra-estruturas capazes.

A não existência de indústrias transformadoras desloca da região para as restantes zonas do País e estrangeiro milhares de habitantes à procura de mercado de trabalho e contribui para o desperdício de enorme quantidade de produtos que, quer na viagem para os centros consumidores quer no local de produção, por falta de conveniente embalagem, se vão deteriorando.

A deficiente rede de estradas e de outras vias de comunicação — quero aqui recordar que o comboio de Lisboa a Chaves e a Bragança demora cerca de quinze horas e por estrada o tempo é sensivelmente o mesmo, desde que o automóvel não caia num buraco resultante das prolongadas chuvas, e que dos aeroportos existentes a única utilidade é a de na

Primavera servirem de pastagem às ovelhas e para a aterragem de pequenos aviões de recreio.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado: Nós temos muito gosto em ouvi-lo, mas o seu tempo está a escoar-se. Queira concluir.

O Orador: -- Mas, Sr. Presidente, são talvez só mais dois minutos...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado dispõe ainda de um minuto, segundo o Regimento.

Avisei-o com a devida antecedência para que pudesse abreviar as suas considerações.

Tenha a bondade.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, a deficiente rede de vias de comunicação evita que possamos ter uma indústria de turismo capaz, embora para isso tenhamos os requisitos naturais históricos e etnográficos.

Apelo, pois, para as duas velhas aspirações transmontanas: a construção da estrada n.º 311, que encurtaria a distância entre as cidades de Chaves e Porto em cerca de 40 quilómetros, e que permitiria o desenvolvimento da região de Boticas, e a nova estrada do Marão, que facilitaria o acesso à província.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Certo é que o Governo Constitucional tem atendido a algumas das carências regionais e mostra-se atento às necessidades mais prementes: a dotação de verbas para a construção de barragens de regadio e obras de bem-estar rural, a estatização do complexo agro-industrial do Cachão, a pedido das próprias populações, para tornar um milhão de contos aí investido produtivo e independente da administração de génios falhados, são conquistas que a população transmontana e duriense aprecia.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, elas não são ainda o suficiente para fazer essa população subir na escala das estatísticas; essa população que muitas vezes pergunta: «Quando teremos direito ao mesmo tipo de vida dos outros portugueses?»

Todavia, e como o tempo da minha intervenção está a terminar, não queria concluir sem dizer que as carências por mim apontadas em Trás-os-Montes foram hoje voz corrente nesta sala, praticamente em relação a todas as regiões do País. Isto demonstra perfeitamente o País subdesenvolvido que herdámos do regime salazarista-marcelista, o que contraria as teses saudosistas do fascismo e mobiliza os verdadeiros democratas para a sua reconstrução.

### Aplausos gerais

O Sr. Presidente: — Segue-se no uso da palavra o Sr. Deputado Henrique de Moraes, do CDS. O seu partido dispõe de 11 minutos e meio.

O Sr. Henrique de Moraes (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Trago hoje à consideração desta Câmara uma situação concreta que por muito me ter impressionado impõe-se-me relatá-la e me conduziu a uma breve colheita de informações que devidamente tratadas podem servir para melhorar a

situação de alguns milhares de crianças em idade escolar.

Em primeiro lugar: os factos.

Existe em Guimarães uma escola para crianças, situada na região citadina de Santa Luzia, que ministra ensinamento primário essencialmente aos filhos das famílias mais desprotegidas dos bens de fortuna.

Visitei a escola há tempos, a título particular, e para *in loco* testemunhar o que lá se passava.

Atravessado o portão de entrada, fica-se perante uma frontaria de pedra que, por há anos ameaçar ruína, foi escorada por uma série de troncos de madeira, creio que de eucalipto, que suportam a parede de cerca de 9 m.

Mas esta parede, que aceito bem segura, é um honesto aviso para que se não entre na escola, pois o pior está lá dentro, incomodando professores e prejudicando alunos.

É sobre aspectos de funcionamento escolar que me debruço.

A escola tem no rés-do-chão uma ampla divisão de cerca de 5 m por 6 m, onde estão dispostos alguns cubículos destinados a retretes. Estes, em deplorável estado de funcionamento, obrigam as crianças a utilizar a restante área, tornando-a numa autêntica estrumeira.

Tudo isto por a escola não ter verbas para contratar serventes, as quais com facilidade reporiam a higiene no local.

Várias diligências foram efectuadas pela direcção da escola. Em 11 de Novembro de 1976, oficiou à Direcção-Geral de Pessoal e Administração, expondo o estado miserável em que a escola se encontrava, pedindo a nomeação da servente a curto prazo. Em 9 de Dezembro de 1976, oficiou ao director Escolar de Braga solicitando a sua interferência junto de quem de direito, no sentido de as serventes serem nomeadas.

Por outro lado, tem a escola depositado no Banco de Angola a importância de 26 740\$60, dinheiro fornecido pelo IASE e destinado à distribuição de suplemento alimentar às crianças.

A falta de serventes capazes de preparar o leite tem feito com que o dinheiro esteja inactivo, e, consequentemente, que as crianças não beneficiem desse alimento.

Também para solucionar este facto oficiou a escola em 8 de Novembro de 1976, à Câmara Municipal, pedindo um subsídio mensal de 3000\$, que se destinava ao pagamento de salários à pessoa que na escola comparecesse para preparar o leite. O ofício foi indeferido, tendo disso sido dado conhecimento em 14 de Dezembro de 1976. Igual pedido foi feito ao IASE em 17 de Novembro de 1976.

Em 5 de Janeiro de 1977, novo ofício à Câmara Municipal, pedindo a cedência de funcionários de limpeza durante três dias por semana, para na escola preparar o leite — indeferido em 21 de Janeiro de 1977.

A propósito destes factos colhi várias informações sobre o estado das escolas em algumas freguesias do distrito de Braga, tendo sabido e visto que em muitas os edifícios, por antiquados, não satisfazem as condições desejáveis para a sua utilização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já aqui foi dito, e muito bem, que devemos inventar o futuro. A afir-

mação constitui um bonito desafio à nossa capacidade e de cuja resposta dependerá o brilho da nossa actuação.

Menos difícil mas igualmente útil, constituindo um dever que temos de cumprir, é o preparar o futuro. Neste caso, futuro de crianças, futuro da sua educação e da sua saúde, das suas crenças políticas e do seu reconhecimento pela obra dos mais velhos.

Estamos nos primeiros anos de uma situação política que se pretende democrática e em que se afirma repetidas vezes a intenção de implantar com profundas raízes a justiça social.

Para estas crianças, vítimas do ambiente que atrás descrevi, o que significa para já tudo isto?

Para alguns, os que já estavam nas escolas antes do 25 de Abril, a manutenção do mesmo estado de coisas; para os mais novos, os que dão os primeiros passos na vida escolar, podemos afirmá-lo, significa iniciarem esse caminho com o pé esquerdo.

A escola é, para além de local de aquisição de cultura, o centro de formação do homem e terá um papel tanto mais importante neste domínio quanto menor for a capacidade da família dos alunos para complementar em casa a sua preparação.

Escola de filhos de gente pobre, que necessita de todo o tempo para ganhar a vida e que na grande maioria dos casos não tem grandes conhecimentos a transmitir à sua prole.

Mais do que ninguém, necessitam estas crianças de uma escola acolhedora, decente, onde o seu espírito seja bem moldado e o seu corpo alimentado para suprir eventuais deficiências.

Aprendem as crianças da escola de Santa Luzia as piores regras de higiene, perigando até a sua saúde.

As desta escola, e de todas as outras cujos edifícios não têm já as condições mínimas, habituam-se desde logo a desprezar uma casa que, como a igreja e o lar, lhes deveria causar amor, respeito e bem-estar.

Para o primeiro caso — o de falta de higiene — impõe-se que, ultrapassando, se necessário, toda e qualquer barreira, se lave o que está sujo e se mantenha sempre limpo.

Para a generalidade das escolas, cuja construção por antiquada, não oferece condições, há que restaurá-las.

Não desconheço que existe uma verba a entregar periodicamente às Câmaras Municipais para obras de conservação escolar. Verbas que, melhor do que eu, os vários presidentes das câmaras de província presentes neste hemiciclo poderão explicar o que suprem.

Por outro lado, sabemos que a construção de escolas, para além de cara é demorada, o que levará ainda muitas crianças a fazer a primária completa em muito más condições.

Só o restauro e a ampliação do que já existe poderá impedir esse inconveniente.

Nós desejamos que deixem de se construir novas escolas, mas tão-somente que, a não existir, se faça um levantamento de todos os prédios em más condições e que se encaminhem algumas verbas para os respectivos melhoramentos.

Todos estes factos são obviamente indesejáveis e nem eu nem ninguém põe dúvidas que quaisquer entidades responsáveis não desejarão mantê-los.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a verdade é que tudo isto ainda existe e nós não seremos dignos se na nossa passagem pela política deste país não o transformarmos para que melhor sirva a maior riqueza da Nação — as crianças, homens e mulheres de um futuro que para eles já não poderá ser adiado e para o qual, indefesos e talvez inconscientes, têm o direito de serem guiados pelo melhor caminho.

#### *Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — O último orador desta sessão é a nossa colega Hermenegilda Pereira.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada dispõe de 15 minutos para intervir.

A Sr.<sup>a</sup> Hermenegilda Pereira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já hoje aqui referimos os principais problemas e carências com que se defrontam as populações, pesada herança que o fascismo legou ao Portugal de hoje,

Como se diz na resolução do Comité Central do Partido Comunista Português, tomada na sua reunião de 3-4 de Abril, «o desprezo pelas condições de vida e pelas necessidades mais elementares das populações das freguesias e concelhos da nossa Pátria, bem como o esmagamento da iniciativa criadora das massas, não são certamente os menores crimes do fascismo».

Também na vila e concelho do Barreiro o fascismo legou uma pesada herança aos 100 000 habitantes de uma região fortemente industrializada do País.

No campo do urbanismo e habitação, como consequência de dezenas de anos de especulação desenfreada sobre os terrenos e as construções e da falta de respeito pelos interesses das populações, chegou-se a uma situação extremamente grave.

Há ainda zonas sem as condições mínimas de higiene e conforto, como na Quinta dos Morgados, Quinta da Areia, Bairro das Palmeiras e zona velha do Barreiro.

Há enormes carências no campo dos equipamentos colectivos, de creches, centros de saúde e de assistência e de parques infantis, como em Coina, Penalva, Vila Chã, Santo António, Palhais e Quinta da Lomba.

Faltam zonas verdes, jardins, campos de jogos e locais de convívio. Muitos espaços junto de edifícios estão convertidos em autênticas lixeiras, como na Quinta do Herold, Quinta Grande e Quinta do Convento.

Faltam escolas e as que existem estão superlotadas. Na zona rural, em especial no Cabeço Verde, Fonte do Feto e Covas de Coina, as crianças têm de percorrer longas distâncias ao longo das estradas.

Faltam mercados e estabelecimentos comerciais. Por exemplo, em Palhais, a maior freguesia do concelho, não existe um único mercado.

Existem loteamentos ilegais, promovidos por especuladores, que se aproveitam das necessidades e carências de trabalhadores, do preço elevado de terrenos e rendas, para construírem bairros onde tudo falta, nomeadamente água, electricidade, esgotos, ruas e transportes.

No que toca ao abastecimento de água, há graves problemas, especialmente nas zonas mais elevadas, por deficiente rede de distribuição e falta de tanques

de armazenamento. Na parte sul do concelho há vastas zonas sem abastecimento de água.

Há também graves problemas e carências no que toca ao saneamento básico: ausência de colectores separativos na maioria das zonas; colectores principais totalmente saturados; assoreamento; construção deficiente. A rede do Lavradio tem capacidade insuficiente para a população actual, existindo aí um esgoto a céu aberto, a vala das ratas.

Estes alguns, entre muitos, dos problemas que afectam a população do Barreiro.

A gestão democrática da Câmara, tornada possível com o movimento libertador do 25 de Abril, veio abrir novas perspectivas, que em muitos casos, justo é realçá-lo, se concretizaram. As autarquias locais contam já hoje com um largo activo de realizações.

Importante é realçar que toda a actividade desses órgãos se realizou com a participação e empenhamento das populações e das estruturas populares de base, comissões de moradores e comissões de trabalhadores.

Mesmo o planeamento da actividade da Câmara tem vindo a ser realizado de forma participada, o que se traduz em fundadas esperanças de que as opções a fazer vão corresponder aos reais interesses da população.

A obra realizada já é vasta; lembramos os arranjos urbanísticos, os parques infantis, o centro materno-infantil, a reconversão de dez bairros «clandestinos», reparação de ruas, estradas, o apoio às colectividades recreativas e associações desportivas, o aumento do parque de autocarros, etc.

No entanto, não basta a decisão da Câmara nem o empenhamento das populações para resolver todos os problemas e carências.

As dificuldades estão à vista quando se pensa no facto de as receitas ordinárias terem sido no 1.º trimestre de menos de 2800 contos e a despesa só com salários tem rondado os três mil contos mensais!

O Governo Central, é certo, liquidou todas as dívidas da Câmara que existiam em 31-12-76. Mas passados 4 meses, não deu mais nenhum contributo para a resolução do problema financeiro da Câmara, contrariamente ao que vinha acontecendo em 1976. Nos Serviços Municipalizados a situação é idêntica; para uma receita média mensal de 2740 contos, despende-se só com vencimentos 4600 contos.

Por tudo isto, a situação deteriorou-se, tendo a Câmara neste mês de Abril de recorrer a um empréstimo, que contraiu na CGD, para obras de águas e saneamento e retirar deste empréstimo o valor de que necessitaria para pagar os salários aos trabalhadores. O processo é incorrecto e só as afeitivas circunstâncias em que se encontrava a Câmara o justificam.

Chega que o Governo cumpra a obrigação assumida no artigo 4.º da Lei n.º 11/76, segundo o qual deveria ter publicado, até 31 de Março, o plano de distribuição, pelos municípios, dos subsídios para a realização de obras municipais, das transferências para despesas correntes e das dotações para obras comparticipadas, incluídas no Orçamento Geral do Estado, além da comparticipação dos fundos e serviços autónomos.

Chega dotar as câmaras da autonomia e meios financeiros necessários à concretização da sua actividade.

Enquanto tal não suceder, muitos e graves problemas ficarão por resolver.

Assim, apesar das iniciativas levadas a cabo pelas comissões de moradores em benefício das crianças, dos cidadãos da terceira idade, e da população de uma maneira geral, com zonas verdes, parques infantis e centros de lazer, continuamos a reclamar a insuficiência principalmente de creches e infantários, para que os nossos filhos possam desfrutar de uma alegria que nós, país, nunca conseguimos adquirir.

No que respeita à assistência social e aos problemas sociais da assistência à população, a verba atribuída pelo IEAS é insuficiente, pelo que recaem sobre a Câmara Municipal muitos problemas de difícil solução.

Os bombeiros locais sentem e sofrem as mesmas carências de auxílio e lutam com dificuldades na obtenção de viaturas e outro equipamento que custam milhares de contos.

O mesmo se passa com as colectividades e outras associações de raiz, que no Barreiro têm grandes tradições e uma função social bastante meritória.

Algumas coisas de certa relevância para nós, população do Barreiro, foram aqui ditas, muitas ficaram por dizer. Mas nós, população do Barreiro, ao assumirmos perfeita consciência das nossas responsabilidades de cidadãos, aguardamos que idêntica atitude seja assumida pelo Governo perante as autarquias para que os nossos problemas tenham realmente solução.

#### *Aplausos do PCP*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: A sessão de amanhã será, como habitualmente, às 14 horas.

Na ordem de trabalhos temos a continuação do debate da proposta de lei n.º 27/I.

Entretanto, o Sr. Ministro sem pasta Jorge Campinos pediu a palavra.

Tenha a bondade, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro sem Pasta (Jorge Campinos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha intervenção será muito curta.

Gostaria de dizer, em nome do Governo, que consideramos este debate particularmente útil e interessante. Aproveito até a oportunidade para felicitar o Secretariado do Grupo Parlamentar do PSD por ter tomado esta iniciativa. Infelizmente, e por razões óbvias, nem sempre o Governo pôde estar presente — como aliás alguns, poucos, dos Srs. Deputados.

Gostaria, no entanto, de dizer que tal tinha sido convencionado na conferência dos presidentes dos grupos parlamentares com o Governo na última semana. Fez saber o Governo, com o acordo de todos os grupos parlamentares, que só se faria representar pelo Ministro sem Pasta, e, de toda a maneira, nenhum outro Ministro viria a este debate.

Dei este esclarecimento porque, há pouco creio que o Governo foi criticado por não estar presente, mas de qualquer forma, Srs. Deputados, vamos ler o *Diário da Assembleia da República* com a maior atenção e sinceramente, uma vez mais, consideramos este debate muito importante.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Como me parece não haver nenhum pedido de esclarecimento

ou quaisquer observações, termina a nossa sessão de hoje.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 40 minutos.

#### *Deputados que entraram durante a sessão:*

##### *Partido Socialista (PS)*

Albano Pereira da Cunha Pina.

Alfredo Fernando de Carvalho.

António Chaves Medeiros.

António Fernando Marques Ribeiro dos Reis.

António Manuel de Oliveira Guterres.

Aquilino Ribeiro Machado.

Benjamim Nunes Leitão Carvalho.

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.

Carlos Manuel da Costa Moreira.

Florival da Silva Nobre.

Francisco António Marcos Barracosa.

Herculano Rodrigues Pires.

João Francisco Ludovico da Costa.

João Joaquim Gomes.

João Soares Louro.

Joaquim José Catanho de Meneses.

Jorge Augusto Barroso Coutinho.

José Alberto Menano Cardoso do Amaral.

José Justiniano Taboada Brás Pinto.

José Luís do Amaral Nunes.

José Maria Parente Mendes Godinho.

Luís José Godinho Cid.

Manuel da Mata de Cáceres.

Manuel Pereira Dias.

Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.

Mário António da Mota Mesquita.

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.

Telmo Ferreira Neto.

Teófilo Carvalho dos Santos.

##### *Partido Social-Democrata (PSD/PPD)*

Américo de Sequeira.

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.

António Júlio Simões de Aguiar.

Arcanjo Nunes Luís.

Fernando José da Costa.

João Lucílio Cacela Leitão.

Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.

José Adriano Gago Vitorino.

José Ângelo Ferreira Correia.

José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.

José Bento Gonçalves.

José Ferreira Júnior.

José Gonçalves Sapinho.

José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.

José Rui Sousa Fernandes.

José Theodoro de Jesus da Silva.

Manuel Joaquim Moreira Moutinho.

Maria Helena do Régo da Costa Salema Roseta.

Nicolau Gregório de Freitas.

Pedro Manuel Cruz Roseta.

Victor Hugo Mendes dos Santos.

##### *Centro Democrático Social (CDS)*

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.

António Jacinto Martins Canaverde.

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.  
 João Lopes Porto.  
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Ruy Garcia de Oliveira.  
 Vitor António Augusto Nunes de Sá Machado.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Francisco Miguel Duarte.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Vital Martins Moreira.  
 Victor Manuel Benito da Silva.

**Independentes**

Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

*Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
 Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.  
 Francisco Alberto Pereira Ganhitas.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Francisco Soares Mesquita Machado.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 José Borges Nunes.  
 Luís Patrício Rosado Gonçalves.  
 Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.

Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.

**Partido Social-Democrata (PSD/PPD)**

Américo Natalino Pereira de Viveiros.  
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.  
 Francisco Manuel Lumbreras de Sá Carneiro.  
 Henrique Manuel de Pontes Leça.  
 Mário Fernando de Campos Pinto.  
 Olívio da Silva França.  
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

**Centro Democrático Social (CDS)**

António Simões Costa.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Nuno Krus Abecasis.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.  
 Georgette de Oliveira Ferreira.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

**O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDAÇÃO, Januário Pinto.**

**PREÇO DESTE NÚMERO 22\$00**

---

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA